RELATÓRIO MPAL

www.mpal.mp.br

GESTÃO INSTITUCIONAL 2017 · 2020

Ministério Público do Estado de Alagoas

COMBATE À CORRUPÇÃO

O FORTALECIMENTO DE MECANISMOS PARA DETER O CRIME ORGANIZADO

INOVAÇÃO

CRIAÇÕES: GAESF; NGI; NÚCLEO DE COMBATE AO CRIME; NÚCLEO DE PERÍCIAS; NÚCLEO DE EDUCAÇÃO; GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL.

REFORMAS ESTRUTURAIS

INVESTIMENTOS PARA APRIMORAR O SERVIÇO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sala dos Órgãos Colegiados Procurador de Justiça Joubert Câmara Scala

Trabalho& Excelência& Inovação& Compromisso

- Criação do GAESF
- Criação do Núcleo de Gestão da Informação
- Criação do Núcleo de Combate ao Crime
- Criação do Núcleo de Defesa da Educação
- Criação do Núcleo de Perícias
- Reformulação do CAOP e frentes de trabalho
- 100% dos lixões em Alagoas encerrados
- 100% dos Conselhos Municipais de Segurança Pública implantados
- 100% dos Portais da Transparência implantados
- Instalação das Casas de Acolhimento em Alagoas
- Fiscalização de transportes escolares
- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
- Criação do Gabinete de Segurança Institucional
- Comissão das Enchentes
- Projeto Guardião da Cidadania
- Implantação do GED
- PLID
- Sistema Inova
- Ranking Nacional da Transparência
- Reuniões mensais do Comitê de Gestão Estratégica
- Força-tarefa em favor dos moradores atingidos pela mineração da Braskem

inova

inova MPAL

Relatório de Gestão Institucional 2017- Fev/2020
Publicação anual do Ministério Público do Estado de Alagoas

EXPEDIENTE

Procurador-geral de Justiça
Alfredo Gaspar de Mendonça Neto

Subprocurador-geral Administrativo-Institucional
Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Subprocurador-geral Judicial
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá

Corregedor-geral do Ministério Público
Geraldo Magela Barbosa Pirauá

Corregedor-geral Substituto
Luiz de Albuquerque Medeiros Filho

Ouvidor-geral do Ministério Público
Lean Antônio Ferreira de Araujo

Ouvidor-geral Substituto
Vicente Felix Correia

Chefe de Gabinete
Almir José Crescêncio

Diretor da Escola Superior do Ministério Público
Luiz Barbosa Carnaúba

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça
Humberto Pimentel Costa

Secretário do Conselho Superior
Delfino Costa Neto

Diretor do CAOP
José Antônio Malta Marques

Coordenador do GAECO
Antônio Luiz dos Santos Filho

Coordenador do GAESF
Cyro Blatter Moreira

Coordenador do NGI
Hamilton Carneiro Júnior

Coordenador do GSI
Luiz José Gomes Vasconcelos

Coordenador da Assessoria Técnica da PGJ
Luciano Romero da Matta Monteiro

Assessor Especial do Procurador-Geral
Edezilto Santos Andrade

Diretor-geral
Carlos Eduardo Ávlia Cabral

Diretor de Apoio Administrativo
Ivan de Holanda Montenegro

Diretora de Programação e Orçamento
Jamille Mendonça Setton Mascarenhas

Diretor de Contabilidade e Finanças
Arthur Tavares de Carvalho Barros

Diretora de Pessoal
Dilma Alves de Queiroz

Diretor de Tecnologia da Informação
Marcel de Castro Vasconcelos

Diretora de Comunicação
Janaina Ribeiro Soares

Diretora da Controladoria Interna
Priscilla Gonçalves Tenório Lins Teixeira

Consultora Jurídico-administrativa
Elenise Daudt Tenório de Souza

PRODUÇÃO EDITORIAL

Janaina Ribeiro Soares
Jornalista Responsável - MTB 757/AL

Dulce de Araújo Melo
Jornalista

Flávia Pâmela de Lima
Jornalista

Thiago Henrique Ferreira
Publicitário / Projeto Gráfico

João Alcides de Sá Cerqueira
Relações Institucionais

Anderson Macena Cavalcante
Fotógrafo

Claudemir dos Santos Mota
Fotógrafo

Sandro Alisson Neris
Estagiário de Design

www.mpal.mp.br

Alagoas, fevereiro de 2020.

Sumário

06 PALAVRA DO **PROCURADOR-GERAL**

08 INVESTIMENTOS GERAIS **E GESTÃO ADMINISTRATIVA**

09 Projetos de construção e obras de recuperação

17 FROTA **RENOVADA**

18 TECNOLOGIA **DA INFORMAÇÃO**

21 DEPARTAMENTO **DE PESSOAL**

24 ASSESSORIA **MILITAR**

26 ASSESSORIA DE **CERIMONIAL**

28 CONTABILIDADE **E FINANÇAS**

31 COMUNICAÇÃO **SOCIAL**

33 MINISTÉRIO PÚBLICO **COMUNITÁRIO**

35 PROCURADORIAS **CÍVEIS E CRIMINAIS**

36 Atuação das Subprocuradorias-Gerais

38 ATUAÇÃO DO **PROCURADOR-GERAL EM PROCESSOS**

40 Atos do Procurador-geral de Justiça
45 Eleição e reeleição
46 Histórico
47 Acordo com a mineradora Braskem
48 28 novos Promotores de Justiça

49 PROCESSOS E DEMAIS **PROCEDIMENTOS**

50 INOVAÇÃO

50 Criação do GAESF
53 Reformulação do CAOP e frentes de trabalho
54 100% dos lixões em Alagoas encerrados
55 100% dos Portais da Transparência implantados
56 100% dos Conselhos Municipais de Segurança Pública implantados
57 Instalação das Casas de Acolhimento em Alagoas
58 Fiscalização de transportes escolares
59 Direitos Humanos em Pauta e Núcleo de Defesa da Mulher
60 Criação do Gabinete de Segurança Institucional e Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
61 Criação do Núcleo de Educação
61 Comissão das Enchentes
62 Implantação do Sistema GED
62 Projeto Guardião da Cidadania
63 PLID
64 Ranking Nacional da Trasparência
65 Reuniões do Comitê de Gestão Estratégica
66 Diálogo com poderes constituídos

69 AÇÕES **PREMIADAS**

70 COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO **E À SONEGAÇÃO FISCAL**

70 Operações do GAECO
73 Operações do GAESF
76 Presidência do GNCOC e operações nacionais

78 CORREGEDORIA DO **MINISTÉRIO PÚBLICO**

79 OUVIDORIA DO **MINISTÉRIO PÚBLICO**

81 ESCOLA SUPERIOR DO **MINISTÉRIO PÚBLICO**

85 ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO **E GESTÃO ESTRATÉGICA**

88 Programas
89 Projetos área fim
100 Projetos área meio

PALAVRA DO **PROCURADOR-GERAL**

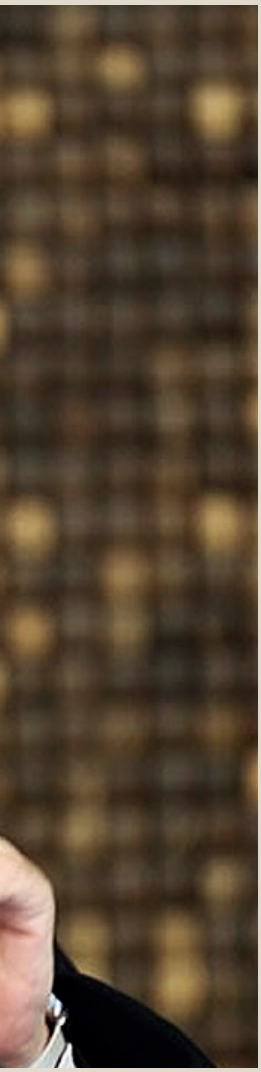
Procurador-geral de Justiça Alfredo Gaspar de Mendonça Neto

O Ministério Público Estadual de Alagoas (MPAL) encerrou mais um ano pautado na responsabilidade social e na transparência. A união, o empenho, o compromisso e a doação de membros e servidores foram fundamentais para a concretização de tudo o que foi planejado com o objetivo de melhor servir ao público interno e à sociedade alagoana.

Chegamos a 2020 podendo apresentar com orgulho a evolução da nossa instituição. Este relatório de gestão é um panorama da realidade que construímos nesses três anos, com obras por todo o estado de Alagoas, aquisição de equipamentos e veículos, valorização de pessoal, uma reforma administrativa que deu mais efetividade ao trabalho desenvolvido pelo MPAL, ações de enfrentamento ao crime e de promoção da cidadania.

Tornamo-nos um Ministério Público mais proativo e inovador. Nossas unidades ganharam construções e reformas na capital e no interior, de modo que a população, membros e servidores se sentissem mais valorizados e, assim, os serviços pudessem ser prestados de forma mais eficiente. Em Maceió, por exemplo, 18 promotorias de justiça receberam nova sede. O Empresarial 203 Offices, localizado no bairro do Farol, é um ambiente mais moderno, confortável e acolhedor. Já o prédio-sede do MPAL vem sendo reformado para abrigar apenas as procuradorias de justiça e toda a área administrativa.

Ao longo desse tempo, investimos na compra de veículos e na aquisição de mobiliário e equipamentos de alta tecnologia, dando melhor



infraestrutura de trabalho a todos. E, pensando na qualificação para os integrantes dos nossos quadros, promovemos vários cursos específicos de capacitação, por meio da Escola Superior do Ministério Público (ESMP). Ao todo, foram 18 eventos, trazendo especialistas para compartilhar conhecimento.

Durante esta jornada, também nomeamos 28 promotores de justiça, preenchendo, por completo, o quadro funcional do MPAL. Realizamos o concurso de servidores, já tendo dado início às nomeações. Além disso, implantamos o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), valorizando a categoria. E, pela vez primeira, firmamos convênio com uma entidade universitária (Fundeps) para o desenvolvimento de projetos na área-fim.

Nesses três anos e dois meses, criamos ainda o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e Lavagem de Bens (Gaesf), o Núcleo de Gestão da Informação (NGI), o Núcleo de Educação, o Núcleo de Combate ao Crime, o Núcleo de Perícias e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), todos em pleno funcionamento e com resultados exitosos.

Buscando garantir uma prestação de serviços eficiente, com o apoio do Colégio de Procuradores de Justiça, alteramos dezenas de atribuições de promotorias de justiça, dando prioridade aos órgãos de execução nas áreas de saúde, família, homicídio e outros crimes.

E das ações importantes desenvolvidas por nós, podemos destacar o fechamento de 100% dos lixões de Alagoas, a instalação de Conselhos Municipais de Segurança em todas as 102 cidades do estado, a criação e aperfeiçoamento dos portais de transparência no total dos municípios alagoanos e o acordo firmado com a mineradora Braskem para beneficiar os moradores atingidos pela exploração da sal-gema em área urbana. Com isso, passamos a ser referência nacional.

Seguindo esse mesmo ritmo de atuação, trabalhamos com dedicação na defesa da infância e da juventude e, após discutirmos o tema com gestores municipais, tendo como intermediário direto o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (CAOP), findamos 2019 com a inauguração de seis casas de acolhimento para ajudar na assistência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Num marco inédito para o MPAL, conquistamos o 1º lugar no Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público com o projeto "Abuso sexual: notificar é preciso", o que nos deu a convicção de que o Ministério Público Estadual de Alagoas segue no rumo certo.

Portanto, durante todo esse período, conforme o que consta em cada capítulo deste relatório, há a sensação do dever cumprido pela Procuradoria-Geral de Justiça, integrada por competentes procuradores e promotores de justiça, bem como por servidores. É hora de agradecer a Deus e a cada uma das pessoas que, diariamente, dedicam seus esforços e vestem a camisa da cidadania, pensando na prestação de serviços à população e na mudança da vida daqueles que mais precisam.

E, com essa visão, é impossível falar no sucesso da nossa trajetória institucional sem mencionar os dois grandes suportes que são os subprocuradores administrativo-institucional e judicial, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Sérgio Jucá, com quem dividimos todos os méritos e externamos gratidão pelo auxílio para que fossem tomadas as decisões assertivas da nossa gestão.

Hoje, graças a todo esse esforço coletivo, somos um Ministério Público que caminha a passos largos. Estamos fortalecidos e certos da confiança da sociedade no trabalho que desenvolvemos. Portanto, tenham todos a certeza de que seguiremos firmes no propósito de fazer e distribuir justiça pelos quatro cantos de Alagoas.

Alfredo Gaspar de Mendonça Neto
Procurador-geral de Justiça de Alagoas

INVESTIMENTOS GERAIS E GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Ministério Público Estadual de Alagoas (MPAL) vem promovendo uma grande reforma administrativa e estrutural nos três últimos anos, período em que a instituição vem sendo administrada pelo procurador-geral de Justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto. Somente no período entre 2017 e 2019, foram investidos cerca de 13,4 milhões em construções, reformas, aquisição de veículos, equipamentos, serviços de tecnologia, mobiliário e segurança privada. A verba, oriunda de orçamento próprio, serviu para modernizar a infraestrutura da instituição e proteger os recursos humanos e patrimoniais do órgão ministerial.

Construções	Investimentos em TI	Equipamentos diversos
R$ 4.865.739,69	R$ 4.587.056,00	R$ 457.640,13
Veículos	Equipamentos de proteção e Segurança e Socorro	Mobiliário
R$ 1.691.897,00	R$ 235.428,86	R$ 1.196.712,46
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	Peças não incorporáveis a imóveis	
R$ 498.742,34	R$ 246.646,75	
Total de investimento		
R$ 13.779.863,23		

PROJETOS DE CONSTRUÇÃO **E OBRAS DE RECUPERAÇÃO**

O Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) entendeu a necessidade de tornar mais confortáveis e saudáveis os locais de trabalho dos promotores de justiça e servidores. Por determinação do procurador-geral de justiça, foi realizada a modernização e revitalização de várias unidades da instituição, na capital e no interior. De 2017 até agora, já foram concluídas 15 obras, as quais contribuíram diretamente para o bem coletivo, aumentando o desempenho das equipes de trabalho e melhorando a receptividade ao cidadão que busca os serviços da instituição.

O município de Delmiro Gouveia, no alto Sertão, foi o primeiro contemplado pela ampla visão da gestão, deixando de funcionar numa sala improvisada do Fórum Dr. Walter Cavalcanti Veloso e passando a ter sede própria. Seguindo o mesmo projeto, as Promotorias de Justiça de Rio Largo, Penedo, Piranhas, Pão de Açúcar, Traipu, São Miguel dos Campos, Limoeiro de Anadia, Coruripe, Boca da Mata, União dos Palmares, Matriz de Camaragibe, Porto Calvo, Maragogi e Palmeira dos Índios também foram repaginadas.

Sede inaugurada

Delmiro Gouveia
(04/10/2017)

Sede inaugurada

Rio Largo
(20/12/2017)

Sede inaugurada

Penedo
(21/12/2017)

Sede inaugurada

Palmeira dos Índios
(02/02/2018)

Sede inaugurada

União dos Palmares
(13/04/2019)

Sede revitalizada

Porto Calvo
(13/02/2019)

Sede revitalizada

Maragogi
(13/02/2019)

Sede revitalizada

Matriz de Camaragibe
(13/02/2019)

Sede revitalizada

Traipu
(20/02/2019)

Sede revitalizada

Limoeiro de Anadia
(20/02/2019)

Sede revitalizada

Pão de Açúcar
(22/02/2019)

Sede revitalizada

Piranhas
(22/02/2019)

Sede revitalizada

Boca da Mata
(23/04/2019)

Sede revitalizada

Coruripe
(24/04/2019

Sede revitalizada

Arapiraca
(11/05/2018)

Sede revitalizada

São Miguel dos Campos
(21/05/2019)

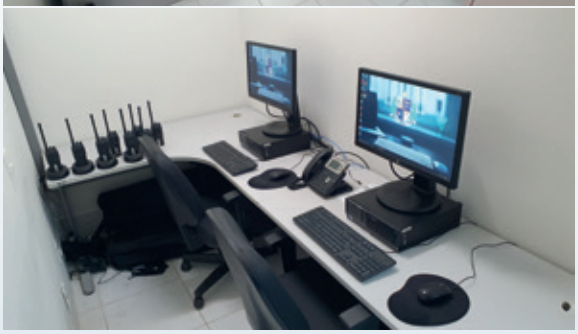
EM **MACEIÓ**

Diante dos trabalhos específicos que desenvolve e visando dar maior proteção aos seus integrantes, a chefia do MPAL deu ao Grupo de Atuação Especial de Combate Crime Organizado (Gaeco) e ao Núcleo de Gestão de Informação (NGI) um prédio exclusivo, com sistema de segurança avançado, que vai desde o controle de acesso externo por codificação até a instalação de videomonitoramento.

Durante as obras, que duraram cerca de três meses, o imóvel, internamente, que antigamente abrigava a Escola Superior do Ministério Público, passou por uma total revitalização. Foram feitos serviços de revisão geral da cobertura, colocação de divisórias internas, portas e outras esquadrias, instalação de ar condicionado em várias salas, pinturas interna e externa, comunicação visual e troca de todo o cabeamento elétrico.

Além disso, todas as salas ganharam novos mobiliários e equipamentos de informática, modernizando ainda mais toda a estrutura do Gaeco e do NGI.

E o prédio das Promotorias de Justiça da Capital, localizado no bairro do Barro Duro, também passou por uma intervenção em 2018.

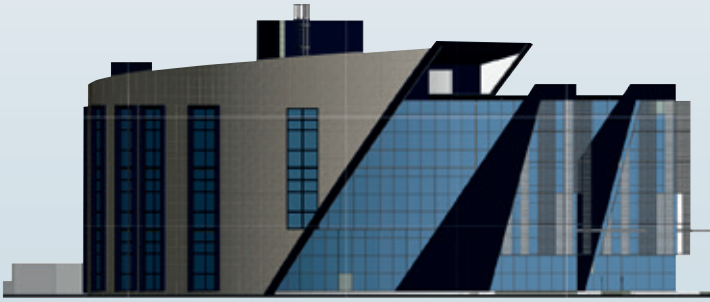


Instalações onde funcionam o Gaeco e o NGI

Antes

Atualmente

Perspectiva do prédio das promotorias da capital



Prédio-sede

O prédio que abriga a Procuradoria-Geral de Justiça, no bairro do Poço, passa por um grande processo de transformação, iniciado pelas obras da Sala dos Órgãos Colegiados, no 4º Andar. O espaço, onde são feitas reuniões e tomadas decisões importantes, ganhou bancada nova e notebooks, cadeiras confortáveis e de design moderno, além do sistema de vídeo wall com tecnologia de última geração e que permite contatos entre o chefe ministerial e os membros que atuam no interior, por meio de teleconferência, evitando, assim, o deslocamento deles e reduzindo gastos.

Sala dos Órgãos Colegiados - Antes

Sala dos Órgãos Colegiados - Reformada

Sistema de Vídeo Wall

1º andar e Ouvidoria

O 1º andar, igualmente, foi todo reformado. A Sala da Ouvidoria, após as obras, tornou-se maior, mais arejada e moderna, permitindo uma atuação melhor do ouvidor e dos servidores que lá trabalham.

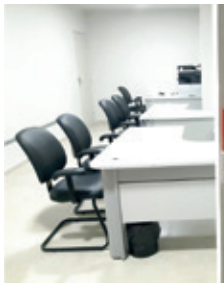
O espaço da Assessoria de Planejamento Estratégico (Asplage) foi ampliado, permitindo, dessa forma, mais conforto à equipe para que ela desenvolva as suas atividades.

Já os setores de Recursos Humanos, Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e Diretoria Administrativa ganharam novas salas com melhor infraestrutura.

Sala da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica

Sala da Diretoria Administrativa

Sala de Recursos Humanos



Inauguração da nova sala da Ouvidoria

5º andar

Com o propósito de concentrar toda a sua assessoria direta num mesmo ambiente, o procurador-geral de justiça planejou um projeto arquitetônico para o antigo espaço onde funcionava o Gaeco, no 5º andar, onde agora estão instaladas a Assessoria Técnica, a Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça, a Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, a Consultoria Jurídica e a Controladoria Interna.

Também estão nesse mesmo pavimento a Diretoria de Comunicação Social e o Cerimonial do Ministério Público. E todas as salas desses setores estão devidamente equipadas com mobília nova, além de terem ganhado um diferencial com portas de vidros e sinalização.

E o 5º andar ainda ficou marcado pela reinauguração da galeria dos ex-procuradores-gerais de justiça. Foram confeccionados novos quadros e molduras, como forma de reconhecimento aos antigos chefes ministeriais.

Alfredo Gaspar reinaugurando o 5º andar do prédio-sede

Procuradores e promotores de justiça durante a reinauguração do 5º andar do prédio-sede

Salas de assessoramento técnico ao PGJ

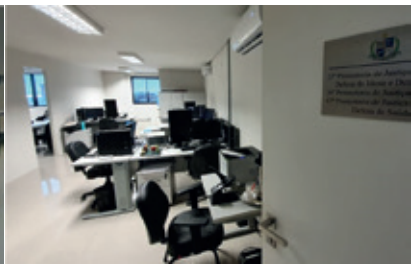
Sala da Controladoria Interna

Ampliação das promotorias em Maceió

Espaço novo, maior comodidade, salas equipadas, ambiente salubre e adequado para o desenvolvimento das atividades. De casa nova ficaram 18 promotorias de justiça da capital que começaram a funcionar no dia 22 de novembro de 2019, no Empresarial 203 Offices, no bairro do Farol. Ao todo, são 11 salas situadas em três andares.

O novo investimento, capitaneado pelo procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, integra o seu projeto de reestruturação de todo MPAL, cuja soma de obras, entre 2017 e fevereiro de 2020, já bate a casa de 22 construções e reformas em prédios da capital e do interior.

Empresarial 203 Offices



Salas das promotorias no Empresarial 203 Offices

Nova promotoria de Marechal

Em fevereiro de 2020, o Ministério Público Estadual de Alagoas inaugurou a sua sede no município de Marechal Deodoro. O investimento total foi de R$ 824 mil.

As obras de construção envolveram serviços de fundação, superestrutura de pilares e vigas, alvenaria, impermeabilização das lajes, reboco, colocação de pastilhas cerâmicas na fachada e no piso, revestimento das paredes, calçadas e rampas de acesso.

Também houve serviços hidráulicos, elétricos e de construção de rede de esgoto, a instalação do gradil da frente do terreno e das esquadrias e o emassamento externo e interno de todo o prédio.

Construção da Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro

Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro

FROTA **RENOVADA**

Para melhor servir às promotorias de justiça e facilitar o deslocamento de membros e servidores para ações no interior do estado, no período de 2017 a fevereiro de 2020, o Ministério Público adquiriu 22 veículos. Da nova frota, três carros foram destinados às Promotorias de Arapiraca, Palmeira dos Índios e Penedo, contribuindo, indiscutivelmente, para a celeridade dos trabalhos. Além disso, com o translado de membros e servidores para o interior, de forma coletiva, há maior interação e a instituição gera economia.

Alfredo Gaspar entregando novos veículos à instituição

Frota em números:

- 10 Toyota Etios Hatch X 1.3
- 5 Peugeot 408
- 2 Renault Master Furgão
- 2 Mitsubishi L200 GL
- 2 Citroen C4L
- 1 Hyundai Hr Baú

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O processo de renovação do parque tecnológico ministerial teve início em 2017, quando foram adquiridos 550 computadores desktop, 200 monitores LCD, 183 notebooks, 135 scanners, 90 estabilizadores, 4 switches (aparelho para promover rede de dados), dentre outros equipamentos auxiliares. E todo esse material foi distribuído nas promotorias de Alagoas.

A TI também fez a aquisição de 200 certificados digitais, que permitem aos membros trabalharem dentro do sistema SAJ-MP.

Para proteger todas essas máquinas, 175 novas licenças de antivírus foram compradas com o objetivo de proteger os computadores de possíveis ataques cibernéticos. Além disso, uma solução de rede considerada de última geração foi adquirida. Esses novos equipamentos visam otimizar os serviços, protegendo o ambiente tecnológico de todas as promotorias de justiça.

Novas impressoras também foram instaladas nas unidades do MPAL da capital e do interior em 2017. Além do fornecimento dos equipamentos, o contrato permitiu o gerenciamento de impressões e a manutenção preventiva e corretiva das máquinas com a devida substituição de peças.

Esse foi só o começo de uma grande mudança na área da tecnologia da informação do Ministério Público de Alagoas.

Data Center

Melhorias no Sistema SAJ

A Procuradoria-Geral de Justiça criou a Comissão Gestora do SAJ-MP para que promotores, procuradores de justiça e servidores possam ter respostas mais rápidas sobre o sistema utilizado para manusear os procedimentos.

As diversas reuniões ocorridas permitiram que o softaware fosse redesenhado. A linguagem visual se tornou mais leve, atrativa e funcional, deixando a solução mais intuitiva. Além disso, as mudanças na interface objetivaram melhorar sua estrutura de informações e evitar a exaustão do usuário.

TI em números

No triênio 2017/2019, os investimentos em TI continuaram sendo realizados na aquisição de equipamentos, licenças, softwares e segurança privada. A verba, oriunda de orçamento próprio, serviu para modernizar a infraestrutura da instituição e proteger os recursos humanos e patrimoniais do MPAL.

Aquisições

- 218 notebooks
- Solução de VideoWall
- Cofre antichamas para DTI
- 6 painéis de monitoramento LFD 55" P/ NOC DTI para a Assessoria Militar
- 4 terminais de videoconferência
- 4 TVs SmarTV para terminais de videoconferência
- Gerenciador de banco de dados - SQL Server Enterprise
- Edition (Microsoft)
- Software de gravação de câmeras - DIGIFORT
- 540 licenças de acesso de clientes - CALs (Microsoft)
- 6 telas de projeção de vídeo
- Software Qliksense – Business Intelligence - BI
- 128 Baterias Nobreaks
- 100 Gravadores Externo de DVD
- 63 Fones de Ouvido Headphone
- 60 Filtros de Linha
- 1 Licença Adobe Creative Cloud (2 anos)
- 10 HD´s externo
- 550 computadores desktop
- 350 monitores para computadores desktop
- 135 scanners
- 90 estabilizadores
- 200 certificados digitais
- 175 licenças de antivírus
- Renovação de licenças e garantias Firewalls (3 anos)
- 13 computadores de alta performance (em andamento)
- SQL Server (em andamento)
- 4 Switches (2017)
- 9 Switches (em andamento)
- Backup em disco para DataCenter (em andamento)
- 12 IBM (em andamento)
- 2 Nobreaks 3kva (em andamento)

Serviços contratados

- Voz sob IP (VoIP)

Serviços em andamento

- Renovação do DataCenter
- Serviço de Internet
- Contratação de agência digitalização
- Contratações internacionais

Novos notebooks adquiridos

Impressoras Multifuncionais

Scanners

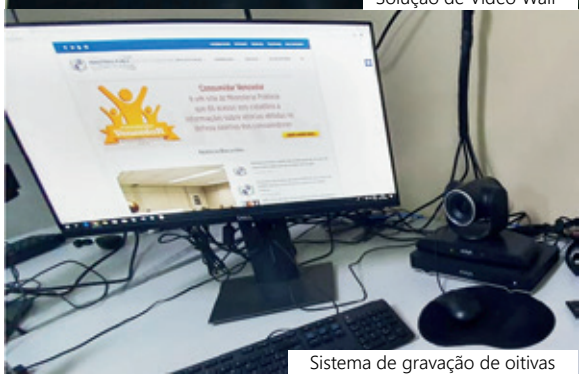
Painéis de monitoramento

Novos computadores desktops

Sistema de Voz sob IP (VoIP)

Terminais de videoconferência

Solução de Video Wall



Sistema de gravação de oitivas

Infraestrutura de TI

- Instalação de 300 computadores desktop e scanners (interior e capital)
- Implantação da solução de interligação lógica (aruba)
- Implantação da solução de impressão em todo estado (redução de 46,97% do custo anual)
- Implantação do novo portal do MPAL
- Nova arquitetura de backup

Sistemas desenvolvidos/implantados

- Contracheques 2.0
- OuvidoriaMobile e OuvidoriaMobileBackend
- Mapa da Rede Infância
- Carteiras funcionais
- Ranking da Transparência do Legislativo Alagoano
- CarrancaWeb e CarrancaMobile
- Indus
- Status SAJ e status SAJ mobile
- Portal da Transparência - Folha de pagamento
- Portal da Transparência - Atividade fim
- Portal de Direitos Coletivos
- SAJ Diário Oficial
- Violência doméstica
- Sistema de Gerenciador Eletrônico de Documentos – GED (MPSE)
- Monitoramento DTI
- Vigilância Permanente de Sigilosidade
- Apolo – Gerenciamento ESMP
- Orion – Autenticação
- Gerenciador de senhas do LDAP
- Chornos
- Projeto Selo Amigo da Socieducação
- Argus (MPM)
- Plutão (MPM)
- PAI (MPM)
- Passaporte (MPM)
- Qliksense
- Inova (MPSP)
- DIRF

Projetos de desenvolvimento em andamento

- Painéis de improbidade administrativa
- Formulário para Oitivas da promotoria da Infância
- Projeto de acompanhamento dos ônibus escolares

DEPARTAMENTO DE PESSOAL

Outro setor que também avançou nesses três anos e dois meses foi o Departamento de Pessoal (DP). Entre os feitos, benefícios para membros e servidores buscando cada vez mais uma sintonia que favoreça os profissionais da instituição. Nesse período, de 2017 a fevereiro de 2020, é possível constatar projetos e execuções importantes para um desempenho funcional de maior qualidade, que vão da melhoria do ambiente organizacional à nomeação de novos servidores, à implantação dos efeitos funcionais e financeiros do novo PCCS e da lei de atualização dos cargos comissionados e à implantação do novo teto dos membros do Ministério Público de Alagoas.

Proporcionada pelo procurador-geral de justiça, em 2019, a reposição salarial inflacionária de 2018 foi implantada pelo DP na folha de pagamento da instituição. Além disso, o setor assegurou a nomeação de 10 servidores efetivos aprovados no concurso público para provimento de cargos do quadro de pessoal permanente do Ministério Público Estadual de Alagoas, homologado e com resultado final publicado no Diário Oficial de 7 de novembro de 2018.

Em 2018, o setor inaugurou o projeto clima organizacional biênio 2018-2019, iniciativa nº 1 realizada por uma área-meio. A pesquisa consultou membros, servidores e colaboradores sobre o ambiente e condições de trabalho, infraestrutura, relação interpessoal e hierárquica e capacitação profissional.

Já em 2019, o DP enviou para a Assembleia Legislativa Estadual de Alagoas um antiprojeto com o intuito de recompor as perdas inflacionárias sofridas pelos servidores do MPAL no ano de 2018 (3,75%), tendo ele sido aprovado por aquele Parlamento no mesmo ano.

E o setor fez mais: instituiu os efeitos funcionais e financeiros do novo PCCS e da lei de atualização dos cargos comissionados, bem como o novo teto dos membros do Ministério Público de Alagoas, um ganho reconhecido por todos.

Também foi de sua iniciativa a contratação da fintech brasileira Zetra, proprietária do sistema eConsig, que passou a intermediar a contratação de empréstimos consignados, aproximando membros e servidores de instituições financeiras conveniadas. Por meio desse software, é possível realizar simulações e solicitações de empréstimos, aferição de ranking com as melhores taxas, consultas a consignações, dentre outras funcionalidades.

Por fim, o Departamento de Pessoal criou o projeto "Diretoria de Gestão por Competências", que implantou a Diretoria de Recursos Humanos. Ele foi concluído em 2019 e o novo órgão atuará nas áreas de qualidade de vida no trabalho, gestão de competências (sistema de gestão de pessoas com o fito de identificar e gerir perfis profissionais que proporcionem um maior retorno à instituição), dentre outras, exercendo atividades tais como: promover a melhoria do ambiente organizacional, a valorização profissional, e a potencialização dos recursos humanos. Como produto, foi entregue a minuta de ato regulador de órgão cujo principal objetivo será o desenvolvimento profissional e pessoal do servidor.

Valorização profissional de servidores e membros

Logo no início da sua gestão, em janeiro de 2017, a chefia do MPAL implantou um reajuste salarial de 6,29% para os servidores da Casa. Na sequência, uma comissão para melhoria do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores (PCCS) foi criada para aperfeiçoar o projeto de aprimoramento da carreira dos funcionários, elaborado em consonância com a melhor e mais atual legislação trabalhista, bem como com a política remuneratória praticada por instituições com cargos semelhantes. Finalizado esse processo, foi formulado um projeto de lei e o procurador-geral de justiça o encaminhou à Assembleia Legislativa.

O resultado disso foi o aperfeiçoamento do PCCS para os servidores do Ministério Público, um compromisso honrado pela atual gestão e uma grande vitória para os funcionários do MPAL.

Para os membros da instituição, uma importante alteração legislativa ocorreu em 2018. Também por meio de projeto de lei enviado ao Parlamento Estadual, foi diminuído o percentual de diferença de entrância entre promotores de justiça. Ele foi reduzido de 10% para 5%. Já o Colégio de Procuradores de Justiça, por iniciativa da chefia da instituição, aprovou a Resolução nº 2/2017, que reformulou as atribuições de várias promotorias de justiça da capital.

Outras conquistas relevantes foram o reconhecimento de créditos e a lei que extinguiu promotorias de justiça substitutas.

"PCCS implantado com sucesso"

Procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar, dialoga com o presidente do Simpeal, Dogival Júnior, sobre o PCCS.

Posse de novos servidores do Ministério Público

PRÊMIO EXCELÊNCIA EM GESTÃO POR PROJETOS

O **Ato PGJ 09/2019** criou, em 2019, uma premiação interna para os melhores projetos executados. O objetivo da honraria é reconhecer o trabalho das equipes envolvidas nas melhores iniciativas cadastradas no planejamento estratégico institucional. O prêmio ocorrerá anualmente, concedendo troféus aos três melhores projetos e gerentes.

ASSESSORIA MILITAR

A Assessoria Militar é de fundamental importância para garantir a segurança nas unidades que integram o Ministério Público do Estado de Alagoas (MPEAL). A vigilância precisa, aperfeiçoada pelo conhecimento técnico, tem permitido a tranquilidade de membros e servidores. Reconhecendo o trabalho desenvolvido, interna e externamente, a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) também contemplou o setor com a aquisição de equipamentos, facilitando a comunicação entre as equipes e dando maior suporte na proteção de áreas institucionais.

De janeiro de 2017 até agora, a Assessoria Militar recebeu incremento de novas câmeras que permitem o acompanhamento de toda a movimentação nos prédios do Ministério Público em Maceió e Arapiraca, por meio de videomonitoramento. Nesses locais também foram instaladas catracas eletrônicas, exigindo a identificação de transeuntes.

Para coibir quaisquer tipos de transtornos, no prédio das Promotorias de Justiça da capital, localizado no Barro Duro, houve a implantação de uma sala para a Assessoria, bem como a instalação de cerca elétrica.

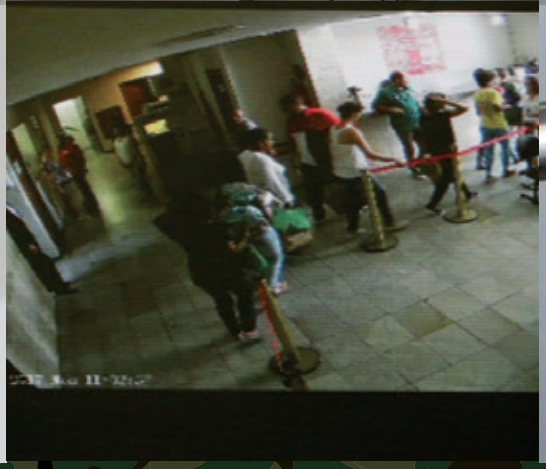
A atual gestão, também melhorou a comunicação entres os assessores militares em toda Maceió. Ela ficou mais rápida e eficaz com a utilização de rádios digitais.

E, ainda dentro desse contexto de melhoramento, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (CAOP) foi contemplado com um sistema de segurança. E os investimentos não para por aí. Como suporte para reforçar o trabalho de segurança já desempenhado, há previsão de contratação de vigilância privada em breve. O processo está em fase de confecção do termo de referência e, para a sua execução, calcula-se o valor mensal de aproximadamente de R$ 50 mil.

Medidas implementadas desde janeiro de 2017:

- ☑ Aquisição de novas câmeras com a consequente expansão do videomonitoramento dos prédios do Ministério Público em Maceió e Arapiraca;
- ☑ Implantação de cerca elétrica no prédio das Promotorias de Justiça da capital, no Barro Duro;
- ☑ Instalação de catracas eletrônicas na sede do MPAL e nos prédios das Promotorias de Justiça da Capital e de Arapiraca;
- ☑ Contratação de vigilância privada a fim de apoiar a Assessoria Militar e complementar a segurança já existente. Para essa finalidade, serão investidos cerca de R$ 50 mil mensais;
- ☑ Comunicação entre os prédios da capital por meio de rádio digital;
- ☑ Implementação do sistema de segurança do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (CAOP);
- ☑ Implantação de uma sala da Assessoria Militar no prédio das Promotorias de Justiça da capital.

Além disso, o setor continua desenvolvendo cursos de instrução de tiros para os membros. E ainda, implementará um curso de direção defensiva e evasiva.



Medidas implementadas desde janeiro de 2017

ASSESSORIA DE **CERIMONIAL**

Imprescindível na organização e execução de todos os eventos que respaldam as ações do Ministério Público Estadual de Alagoas (MPAL), quer sejam eles de cunho estadual ou nacional, a Assessoria de Cerimonial (Ascer) está diretamente vinculada à Procuradoria-Geral de Justiça. Nos últimos anos, para atender as demandas da chefia ministerial, do Centro de Apoio Operacional às Promotorias e dos promotores de justiça, a Ascer realizou eventos em quase todos os municípios alagoanos, organizando solenidades, audiências, reuniões e capacitações.

Além disso, pelo trabalho realizado ao longo dos anos, o MPAL sempre recebe solicitações para que haja a atuação da sua assessoria também na organização de eventos ou atuação como mestre de cerimônia nas ações de outras instituições, a exemplo dos pedidos vindos da CGU, IBGE, Polícia Federal, prefeituras e entidades do Terceiro Setor.

Ressalta-se ainda que, nos últimos anos, o Ministério Público de Alagoas foi anfitrião de vários eventos nacionais, como a Reunião Nacional dos Corregedores-Gerais, a Reunião Nacional dos Ouvidores; a Reunião do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC); o XIX Congresso Nacional do MP Consumidor; a Reunião da Secretaria Nacional do Consumidor; a Reunião da Conamp, eventos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), dentre outros, destacando-se positivamente, ganhando notoriedade e reconhecimento.

Periodicamente, a Ascer é responsável por receber convidados dos poderes constituídos e das mais diversas instituições dos estados brasileiros e, também, de outros países. Em 2019, o Cerimonial do MPAL também pôde contribuir na realização de um evento do GNCOC, ocorrido na sede do Ministério Público Federal, em Brasília.

Abertura do V Congresso Alagoano do Terceiro Setor e V Seminário do Projeto Associação Legal, no Centro de Convenções de Maceió.

111ª reunião ordinária do CNCGMPEU

Solenidade de posse do procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto.

Para o desempenho de suas funções a Ascer sempre faz o levantamento de todas as necessidades do evento e adota as providências cabíveis:

- ✓ Verifica as condições físicas do local do evento;
- ✓ Organiza as listas de convidados e integrantes de mesa;
- ✓ Elabora a redação dos convites, remete-os aos destinatários e acompanha as respostas (follow-up);
- ✓ Providencia os equipamentos e a contratação dos serviços necessários ou busca parcerias para concretizar cada evento;
- ✓ Realiza reuniões com os setores envolvidos para discutir sobre as necessidades e atribuições;
- ✓ Trabalha em parceria e com sinergia com os setores em prol do sucesso dos eventos;
- ✓ Divulga o evento;
- ✓ Coordena as inscrições;
- ✓ Mantém contato com os públicos de interesses, em especial com as autoridades dos poderes constituídos;
- ✓ Organiza e acompanha o translado das autoridades, conferencistas e também dos convidados especiais;
- ✓ Busca manter comunicação constante com as Assessorias de Cerimonial ou correspondentes de outros poderes, órgãos, entidades e instituições locais, nacionais ou internacionais, realizando contatos prévios e visitas, especialmente quando há participação em eventos externos de membros ou representantes do Ministério Público, assim designados pelo procurador-geral de justiça;
- ✓ Divulga a agenda de eventos;
- ✓ Acompanha o procurador-geral de justiça e demais membros nas solenidades internas e externas, visitas institucionais, atos oficiais e protocolares, organizando sua recepção, pronunciamento e retorno, bem como de seu representante, quando solicitado;
- ✓ Organiza, acompanha, executa e, ainda, atua como mestre de cerimônia em solenidades de posses, inaugurações, outorga de condecorações, audiências públicas, atos de assinaturas de documentos, aberturas de cursos, congressos, seminários, palestras, entre outros eventos institucionais de iniciativa do Ministério Público, quando previamente solicitado;
- ✓ Apoia e orienta os órgãos internos do Ministério Público na realização de eventos, quando solicitado;
- ✓ Elabora os roteiros e scripts das solenidades dos eventos realizados pelo Ministério Público, zelando pelo cumprimento dos regimentos internos do órgão e do cerimonial público em geral;
- ✓ Organiza a composição das mesas de honra e de trabalho, providenciando a reserva dos assentos, assim como a identificação e recepção de autoridades e convidados;
- Prepara relatório final e a prestação de contas dos eventos que são necessários.

1ª reunião do GNCOC de 2019, na Procuradoria-Geral de Justiça Militar, em Brasília/DF.

Solenidade de posse de novos promotores de justiça

CONTABILIDADE E FINANÇAS

O MPAL criou uma comissão de renegociação de contratos, coordenada pelos promotores de justiça Delfino Costa e Flávio Gomes, com o objetivo de diminuir custos à instituição. Os trabalhos geraram uma economia de R$ 1.173.546,17 para os exercícios financeiros dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, tendo em vista que alguns desses contratos só se encerrarão ano que vem.

A instituição também realizou dois leilões de bens inservíveis, entre 2017 e 2019. O valor arrecadado com a venda do material foi de R$ 385 mil. Além disso, o Banco Itaú ganhou a licitação para administrar a folha de pagamento do Ministério Público. Como contrapartida, foi doado ao órgão ministerial o montante de R$ 1,3 milhão.

Economia gerada pela redução nos valores dos contratos do Ministério Público a partir de 2017 pela Comissão de Renegociação de Contratos

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
MARCOS ANTONIO G. DOS SANTOS (gerador)			
Valor inicial do contrato		R$ 4.875,00	
Negociação	JAN/17 A SET/17	R$ 4.387,50	- 10,00%
Negociação	OUT/17 A SET/18	R$ 4.387,50	- 10,00%
Negociação	OUT/18 A SET/19	R$ 4.387,50	- 10,00%
Negociação	OUT/19 A SET/20	R$ 4.387,50	- 10,00%
Economia total		R$ 21.937,50	

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
PRINTPAGE PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI EPP			
Valor inicial do contrato		R$ 3.149,15	
Negociação	FEV/17 A JAN/18	R$ 2.502,85	- 20,52%
Economia total		R$ 7.755,60	

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
MAINÁ - ÁGUAS MINERAIS EIRELI-EPP			
Valor inicial do contrato		R$ 1.196,00	
Negociação	FEV/17 A DEZ/2017	R$ 1.144,00	- 4,34%
Economia total		R$ 572,00	

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
BRAZLINK COMÉCIO E SERVIÇOS LTDA			
Valor inicial do contrato		R$ 16,057,60	
Negociação	FEV/17 A JAN/18	R$ 14.500,00	- 9,70%
Economia total		R$ 18.691,20	

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
VELOO NET LTDA			
Valor inicial do contrato		R$ 11.311,64	
Negociação	JAN/17 A JUN/17	R$ 10.180,48	- 10,00%
Negociação	JUL/17 A AGO/17	R$ 10.180,48	- 10,00%
Negociação	SET/17 A AGO/18	R$ 10.180,48	- 10,00%
Economia total		R$ 22.623,20	

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
VELOO NET LTDA			
Valor inicial do contrato		R$ 18.566,66	
Negociação	JAN/17 A JUN/17	R$ 16.709,99	- 10,00%
Negociação	JUL/17 A DEZ/17	R$ 16.709,99	- 10,00%
Negociação	JAN/18 A DEZ/18	R$ 16.709,99	- 10,00%
Economia total		R$ 44.560,08	

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
VELOO NET LTDA			
Valor inicial do contrato		R$ 18.566,66	
Negociação	JAN/17 A JUN/17	R$ 16.709,99	- 10,00%
Negociação	JUL/17 A DEZ/17	R$ 16.709,99	- 10,00%
Negociação	JAN/18 A DEZ/18	R$ 16.709,99	- 10,00%
Economia total		R$ 44.560,08	

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
ATIVA SERVIÇOS GERAIS EIRELI			
Valor inicial do contrato		R$ 85.805,41	
Negociação	FEV/17 A JUL/17	R$ 74.361,64	- 13,34%
Negociação	AGO/17 A MAI/18	R$ 79.412,91	- 7,45%
Negociação	JUN/18 A AGO/18	R$ 82.180,53	- 4,22%
Economia total		R$ 154.906,03	

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA			
Valor inicial do contrato		R$ 182.333,51	
Negociação	JAN/17 A JUN/17	R$ 158.931,59	- 12,83%
Negociação	JUL/17 A JUN/18	R$ 162.327,10	- 10,97%
Negociação	JUL/18 A JUN/19	R$ 162.327,10	- 10,97%
Negociação	JUL/19 A JUN/19	R$ 167.905,34	- 7,92%
Economia total		R$ 793.703,40	

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
BRASCAR LOCADORA LTDA			
Valor inicial do contrato		R$ 5.825,00	
Negociação	JAN/17 A MAI/2017	R$ 5.533,75	- 5,00%
Economia total		R$ 1.456,25	

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
BRASCAR LOCADORA LTDA			
Valor inicial do contrato		R$ 27.641,70	
Negociação	JAN/17 A MAI/2017	R$ 26.245,85	- 5,00%
Economia total		R$ 6.979,25	

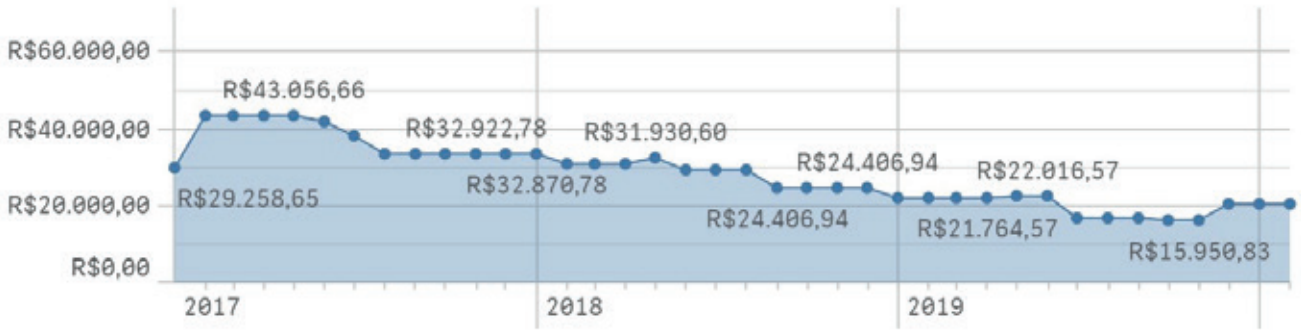
EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
ELÓGICA PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA			
Valor inicial do contrato		R$ 6.943,00	
Negociação	JAN/17 A DEZ/17	R$ 6.248,70	- 10,00%
Negociação	JAN/18 A DEZ/18	R$ 6.248,70	- 10,00%
Negociação	JAN/19 A DEZ/19	R$ 6.936,06	
Economia total		R$ 16.716,48	

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
ELEMAC ELEVADORES LTDA-EPP			
Valor inicial do contrato		R$ 1.966,67	
Negociação	FEV/17 A JAN/18	R$ 1.868,33	- 5,00%
Negociação	JAN/18 A DEZ/18	R$ 1.868,33	- 5,00%
Economia total		R$ 2.360,16	

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
POLO-IT INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA			
Valor inicial do contrato		R$ 3.783,72	
Negociação	MAI/18 A ABR/19	R$ 2.520,00	- 33,40%
Negociação	MAI/19 A ABR/20	R$ 2.268,00	- 40,05%
Economia total		R$ 33.353,28	

EMPRESA	PERÍODO	VALOR MENSAL	
MAQ-LARAM MÁQUINAS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA			
Valor inicial do contrato		R$ 19.915,33	
Negociação	DEZ/19 A DEZ/20	R$ 15.921,02	- 20,55%
Economia total		R$ 47.931,74	

VALORES MENSALMENTE ECONOMIZADOS



COMUNICAÇÃO SOCIAL

Estabelecer uma comunicação mais rápida com os públicos interno e externo do MPAL foi uma das metas da atual gestão do Ministério Público Estadual de Alagoas. E para alcançar esta finalidade, a Dicom cresceu em número de servidores. Duas novas jornalistas, um publicitário, um estagiário e um técnico administrativo passaram a compôr a equipe.

Com mais profissionais no setor, a cobertura das ações desenvolvidas por promotores e procuradores de justiça pôde ser ampliada, de modo que também aumentou a quantidade de matérias, registros fotográficos e campanhas realizadas.

As redes sociais institucionais ganharam força e as postagens no Facebook, Instagram e Twitter passaram a ser diárias, o que resultou numa maior interação entre o Ministério Público e a sociedade. Somente em 2017, foram produzidos 59 vídeos e 430 artes para esses canais de comunicação. Em 2018, a quantidade cresceu, com 98 vídeos e 582 artes. Já em 2019, até o início do mês de dezembro, foram confeccionados 72 vídeos e 593 artes.

Parte desse material foi utilizado também para comunicação interna e para os projetos e campanhas das promotorias de justiça, a exemplo do "Entenda o MPAL", "Fiscalização Preventiva Integrada do Rio São Francisco (FPI)", "MP Comunitário", "Fale, Educação!", "Direitos Humanos em Pauta", "Drogas: Prevenção é a Palavra-Chave", "Guardião da Cidadania", "Notificar é Preciso", "Plano de Conservação do Mutum-de-Alagoas", "Você Sabe o que Significa?", "Assédio Sexual e Moral", "Abuso Sexual Infantil", "Agosto Lilás", "MP Conectado com Você – Poluição Sonora é crime", "Destine Esperança" e "MP mais perto de você".

Prêmios

Pelo trabalho de cobertura do programa FPI do São Francisco, o MPAL conquistou, em junho de 2017, o 1º lugar no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça. A disputa foi contra a Defensoria Pública do Rio de janeiro e o TRE de Minas Gerais. Já em novembro do mesmo ano, na categoria "Assessoria de Comunicação" do Prêmio Braskem de Jornalismo, novamente o pódio número 1 ficou com o Ministério Público de Alagoas pela criação da campanha "Agosto Lilás", de combate a violência doméstica e familiar

Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça - 2017

Prêmio Braskem de Jornalismo - 2017

Prêmio Braskem de Jornalismo - 2018

contra a mulher.

Em meados de 2018, a Diretoria de Comunicação conquistou novamente o 1º lugar com o trabalho da cobertura da FPI do São Francisco, no Prêmio SST de Jornalismo (Saúde e Segurança no Trabalho). Já no final daquele mesmo ano, mais uma vez obteve a 1ª colocação do Prêmio Braskem de Jornalismo com o case Agosto Lilás. E o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça agraciou a Dicom do MPAL com o 2º lugar pela campanha "Agosto Lilás".

Em 2019, a Dicom voltou a vencer o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça. O trabalho vencedor foi a fotografia que mostra um catador de lixo, desprovido de qualquer equipamento de proteção individual (EPI), tentando encontrar comida em meio a uma montanha de resíduos sólidos. A imagem foi registrada durante uma fiscalização.

Pesquisa e novas campanhas

Pela primeira vez na história do MPAL, uma campanha foi produzida com base no resultado de uma pesquisa que aferiu o grau de conhecimento da população sobre o que é a instituição Ministério Público. Por meio do projeto "O MP mais perto de você", um instituto de pesquisa foi contratado e visitou todas as regiões do estado, consultando os moradores de cada cidade sobre a sua percepção a respeito da instituição ministerial e o papel do promotor de justiça naquele município.

Com o resultado em mãos, a Diretoria de Comunicação criou uma campanha institucional, por meio das redes sociais, para aproximar ainda mais a população do MPAL. Com as artes publicadas nesses canais de comunicação, a sociedade teve acesso a informações sobre as atribuições e atuação do Ministério Público de Alagoas na defesa e garantia dos direitos dos cidadãos.

Também dentro dessa inciativa, foi criada uma cartilha digital, dividida em sete capítulos, que foi disponibilizada ao público em geral e à imprensa. Ela também pode ser acessada, via download, no site www.mpal.mp.br. O objetivo deste material é facilitar o entendimento sobre o papel da instituição, através de uma linguagem acessível e de fácil compreensão.

E três novas campanhas foram criadas em 2019: "Destine Esperança", que incentivou a destinação de até 3% do tributo devido pelo contribuinte à Receita Federal para um fundo municipal da criança e do adolescente; "MP Conectado com Você: pertubação do sossego alheio é escolha sua", cuja finalidade foi combater o uso de som alto em todo o estado; e "Agosto Lilás" que, desta vez, usou a linguagem de cordel para alertar sobre o crime de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Procurador-geral de justiça Alfredo Gaspar, durante programa de rádio "MP Conectado com Você"

Programa "MP Conectado com Você"

O programa de rádio "MP Conectado com você" é uma nova ferramenta de comunicação do MPAL, criada em 2019, que tem como objetivo aproximar a população das ações desenvolvidas pelo órgão.

Esse trabalho passou a ser realizado após a assinatura de um convênio firmado, sem custos, entre o Ministério Público e o Instituto Zumbi dos Palmares (IZP).

Os programas vão ao ar sempre às segundas-feiras, com uma duração de média de 10 minutos. A veiculação é feita nas Rádios Difusora AM e Educativa FM. Além disso, durante toda a semana, vários spots de um minuto entram na programação das duas emissoras com informações sobre o combate a corrupção, dicas de cidadania, direitos da sociedade, dentre outros temas.

Todo conteúdo do "MP Conectado com Você" é de cunho institucional, jornalístico, informativo, educativo e de orientação social.

MINISTÉRIO PÚBLICO **COMUNITÁRIO**

O "MP Comunitário", instituído em 2011, é um projeto que tem como objetivo criar e fortalecer instrumentos alternativos para a solução de conflitos, da promoção social e da dignidade humana, com vistas à redução da violência e a criação de uma cultura de paz. Esse trabalho é realizado por meio da mobilização e capacitação de moradores da região do Vergel do Lago, que passam a atuar como mediadores de conflitos e agentes comunitários de cidadania e análise da realidade local.

Entre 2017 e 2019, dezenas de capacitações e eventos com temas relevantes foram ofertados pelo MP Comunitário àquela comunidade local.

E dentre suas atividades principais, é importante ressaltar o trabalho desenvolvido na mediação de conflitos em problemas relacionados à pessoa idosa, briga entre vizinhos, pertubação do sossego alheio, partilha de bens, injúria, calúnia e difamação, pensão alimentícia, relações de consumo e dívidas.

Formação de mediadores de conflito

O Curso de Formação em Mediação Comunitária, carro-chefe do MP Comunitário, já realizado algumas vezes, tem como objetivo capacitar lideranças para a prática da resolução de conflitos. "Essa é uma capacitação para profissionais e estudantes de diversas áreas para que se tornem multiplicadores da cultura de paz", contou Cláudio Malta, promotor que coordena o programa.

A formação tem duração média de 44 horas e é dividida em 10 módulos que abordam temas como: direitos humanos e mediação; questões comunitárias e sociológicas; pessoas, relacionamento e comunicação; e propostas e experiência da mediação comunitária.

Assistente Social orientando mulheres em ação do MP Comunitário

Atendimento para mediação de conflitos

Alfredo Gaspar homenageia as mulheres no Dia Internacional da Mulher

E diversos eventos já foram realizados objetivando conscientizar a população sobre os mais variados temas, a exemplo do III Encontro Local de Educação Ambiental, onde especialistas falaram sobre a importância da correta destinação para os resíduos sólidos e quais as consequências à saúde humana e ao meio ambiente quando o descarte do lixo ocorre de maneira inadequada. Outro exemplo foi a II Caminhada de Mobilização Contra o Descarte de Lixo.

Atendimentos realizados pelo MP Comunitário

	2017	2018	2019
Atendimentos	5096	3221	5013
Mediação de conflitos	205	94	140
Encaminhamentos para a rede de atendimento	4891	65	341
Encaminhamentos na área de saúde	4477	2999	4246
Encaminhamentos para cartórios	52	63	286

Passeata para conscientização da população contra o descarte irregular de lixo

Oferta de serviços públicos durante ação do MP Comunitário

PROCURADORIAS CÍVEIS E CRIMINAIS

Procuradorias Cíveis e Criminais atuaram em mais de 26 mil processos entre os anos de 2017 e 2019

Está na Constituição, no artigo 127: "O Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A Carta Magna também diz que ele não possui vinculação funcional a qualquer dos poderes do Estado. Em 1° grau, o órgão conta com o trabalho de promotores de justiça; já em 2° grau, quem atende as demandas de interesse público são os procuradores de justiça.

As procuradorias de justiça são os órgãos que atuam perante o Tribunal de Justiça, manifestando-se em todos os processos em grau de recurso naquele Colegiado. E a sua atuação se dá até a última instância de jurisdição, podendo o MPAL recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), ambos sediados em Brasília (DF).

Em Alagoas, são 17 membros com essas atribuições, estando eles divididos nas Procuradorias Cíveis e Criminais que, entre os anos de 2017 e 2019, já atuaram em mais de 26.864 processos.

São 10 procuradores de justiça que trabalham com demandas da área cível, atuando nas três câmaras cíveis e na sessão especializada cível do Tribunal de Justiça: José Arthur Melo, Walber José Valente de Lima, Vicente Félix Correia, Marcos Barros Méro, Ségio Jucá, Valter José Omena Acioly, Dennis Lima Calheiros, Lean Araújo, Denise Guimarães de Oliveira e Luiz Albuquerque Filho.

Já na área criminal, são 7 o número de procuradores de justiça que atuam. São eles: Eduardo Tavares Mendes, Antônio Arecippo de Barros Neto, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Luiz Barbosa Carnaúba, Dilmar Lopes Camerino e Antiógenes Marques de Lira, que coordena todas as Promotorias Criminais.

O papel dos procuradores de justiça cíveis

As Procuradorias Cíveis são coordenadas pelo procurador de justiça José Artur Melo. Nessa esfera, seus membros atuam, por exemplo, no direito da família, na defesa dos direitos coletivos e difusos, e na proteção ao patrimônio público.

"Nossa atribuição é atuar em processos de natureza cível perante o Tribunal de Justiça de Alagoas, fiscalizando a aplicação da lei, quando há interesse público e existe a participação de incapazes no processo. Se formos citar o direito de família, nós emitimos pareceres em ações de alimentos, divórcio, separação judicial, guarda, tutela, curatela, dentre outros. E, em processo de outras áreas cíveis, atuamos em mandados de segurança, desapropriações, ações civis públicas e por atos de improbidade", explicou José Artur Melo.

Os procuradores criminais

A missão das Procuradorias Criminais é se manifestar em todos os processos em grau de recurso no campo penal. De forma mais detalhada, essas procuradorias atuam perante os tribunais emitindo pareceres escritos nos processos criminais, elaborando relatório em sua manifestação final ou recursal, participando das sessões da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, oferecendo manifestação oral, tomando ciência, pessoalmente e mediante vista de autos, das decisões proferidas daquele Colegiado e recebendo intimação pessoal nos processos em que for atuar o MPAL.

"A natureza dos nossos processos é exclusivamente criminal. Eles chegam ao Tribunal de Justiça por meio de recursos interpostos por promotores de justiça ou pelos defensores do réu. E, ao chegar ao TJ, o desembargador encaminha os autos a um dos procuradores, que vai observar a sua

Procurador de justiça José Artur de Melo
Coordenador das Procuradorias de Justiça Cíveis

Procurador de justiça Antiógenes Marques de Lira
Coordenador das Procuradorias de Justiça Criminais

regularidade e legalidade, elaborando um parecer sobre o que verificou. Posso dizer que o mais comum é acompanhar a denúncia do promotor de 1° grau, mas não é regra, uma vez que existe a independência funcional e temos a liberdade de agir pelo nosso livre convencimento", explicou Antiógenes Marques de Lira.

As procuradorias também têm uma importante atuação no sentido de promover discussões a respeito das funções e do papel do Ministério Público em 2° grau, com a finalidade de destacar os compromissos dos seus membros para com a sociedade.

Atuação das Subprocuradorias-Gerais Administrativa-Institucional e Judicial do MPAL

Desde quando assumiu o cargo em 2017, o procurador-geral de justiça de Alagoas, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, trabalha em completa sintonia com o subprocurador-geral administrativo-institucional, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, e com o subprocurador-geral judicial, Sérgio Jucá, na organização administrativa do Ministério Público Estadual de Alagoas, na defesa da lei e na garantia de direitos à população.

Com as atribuições definidas pelo Ato Normativo nº 15/2017, em obediência a Lei Complementar nº 34/12, editada com o objetivo de modernizar a estrutura do MPAL, o subprocurador-geral administrativo-institucional tem a missão de atuar nos feitos relativos às atividades-meio, mais notadamente que tratem de matérias como pagamento de diárias; concessão, suspensão, adiamento e interrupção de férias; instrução de processos relativos à licitações; celebração de contratos; e atos relativos à administração geral, executando os de caráter decisório que requeira atuação direta do procurador-geral de justiça.

Nesse sentido, foi relevante a participação do subprocurador-geral administrativo-institucional numa série de ações realizadas como, por exemplo, as tratativas para as doações de dois terrenos que pertenciam às prefeituras de Palmeira dos Índios e Marechal Deodoro para a construção das futuras sedes das promotorias de justiça desses dois municípios.

"São terrenos localizados em bairros estratégicos e valorizados e, certamente, o maior beneficiário dos prédios que serão construídos nesses espaços será o povo das duas cidades. Também trabalhamos muito na agilização da máquina administrativa do Ministério Público, contribuindo para que a burocracia necessária fosse cumprida de maneira leve e dinâmica, permitindo, assim, que ocorresse uma avalanche de realizações", declarou Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

Subprocurador-geral administrativo-institucional, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Judicial

A Lei Completar n° 34, em seu artigo 10, estabelece que compete ao subprocurador-geral judicial o exercício de funções delegadas como órgão de execução e a supervisão da Assessoria Técnica, bem como outras previstas em ato normativo.

"Exerço a função de subprocurador-geral judicial por gentileza do procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, desde o início do seu profícuo mandato. O cargo tem a atribuição de supervisionar a Assessoria Técnica do chefe do Ministério Público e outras demandas que lhes forem solicitadas, como a de representá-lo em sessões plenárias do Tribunal de Justiça, propor ou intervir nas ações originárias, nos recursos especiais e extraordinários, além da atuação em causas tramitantes no 2º grau de jurisdição", informou Sérgio Jucá.

Ele ainda ressaltou que o subprocurador-geral judicial assume função de subprocurador-geral administrativo-institucional na ausência e no impedimento do titular do cargo.

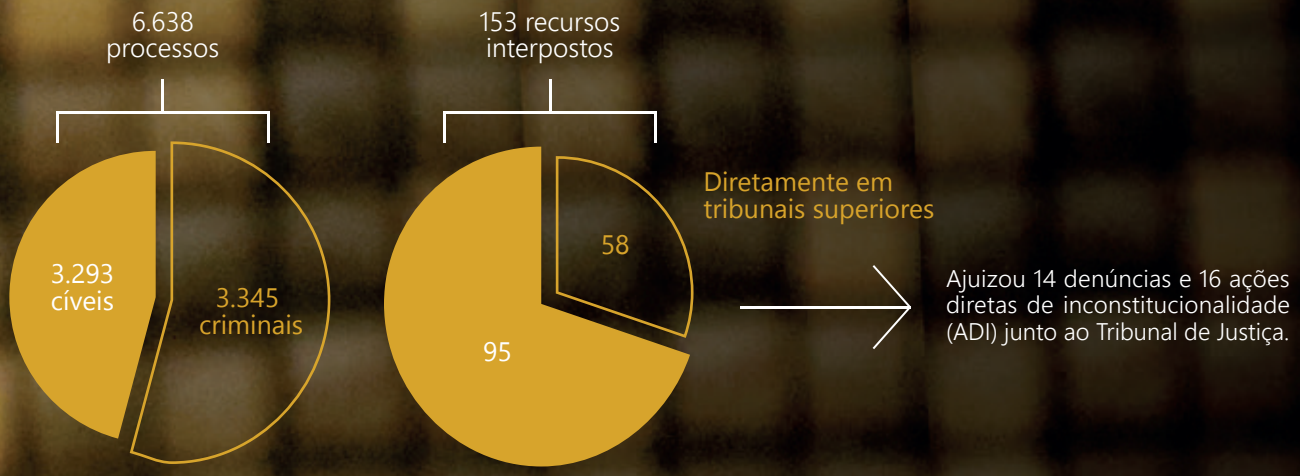
Subprocurador-geral judicial, Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá

MINISTERIO PÚBLICO DE LA DEFENSA

ATUAÇÃO DO **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

A Procuradoria-Geral de Justiça, com o apoio da Assessoria Técnica, atuou em milhares processos judiciais perante o Tribunal de Justiça de Alagoas, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

Esfera Judicial:



Destaque para as ações, acordos e operações do PGJ:

- Um conselheiro do Tribunal de Contas de Alagoas processado por ato de improbidade administrativa contra a administração pública;
- Recurso interposto e sustentação oral contra decisão do Tribunal de Justiça que inocentou um deputado estadual da acusação de homicídio;
- Acordo de não persecução penal para o encerramento dos lixões de todos os municípios alagoanos;
- Participação em todas as operações de combate à corrupção do Gaeco;
- Dois conselheiros do Tribunal de Contas processados por desvio de recursos públicos;
- Ações penais ajuizadas contra o prefeito de Maribondo pelo crime de violência doméstica;
- Ação penal proposta em desfavor do prefeito de Campo Grande pelos crimes ds corrupção ativa e de responsabilidade;
- Ação civil pública em face do Tribunal de Contas de Alagoas para limitar o pagamento das remunerações de seus agentes públicos ao teto constitucional;
- Ação direta de institucionalidade contra lei que autorizou e regulamentou a venda e o consumo de bebidas alcoólicas em eventos desportivos no estado de Alagoas;
- Ações diretas de inconstitucionalidade em desfavor de leis municipais que autorizaram a contratação de pessoal por tempo determinado em hipóteses não previstas nas Constituições da República e do estado de Alagoas;
- Ação penal, em atuação conjunta com o Gaeco, contra organização criminosa composta por mais de 70 réus, dentre os quais, prefeito municipal;
- Ação penal em face de prefeito municipal por crime de responsabilidade, consistente na utilização de bem e serviços públicos em benefício próprio;
- Ação penal em desfavor de integrantes da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas por malversação de verbas públicas;
- Ações por ato de improbidade administrativa ajuizadas contra deputados estaduais da Assembleia Legislativa de Alagoas por desvio de recursos públicos;
- Recursos para anular audiências de instrução e julgamento criminais realizadas sem a presença de promotor de justiça;
- Recursos contra decisões que autorizaram o retorno ao cargo de prefeito municipal e vereadores, réus em ações penais por crime de responsabilidade e contra a administração pública.

Esfera Judicial:

3.775 processos analisados

Instaurados **15** procedimentos investigatórios criminais (PICs)

Implantação do setor de distribuição, com 2.719 processos enviados para os diversos órgãos da instituição.

Procedimentos administrativos:

8.700	3.347	2.400	155
Despachos	Ofícios	Portarias	Atos do PGJ

Dentre a produção legislativa do procurador-geral de justiça, destaca-se a edição de atos normativos que visou aprimorar o trabalho das áreas meio e fim:

ATO PGJ nº. 01/2017

Altera o Ato PGJ nº. 06/2011, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO NORMATIVO PGJ nº. 01/2017

Dispõe sobre o uso de armas nas dependências do Ministério Público do Estado de Alagoas e servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ nº. 04/2017

Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, os Diplomas de Honra denominados Procurador de Justiça Hélio Luna Torres e Procurador de Justiça Itamar Gama e Silva.

ATO PGJ nº. 06/2017

Regulamenta o acesso ao sistema eletrônico SAJ-MP no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas e normatiza as regras para criação, especificação de contas e sua exclusão.

ATO PGJ nº. 07/2017

Fixa a data para a entrada em produção do sistema MP DIGITAL - SAJ-MP no Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ nº. 08/2017

Define regras quanto a forma de recebimento de documentos no âmbito da atividade-fim do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ nº. 09/2017

Institui, no âmbito dos processos administrativos da atividade-meio do Ministério Público do Estado de Alagoas, a classificação de prioridades na tramitação processual.

ATO PGJ nº. 12/2017

Institui o desconto do auxílio-alimentação quando do pagamento de diárias aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ nº. 15/2017

Delega atribuições ao subprocurador-geral administrativo-institucional para atuar nos processos administrativos em trâmite na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas e dá outras providências

ATO PGJ nº. 16/2017

Cria o setor de distribuição e define regras quanto à distribuição dos feitos no âmbito da atividade-fim do Ministério Público do Estado de Alagoas, iniciados no protocolo localizado no prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

ATO PGJ nº. 18/2017

Dispõe sobre o uso dos veículos de representação oficial no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ nº. 19/2017

Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Programa de Atuação Ministerial para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção no Estado de Alagoas.

ATO PGJ nº. 21/2017

Implantação do auxílio-alimentação aos integrantes da Assessoria Militar do Ministério Público do Estado de Alagoas, em consonância com o parágrafo segundo do art. 12 da Lei Estadual nº 7.373, de 04 de junho de 2012.

ATO PGJ nº. 22/2017

Determina, aos órgãos de apoio técnico e administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, o uso racional de papel para impressão.

ATO PGJ nº. 25/2017

Prorroga, por 12 (doze) meses, o prazo de validade do 6º processo seletivo para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva de estagiários do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ nº. 02/2018

Fixa a abrangência territorial de cada região administrativa e estabelece a distribuição dos cargos efetivos do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO NORMATIVO PGJ nº. 03/2018

Institui e regulamenta a Política de Gestão de Documentos Arquivísticos do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ nº. 04/2018

Institui o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos no âmbito das atribuições do Ministério Público do Estado de Alagoas - PLID/AL, em adesão ao Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos - SINALID/CNMP.

ATO PGJ nº. 09/2018

Suspende a concessão de férias e de licenças voluntárias, a partir do dia 7 de julho de 2018, até 15 (quinze) dias depois da diplomação dos candidatos eleitos, aos membros do Ministério Público do Estado de Alagoas que exercem funções eleitorais, ressalvadas as situações excepcionais.

ATO PGJ nº. 10/2018

Altera a tabela dos plantões do Ministério Público do Estado de Alagoas e dá outras providências.

ATO PGJ nº. 11/2018

Reformula os percentuais a serem aplicados na verba indenizatória pelo desempenho de funções de direção, coordenação e assessoramento, limitando a gratificação em, no máximo, 20% do valor do seu subsídio, não podendo a soma das verbas previstas exceder o teto remuneratório constitucional.

ATO PGJ nº. 12/2018

Altera o Ato PGJ nº 06/2011, que regula a concessão e o pagamento de diárias aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas.

ATO PGJ nº. 13/2018

Altera o Ato PGJ nº 16/2017, redefinindo o funcionamento do Setor de Distribuição.

ATO PGJ nº. 14/2018

Institui o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça.

ATO PGJ nº. 16/2018

Transfere o Gabinete da Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça para o prédio-sede das Promotorias de Justiça da Capital, situado na Avenida Juca Sampaio, nº 540, Barro Duro - Maceió-AL, até ulterior deliberação.

ATO NORMATIVO CONJUNTO PGJ/CGMP nº. 01/2018

Dispõe sobre a aplicação, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, da Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN 15/2018, que trata do estágio probatório dos membros do Ministério Público brasileiro.

ATO PGJ nº. 03/2019

Disciplina a folga compensatória decorrente do exercício de atividade em regime de plantão.

ATO PGJ nº. 06/2019

Institui a política de Comunicação Social do Ministério Público Estadual de Alagoas.

ATO PGJ nº. 08/2019

Regulamenta o uso de copos descartáveis no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas e dá outras providências.

ATO PGJ nº. 09/2019

Institui o Prêmio Excelência em Gestão de Projetos e dá outras providências.

ATO PGJ nº. 10/2019

Institui o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Alagoas e dá outras providências.

ATO PGJ nº. 13/2019

Estabelece o prazo de 90 (noventa) dias, para dar início ao cumprimento das Ferramentas Arquivísticas (PCTTD) – Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos do Ministério Público do Estado de Alagoas, publicada no dia 29 de agosto do corrente ano.

ATO PGJ nº. 20/2019

Regulamenta o programa "Voluntariado do Ministério Público do Estado de Alagoas", instituído pela Lei Estadual nº 7.320, de 15 de dezembro de 2011, nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

RESOLUÇÃO CPJ nº. 01/2017

Cria o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Conexos – Gaesf, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CPJ n. 02/2017

Dispõe sobre as atribuições das Promotorias de Justiça da Capital.

RESOLUÇÃO CPJ n. 03/2017

Extingue o 2º Centro de Apoio Operacional, renomeia e amplia a área de atuação do 1º Centro de Apoio Operacional e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CPJ n. 04/2017

Regulamenta as atribuições recursais das Procuradorias de Justiça, a inspeção permanente, o critério de distribuição, as substituições e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CPJ n. 05/2017

Modifica as atribuições da 8ª e da 32ª Promotorias de Justiça da Capital.

RESOLUÇÃO CPJ n. 06/2017

Fixa as atribuições das Promotorias de Justiça das Comarcas São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema.

RESOLUÇÃO CPJ n. 08/2017

Regulamenta a escolha prevista no art. 30 da Lei Complementar Estadual n. 15/1996.

RESOLUÇÃO CPJ n. 09/2017

Altera as atribuições das Promotorias de Justiça de Arapiraca e revoga a Resolução CPJ n. 06/2015.

RESOLUÇÃO CPJ n. 10/2017

Estabelece as atribuições das Promotorias de Justiça da Comarca de Delmiro Gouveia.

RESOLUÇÃO CPJ n. 11/2017

Acrescenta o parágrafo único ao art. 1º da Resolução CPJ n. 02/2017, que dispõe sobre as atribuições das Promotorias de Justiça da Capital.

RESOLUÇÃO CPJ n. 12/2017

Altera as atribuições da 1ª e da 2ª Promotorias de Justiça da Comarca de Rio Largo, fixadas pela Resolução CPJ n. 06/2012.

RESOLUÇÃO CPJ n. 13/2017

Cria o Gabinete de Segurança Institucional – GSI – no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

RESOLUÇÃO CPJ n. 15/2017

Cria o Núcleo de Perícias do Ministério Público do Estado de Alagoas, no âmbito do Centro de Apoio Operacional – CAOP.

RESOLUÇÃO CPJ n. 01/2018

Fixa as atribuições das Promotorias de Justiça relativas aos cargos de Promotor de Justiça transformados pela Lei Estadual n. 7.949, 29 de novembro de 2017.

RESOLUÇÃO CPJ n. 02/2018

Regulamenta o plantão do Ministério Público perante o segundo grau de jurisdição.

RESOLUÇÃO CPJ n. 03/2018

Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Comitê de Segurança Institucional – CSI.

RESOLUÇÃO CPJ n. 04/2018

Altera a Resolução CPJ n. 3/2006, que criou o Gecoc – Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas.

RESOLUÇÃO CPJ n. 05/2018

Regulamenta a estrutura do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas – CAOP.

RESOLUÇÃO CPJ n. 06/2018

Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça.

RESOLUÇÃO CPJ n. 07/2018

Institui o Regimento Interno da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CPJ n. 08/2018

Disciplina o Núcleo de Inquéritos da Capital e de Arapiraca.

RESOLUÇÃO CPJ n. 11/2018

Cria o Núcleo de Educação no âmbito do Centro de Apoio Operacional do Ministério Publico de Alagoas – CAOP.

RESOLUÇÃO CPJ n. 12/2018

Institui, no âmbito do Ministério Publico de Alagoas, o Núcleo de Gestão da Informação – NGI.

RESOLUÇÃO CPJ n. 13/2018

Institui, na estrutura do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça de Arapiraca.

RESOLUÇÃO CPJ n. 01/2019

Aplica, aos subsídios dos membros do Ministério Público do Estado de Alagoas, a recomposição parcial da inflação instituída pelas Leis ns. 13.752/2018 e 13.753/2018.

RESOLUÇÃO CPJ n. 02/2019

Extingue, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, a concessão de auxílio-moradia conforme era previsto pela Resolução CNMP n. 117/2014, que deixou de vigorar em 1.1.2019.

RESOLUÇÃO CPJ n. 03/2019

Institui, na estrutura do Ministério Público do Estado de Alagoas, os Núcleos de Autocomposição das Promotorias de Justiça de Maceió e de Arapiraca.

RESOLUÇÃO CPJ n. 05/2019

Altera as atribuições das Promotorias de Justiça de Arapiraca e revoga a Resolução CPJ nº 09/2017.

RESOLUÇÃO CPJ n. 06/2019

Institui o "Selo Amigo da Socioeducação" do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas".

RESOLUÇÃO CPJ n. 08/2019

Modifica as atribuições das Promotorias de Justiça de Arapiraca.

RESOLUÇÃO CPJ n. 09/2019

Altera a Resolução CPJ n. 4, de 27 de maio de 2015, que estabelece as atribuições das Promotorias de Justiça de Coruripe e Porto Calvo.

RESOLUÇÃO CPJ n. 10/2019

Modifica as atribuições da 11ª Promotoria de Justiça da Capital.

RESOLUÇÃO CPJ n. 11/2019

Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, parâmetros materiais e procedimentais a serem observados para a celebração de composição, nas modalidades compromisso de ajustamento de conduta e acordo de leniência, envolvendo as sanções cominadas aos atos de improbidade administrativa, definidos na Lei n. 8.429/1992, e aos atos praticados contra a administração pública, definidos na Lei n. 12.846/2013.

INSTRUÇÃO NORMATIVA PGJ n. 02/2017

Estabelece procedimentos para contratação de serviços e compras de qualquer natureza no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

INSTRUÇÃO NORMATIVA PGJ n. 01/2019

Estabelece o procedimento para concessão de suprimentos de fundos e sua respectiva prestação de contas no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

"O que eu fiz foi seguir com um Ministério Público altivo, unido e harmônico"

Discurso de posse

Estilo conciliador de Alfredo Gaspar permitiu sua eleição e reeleição para chefiar o MPAL

O procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar, não teve adversários para disputar o comando do Ministério Público Estadual de Alagoas. Quando seu nome foi lançado para concorrer a chefia da instituição, ainda em 2016, foi recebido com entusiasmo pelos seus colegas de classe, que o elegeram quase por unanimidade. E esse mesmo processo se repetiu em 2018, quando ele foi reconduzido ao cargo.

No dia 2 de janeiro de 2017, Alfredo Gaspar tomou posse como procurador-geral de justiça, durante uma solenidade bastante concorrida e prestigiada por diversas autoridades, a exemplo do governador de Alagoas e dos presidentes dos demais poderes. E, em seu discurso, ele lembrou que ser promotor de justiça era um sonho de infância, que acabou ganhando contornos ainda mais fortes porque seu avô, de quem herdou o nome, também ocupou o mesmo cargo. "Há pouco mais de 60 anos meu avô, Alfredo Gaspar de Mendonça, também teve o privilégio de assumir essa mesma função, registro este que faço porque há uma coincidência na história. Quarenta e seis anos atrás herdei o nome dele e, agora, a mesma responsabilidade de assumir a chefia do Ministério Público", disse ele, à época.

E seu mandato durou dois anos, até o final de 2018, quando ele foi reconduzido ao cargo para mais um biênio. "Essas duas candidaturas únicas demonstraram claramente o amadurecimento da instituição. E o que eu fiz foi seguir com um Ministério Público altivo, unido e harmônico, trilhando o caminho do bom combate, da transformação social, defendendo especialmente, primeiro, a sociedade", disse ele.

Solenidade de posse para o 1º mandato de procurador-geral de justiça

Eleição para o 2º mandato de procurador-geral de justiça

Histórico

Alfredo Gaspar iniciou sua carreira no MPEAL em 8 de abril de 1996, na Promotoria de Justiça de Maravilha. Atuou também como promotor no município de Palmeira dos Índios, além de ter exercido seu ofício em várias promotorias especializadas da capital e nos gabinetes da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral. Atualmente é titular da 48ª Promotoria de Justiça da capital, com atribuição para atuar no Tribunal do Júri, da qual está afastado para ocupar o cargo de chefe do Ministério Público.

Na condição de representante do MPAL, participou de investigações de casos de grande repercussão no estado. Também já compôs o Conselho Estadual de Segurança Pública (Conseg) e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos. Recentemente, comandou a Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Por duas vezes, Alfredo Gaspar coordenou o Grupo de Atuação Especial Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPAL, cuja missão principal é investigar organizações criminosas especializadas em desviar recursos públicos e que praticam homicídios e tráfico de drogas e armas.

Em 2018, ele foi escolhido para presidir o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), colegiado que reúne os Gaecos de todos os MPs do Brasil. E, estando à frente desse Grupo, comandou três grandes operações nacionais, realizadas, de forma simultânea, em quase todos os estados brasileiros. Os alvos foram integrantes de facções criminosas e membros de organizações que praticavam o crime de corrupção.

Alfredo Gaspar de Mendonça, além da formação acadêmica no curso de Direito, é pós-graduado em Direito Público.

Reunião com a Defesa Civil sobre o caso do bairro Pinheiro

Palestra em evento sobre empreendedorismo

Ministério Público e Defensoria Pública ajuízam ação contra Braskem visando reparação de danos a moradores atingidos pela exploração da sal-gema

O Ministério Público Estadual de Alagoas e a Defensoria Pública Estadual de Alagoas propuseram, em abril de 2019, pedido de tutela cautelar em caráter antecedente de ação civil pública em desfavor da empresa Braskem S.A., para que fosse decretada a indisponibilidade dos ativos financeiros e bens no valor inicial de R$ 6,7 bilhões, estendendo a ações em bolsas de valores no Brasil, Madri, Nova York e Paris. A finalidade foi garantir reparos por danos morais e materiais aos moradores dos bairros do Pinheiro, Bebedouro e Mutange – todos em Maceió, bem como de todas as localidades apontadas como áreas de riscos no decreto de calamidade pública da Prefeitura de Maceió.

De acordo com o procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar, a ação visou garantir segurança à população, uma vez que, até àquela época, já havia indícios suficientes, por parte da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) do Governo Federal, de que os danos ocorridos nos bairros foram decorrentes da atividade mineradora da Braskem.

No pedido de tutela, foi requerida a criação de uma conta judicial para que pudessem ser garantidos todos os danos, custos com aluguel social e inspeções nos prédios e obras de estabilização das áreas afetadas.

"Em abril do ano passado, o Ministério Público e a Defensoria Pública, após prolongada análise do caso, resolveram agir preventivamente, e de forma proativa, para garantir e resguardar a preservação de vidas e o direito à indenização às pessoas atingidas, diante das evidências que já estavam catalogadas na ação cautelar", disse Gaspar.

Instituições firmam acordo com mineradora para beneficiar as vítimas

No maior acordo já visto em Alagoas, os Ministérios Públicos Estadual e Federal e as Defensorias Públicas Estadual e da União firmaram um pacto histórico para beneficiar 17 mil pessoas que tiveram suas casas e estabelecimentos comerciais atingidos em razão da exploração da sal-gema nos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto. Um cronograma está sendo feito para que a população comece a receber as indenizações.

O Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco, formalizado em dezembro de 2019, estabeleceu as ações para a desocupação das áreas consideradas de maior risco pelas Defesas Civis Nacional e Municipal e pela CPRM.

Detalhes do acordo

As instituições pactuaram com a Braskem S.A que, dentre outras obrigações, ela deve financiar e fornecer os recursos materiais necessários para apoiar as ações de desocupação, com a inclusão dos moradores no Programa de Apoio à Realocação e Compensação Financeira, o qual contempla auxílio aluguel, auxílio mudança e pagamento de danos materiais e morais.

A celebração do acordo deverá beneficiar cerca de 17 mil pessoas, ocupantes de, aproximadamente, quatro mil e quinhentas casas.

"É importante destacar que a cláusula 55ª do acordo não vincula e não gera obrigações para as vítimas que não concordarem com as propostas da petroquímica. Elas estão livres para adotar as medidas que entenderem pertinentes", reforçou Alfredo Gaspar.

Conta com R$ 1,7 bilhão

No Termo também consta a obrigação da abertura de uma conta, por parte da Braskem S.A., cujo valor mínimo inicialmente a ser depositado é de R$ 1,7 bilhão para cobrir as despesas. Caso ele não seja suficiente para arcar com todas as obrigações assumidas, a empresa deverá fazer aportes financeiros que garantam, no mínimo, um saldo de R$ 100 milhões até que todos os atingidos das áreas delimitadas no referido acordo sejam contemplados.

28 NOVOS PROMOTORES DE JUSTIÇA

Solenidade de posse dos novos promotores de justiça

Melhor servir, garantir mais presença do Ministério Público na vida do cidadão, recompor o quadro desafogando as demandas e reforçando o trabalho dos membros existentes. O Ministério Público Estadual de Alagoas, no período de um ano (novembro de 2017 a novembro de 2018), convocou 26 novos promotores de Justiça, e mais dois em outubro de 2019, totalizando mais 28 intergantes na instituição preparados para promover o bem e combater todo e qualquer tipo de violação à cidadania.

Em 2017, por ordem de classificação, foram empossados Arlen Silva Brito, Rodrigo Soares da Silva, Márcio José Dória da Cunha, Ivaldo da Silva, Guilherme Diamantaras de Figueredo, Luiz Alberto de Holanda Paes Pinto, Louise Maria Teixeira da Silva, Rômulo de Souto Crasto Leite, Paulo Henrique Carvalho Prado, Fábio Bastos Nunes e Rodrigo Ferreira Lavor Rodrigues da Cruz.

Já em junho do ano passado foi dada posse, também por ordem de classificação, a mais 15 novos membros do MPAL: Ary Lages Filho, Thiago Riff Narciso, Marcus Vinícius Batista Rodrigues Júnior, Ricardo de Souza Libório, Ariadne Dantas Meneses, Leonardo Novaes Bastos, Lucas Mascarenhas de Cerqueira Menezes, Isaac de Medeiros Santos, Kleytionne Pereira Sousa, Lucas Schitini de Souza, Alex Almeida da Silva, Paulo Victor Sousa Zacarias, Sérgio Ricardo Vieira Leite, Dênis Guimarães de Oliveira e Jheise de Fátima Lima da Gama.

Por fim, em novembro de 2019, foram empossadas as promotoras de justiça Ana Cecília de Moraes e Silva Dantas e Shanya Maria de Espíndola Dantas.

Curso de formação para os novos promotores de Justiça

Todos eles prometeram combater, em suas respectivas promotorias de justiça, atos de improbidade administrativa e de corrupção e defender o exercício da cidadania e o diálogo entre as instituições como os melhores caminhos contra a desigualdade e a injustiça social.

Posse festiva dos novos promotores de justiça

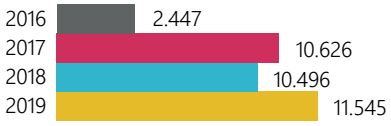
PROCESSOS E DEMAIS **PROCEDIMENTOS**

Durante o triênio 2017-2019, os dados mostram como a atuação judicial e extrajudicial do MPAL contribuíram para assegurar que a lei fosse efetivamente cumprida e a sociedade tivesse seus direitos garantidos.

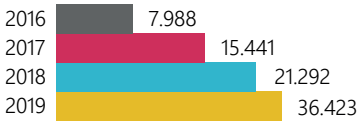
Abaixo, é possível verificar em gráficos como foi a atuação de promotores e procuradores de justiça em processos de 1ª e 2ª instâncias, além dos demais procedimentos administrativos, o que comprova um avanço relevante, se comparado ao anos anteriores.

Processos de 1ª instância

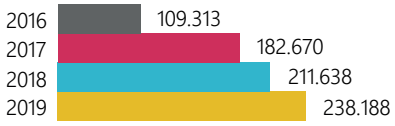
Processos de 2ª instância



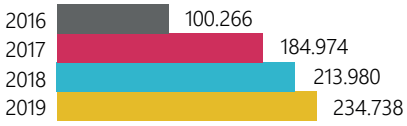
Processos extrajudiciais



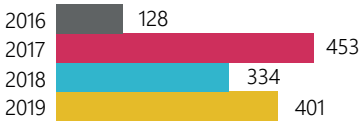
Entradas de processos/procedimentos por ano (Portal da Transparência)



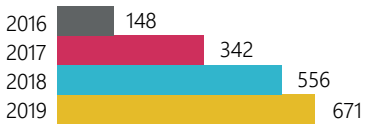
Saídas de processos/procedimentos por ano (Portal da Transparência)



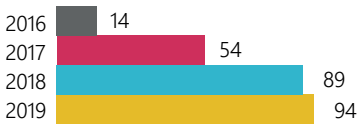
Procedimentos preparatórios



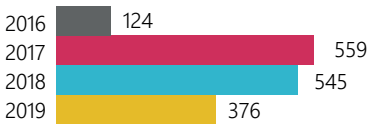
Termos de Ajustamento de Conduta (TAC)



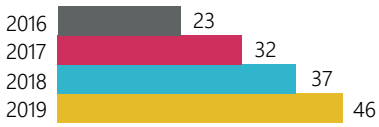
Procedimentos de Investigação Criminal (PIC)



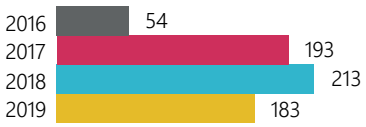
Inquéritos Civis



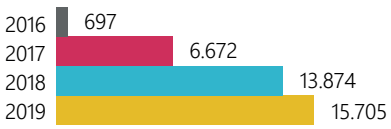
Ação Civil de Improbidade Administrativa ajuizadas por ano



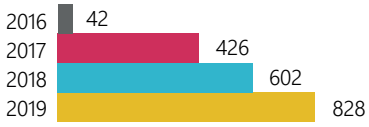
Ação Civil Pública (Cível e Infância) ajuizadas por ano



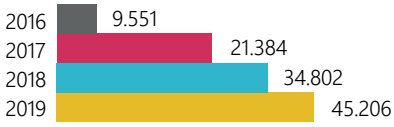
Audiências Judiciais



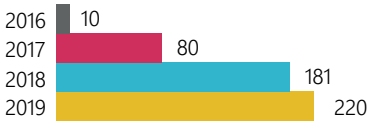
Audiências Extrajudiciais



Ciências de Sentenças/Acórdão



Recomendações



INOVAÇÃO

CRIAÇÃO DO GAESF

Agir para coibir a atuação de quadrilhas especializadas em crimes tributários lesando, em grande escala, o estado e o cidadão. Diante dos números estarrecedores de fraudes providenciadas, inclusive, com a participação direta de servidores da Secretaria da Fazenda, o Ministério Público Estadual de Alagoas, por iniciativa da sua chefia, criou o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Conexos (GAESF). O colegiado foi instituído por meio da Resolução nº 1/2017, e atua em parceria com outras instituições, a exemplo da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), das Polícias Civil e Militar, e da Perícia Oficial. Além dos promotores de justiça, a coordenação do GAESF conta com atuação permanente de um delegado de Polícia Civil.

Dentre as atribuições, o Gaesf realiza investigações cíveis e criminais, acompanha inquéritos policiais e instaura procedimentos; colhe depoimentos; requisita de órgãos públicos serviços técnicos e informações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades; e propõe ações cíveis de responsabilidade pela prática de ato de improbidade administrativa e, também, ações penais.

Para suas investigações, o colegiado trabalha com teto mínimo de R$ 2 milhões em fraudes. Várias operações foram desencadeadas no período de 2017 a 2019 pelo Gaesf, em todo estado, e os resultados têm beneficiado entidades e instituições com doações de material apreendido. Entre as de maior repercussão está a "Operação Placebo" que confiscou carretas de medicamentos cuja comercialização ocorria ilegalmente, tendo como base a corrupção.

Entrega dos medicamentos apreendidos na Operação Placebo

Promotores de justiça do Gaesf acompanham o armazenamento dos medicamentos

Apresentação de resultados da Operação Placebo

Vistoria em depósito com os medicamentos apreendidos na Operação Placebo

Após pedido do MPAL, Judiciário determina que medicamentos apreendidos na "Operação Placebo" sejam doados a hospitais públicos

Numa iniciativa inédita, em agosto de 2019, cerca de cinco mil tipos de medicamentos foram entregues para o abastecimento de hospitais públicos alagoanos. A boa notícia se deu em razão do requerimento de adjudicação (ato judicial que dá a alguém a posse e a propriedade de determinados bens) feito pelo Ministério Público Estadual de Alagoas e que teve decisão favorável do Poder Judiciário. Os remédios e insumos foram apreendidos durante a "Operação Placebo", deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial em Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Conexos (Gaesf) do MPE/AL, em julho de 2018. A mercadoria foi apreendida porque o Ministério Público entendeu que a sua aquisição se deu com recursos provenientes de crime, gerando um prejuízo milionário ao tesouro estadual.

A entrega do material foi acompanhada de perto pelo procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, e pelos promotores de justiça do Gaesf, Kléber Valadares e Guilherme Diamantaras. “Essa foi uma vitória não somente do Ministério Público, mas de toda a população alagoana que sofre com os mais diversos tipos de crime, inclusive, com os de lavagem de bens e sonegação de tributos. São recursos que, se recolhidos aos cofres estaduais, poderiam ser utilizados, por exemplo, para cuidar melhor da saúde dos pacientes que não podem custear tratamentos particulares. Por isso a chegada desses medicamentos aos hospitais públicos foi tão importante”, defendeu o chefe do MPAL.

Promotor de justiça Cyro Blatter durante apreensão de medicamentos na Operação Placebo

Distribuição dos medicamentos à Secretaria de Estado da Saúde

O que foi requerido pelo Gaesf

O Gaesf, no pedido formulado à 17ª Vara Criminal da Capital, explicou que todo o material apreendido beneficiaria diretamente o estoque dos hospitais ligados à Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas (Sesau) que, por sua vez, já deixara reservado, numa conta do Estado, o valor de R$ 40 milhões como garantia financeira às empresas alvo das denúncias, caso haja essa necessidade futura. O Ministério Público também argumentou que os estoques de bens existentes nas empresas Ribeiro & Santos, Moca Distribuidora, Holifarma, MI Farma e AM Farma, tanto de medicamentos quanto de automóveis, na verdade são fruto indireto do crime de lavagem de bens, fraudes societárias, além de sonegação fiscal. E, somente em razão do não recolhimento dos tributos devidos, o prejuízo aos cofres públicos já corresponderia a R$ 196.539.968,80 (Cento e noventa e seis milhões, quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos), aí incluídos valores originais, além de multas e juros.

Os resultados dos trabalhos nos três anos de atuação do Gaesf são plausíveis. Ao todo, 154 pessoas foram denunciadas, 57 presas e 62 veículos foram apreendidos. Somente em 2019, foram somados R$ 122.500.000,00 (Cento e vinte e dois milhões e quinhentos mil reais) de créditos em recuperação (quando o réu disponibiliza imóveis e outros bens para pagamento das dívidas), seguindo o trâmite burocrático.

Mermbros do MPAL acompanham a chegada dos medicamentos no Hopsital Geral do Estado

REFORMULAÇÃO DO CAOP E FRENTES DE TRABALHO

A criação e implantação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (CAOP), por meio da Resolução nº 003/17, é um dos marcos da atual gestão. O órgão tem a importante atribuição de contribuir com o funcionamento das promotorias de justiça. Por meio dele, e com a ajuda dos núcleos especializados, as unidades ministeriais, seus titulares e servidores são atualizados com informações técnico-jurídicas e auxiliados na realização de pesquisas, estudos, relatórios, procedimentos de investigação, preparação de ações e estratégias de atuação.

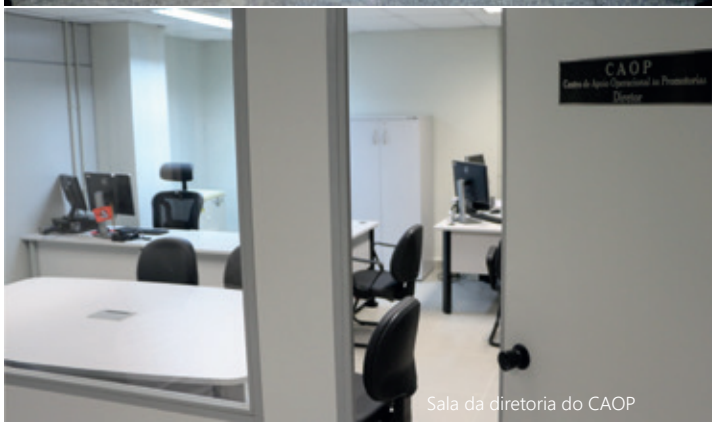
O Caop também compartilha da missão de realizar cursos, palestras, seminários, audiências públicas e outros eventos. E, instalado num novo prédio, desde de dezembro de 2018, ficou mais fácil para que ele consiga executar tudo. A reforma do imóvel, que atualmente funciona na Avenida Fernandes Lima, nº 1.018, no bairro do Farol, custou R$ 350 mil.

A nova unidade foi totalmente reformada e adaptada, seguindo as normas de acessibilidade exigidas pela legislação vigente. Tudo foi planejado pela equipe de engenheiros e arquitetos do MPAL para dar maior conforto não somente a membros e servidores, mas também para a sociedade.

Dentre as obras realizadas, estiveram a reconstituição dos sistemas de ar condicionado, de cabeamento para TI e elétrico, colocação de divisórias para separação interna dos ambientes, pintura geral, revisão da cobertura do teto, recomposição da área externa e fixação de totem com o emblema do Ministério Público.

"A entrega dessa sede foi muito importante para o desenvolvimento mais célere das atividades das promotorias, que a partir daquele momento, puderam trabalhar mais próximas e sintonizadas. E, com os núcleos funcionando no mesmo prédio, passou a ser possível responder com mais rapidez as demandas e a uniformização das ações da instituição", afirmou Alfredo Gaspar.

Procurador-geral discursa em inauguração do CAOP

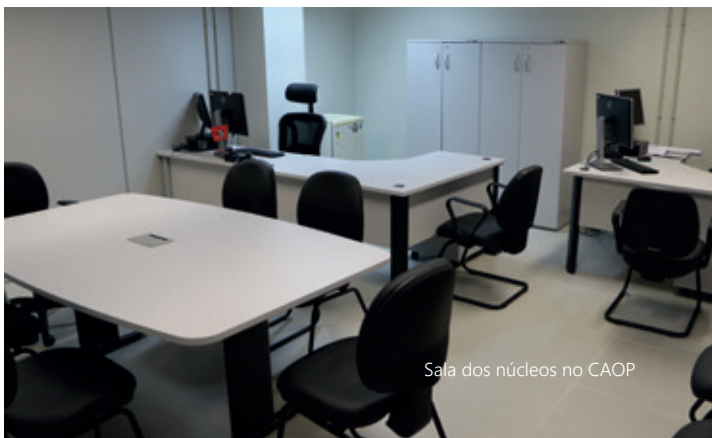


Sala da diretoria do CAOP

Núcleos

Estão funcionando no Caop todos os 10 núcleos especializados do MPAL: Consumidor, Defesa do Patrimônio Público, Meio Ambiente, Infância e Juventude, Combate ao Crime, Defesa da Mulher, Defesa da Educação, Defesa da Saúde Pública, Defesa dos Direitos Humanos e de Perícias.

Além disso, é nesse mesmo prédio que está instalada a Escola Superior do Ministério Público (ESMP).


Sala dos núcleos no CAOP

100% dos lixões em Alagoas encerrados

Numa iniciativa nunca antes vista em Alagoas, o Ministério Público conseguiu fechar todos os lixões ainda existentes no estado. Por meio de um acordo de não persecução penal, firmado entre a chefia do MPAL e gestores públicos, Alagoas se tornou o primeiro estado do Norte/Nordeste e o 3º do país a encerrar todos os seus vazadouros, o que ocorreu até o final do primeiro semestre de 2018. O término daquela atividade ambientalmente ilegal finalmente deu cumprimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). E essa ação contou com o apoio da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), do Instituto do Meio Ambiente (IMA) e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh).

Além do fechamento dos lixões, o Ministério Público recomendou aos municípios que se associem para fomentar a implementação de locais de recepção e tratamento adequado de resíduos sólidos, buscando, assim, a diminuição dos custos. E no acordo, os gestores concordaram ainda em assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a promotoria de justiça local para, num prazo de até cinco anos, recuperar a área ambientalmente degradada pela aposição inadequada de resíduos sólidos e promover a efetividade das políticas públicas inseridas na lei já referida. E como reconhecimento ao esforço feito pelos prefeitos para encerrar seus vazadouros, o MPAL entregou um certificado a cada um dos gestores. Foi a forma que a instituição encontrou para homenageá-los.

Desde 2014, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) vinha orientando as unidades dos MP's brasileiro sobre a importância do cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para tanto, aquele Colegiado criou um guia com a missão de apresentar subsídios de atuação aos membros do Ministério Público para o devido enfrentamento do problema, além de fundamentar a constitucionalidade e a legalidade da gestão compartilhada de resíduos sólidos recicláveis entre municípios e associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis, com dispensa do processo licitatório e, mais, como obrigação do poder público de contratar e remunerar os serviços prestados, responsável que é pela fiel observância dos preceitos legais.

Encerramento do lixão de Inhapi

Encerramento do lixão de Inhapi

Encerramento do lixão de Canapi

Encerramento do lixão de Porto Calvo

Encerramento do lixão de São José da Laje

Audiência Pública sobre os portais da transparência

Alfredo Gaspar cobra a criação de portais da transparência

Procurador-geral de justiça e coordenador do NUDEPAT durante audiência pública

Reunião com representantes das Câmaras Municipais

#FRENTESDETRABALHOCAOP

100% dos Portais da Transparência implantados

"Transparência no Poder Legislativo dos Municípios de Alagoas". Essa foi a proposta levada às câmaras municipais pela chefia do MPEAL, pelo Caop e pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Público para que todas elas implantassem ou aperfeiçoassem, num curto espaço de tempo, os seus portais da transparência, uma ferramenta importante de controle social, e se adequassem ao que exige a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei de Responsabilidade Fiscal(LRF).

As casas legislativas responderam positivamente ao chamamento do Ministério Público. Segundo levantamento da coordenação do projeto, 100% das câmaras municipais agora possuem seus portais da transparência funcionando. Desse total, 73,52% estão com notas acima de 80 pontos (numa escala de 100), que é a pontuação desejada pelo Ministério Público. Já a média de notas da maioria dos parlamentos ficou em 83,21 pontos.

Para que isso acontecesse foram instaurados 100 inquéritos civis e assinados 79 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).

Ministério Público enfatiza a importância da implatação dos portais da transparência

Implantação do Conselho Municipal de Segurança Pública em Santana do Ipanema

Assinatura do termo de posse dos conselheiros municipais de Segurança Pública

Implantação do Conselho Municipal de Segurança Pública em Maceió

Implantação do Conselho Municipal de Segurança Pública em Messias

100% dos Conselhos Municipais de Segurança Pública implantados

Uma das conquistas recentes mais importantes do MPEAL foi instalar, durante os anos de 2017 e 2019, os Conselhos Municipais de Segurança Pública (Conseg), nos 102 municípios alagoanos, sendo o último em novembro de 2019, em Maceió. A ideia de criar os colegiados, integrados por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, da sociedade civil organizada, foi do procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, porém, os resultados satisfatórios vêm da soma da união, compromisso e apoio dos promotores de justiça e da coordenação do CAOP.

O objetivo é democratizar as discussões, permitindo que o cidadão aponte as problemáticas da sua cidade e possa cobrar a implementação de políticas públicas para que, dessa forma, seja possível reduzir os índices de violência nas comunidades. Os Conseg's foram criados com a responsabilidade de intermediar a transformação de realidades.

Por isso, mais uma vez, o Ministério Público foi usado como instrumento para, preventivamente, com a criação dos conselhos, combater a criminalidade e promover o bem-estar da população, cobrando ao poder público, também, saneamento básico, lazer, a atenção devida na saúde e na educação, conscientizando cada cidadão de que segurança vai além de polícias na rua. O Conselho de Segurança é, na verdade, o fiscal do povo e, agora, distribuído em todo estado em busca de soluções.

Orgulhosamente, o MPAL anuncia Alagoas como o primeiro estado do Brasil a atingir 100% dos municípios com os referidos conselhos.

Para chegar a esse marco, a intistuição se tornou uma ouvidora constante da população, dando voz a homens e mulheres de cada cidade por meio de audiências públicas.

Implantação do Conselho Municipal de Segurança Pública em Igreja Nova

Instalação das Casas de Acolhimento em Alagoas

Alagoas ganhou entre 2018 e 2019 seis casas de acolhimento no interior do estado. Essa foi mais uma vitória do MPAL em sua missão de proteger a infância e a juventude. As unidades funcionam nos municípios de Maragogi, Boca da Mata, Campo Alegre, Teotônio Vilela, Cajueiro e São Miguel dos Campos e foram criadas para receber crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Em Maragogi, primeira casa inaugurada, o prédio conta com a disponibilidade de 15 vagas para crianças e adolescentes, de ambos os sexos, que tenham sido vítimas de abuso sexual, desorganização familiar e outras violências.

Os municípios beneficiados por esse espaço são Barra de Santo Antônio, Campestre, Jacuípe, Japaratinga, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Paripueira, Passo do Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras e São Luiz do Quitunde. Ele funcionará com gestão associada entre esses 11 municípios e com a fiscalização vigilante do MPAL.

Também já em funcionamento está a Casa Lar de Boca da Mata, que conta com profissionais especializados, entre psicólogos e assistentes sociais. O local foi todo estruturado e possui quartos para meninos e meninas, de até 12 anos, separadamente. Além disso, por meio da prefeitura, foi feita a aquisição de brinquedos que são utilizados como terapia para os acolhidos.

Nos municípios de Campo Alegre e Teotônio Vilela, os espaços beneficiam, de uma só vez, nove municípios da região Agreste. As cidades contempladas com as duas casas são Anadia, Belém, Junqueiro, Teotônio Vilela, Campo Alegre, Coité do Nóia, Taquarana, Tanque D´arca e Limoeiro de Anadia.

Já com a inauguração da casa de acolhimento em Cajueiro, os benefícios serão para crianças e adolescentes daquela cidade, bem como de Capela, Chã Preta, Maribondo, Mar Vermelho, Paulo Jacinto, Pindoba, Quebrangulo e Viçosa.

Os espaços são frutos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a instituição ministerial, os gestores municipais e o Poder Legislativo das cidades atendidas que, inclusive, ficarão responsáveis pela divisão de despesas e a manutenção dos abrigos em uma gestão compartilhada.

O objetivo do Ministério Público é assegurar às crianças e adolescentes em situação de risco os direitos e garantias que lhes são previstos na legislação. Além disso, os abrigos fazem parte da construção de um plano regional de acolhimento, voltado para meninos e meninas em vulnerabilidade social.

As crianças e adolescentes são acompanhados 24 horas, sempre com a permanência de pessoas no período noturno, inclusive, com o monitoramento da Guarda Municipal.

Inauguração da Casa de Acolhimento em Campo Alegre

Inauguração da Casa de Acolhimento em Maragogi

Inauguração da Casa de Acolhimento em Cajueiro

Dormitório da Casa de Acolhimento em Cajueiro

Fiscalização de transportes escolares

Fiscalização de transporte escolar em São Luiz do Quitunde

Fiscalização de transporte escolar em Major Izidoro

Fiscalização de transporte escolar em União dos Palmares

MPAL e Detran/AL em parceria nas vistorias de transportes escolares

Pensar no bem-estar e na segurança de crianças e adolescentes que, diariamente, carregam nas mochilas a esperança de um futuro digno, cheio de conhecimento e espaço aberto para muitas conquistas, levou o Ministério Público à criação do projeto "Transporte legal" que, em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran/AL), tem o objetivo de fiscalizar a qualidade dos veículos utilizados para o transporte escolar nos 102 municípios alagoanos.

Instituído em outubro de 2018, ele é uma ação promovida pelo Núcleo de Defesa da Educação, vinculado ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (Caop), e teve seu início de atividade de campo realizada no município de São Luis do Quitunde, litoral norte de Alagoas.

O projeto "Transporte Legal" contou, até novembro de 2019, com a adesão de 33 municípios. Após a fiscalização e a expedição de recomendação do Ministério Público, 11 deles - São Luís do Quitunde, Campo Grande, São Sebastião, União dos Palmares, São José da Tapera, Maribondo, Pindoba, Pilar, Major Izidoro, Jaramataia e Atalaia (na ordem) - adequaram-se às exigências que constam no Código Brasileiro de Trânsito (CBT).

E já na primeira fiscalização, em São Luís do Quitunde, uma série de irregularidades foram encontradas, a exemplo de falta de cinto de segurança, ausência de tacógrafos (aparelho medidor de velocidade) e da faixa sinalizando que o transporte é escolar, lanternas quebradas, pneus carecas e habilitação de motorista na categoria inadequada. Problemas semelhantes foram detectados nos outros municípios.

As demais cidades estão com procedimento em andamento, algumas já com ações propostas e outros em fase de regularização. No final de novembro de 2019, o projeto, aproveitando o período das férias escolares, iniciou uma nova fase de inspeção conjunta para que os gestores possam regularizar a situação do transporte escolar até o início do ano letivo, em 2020.

Fiscalização de transporte escolar em Major Izidoro

Direitos Humanos em Pauta

Criado em 2018 para fortalecer a cultura de defesa dos direitos humanos no estado de Alagoas e aproximar ainda mais o Ministério Público da sociedade, bem como apresentar a importância da atuação dos procuradores e promotores de justiça na proteção e efetivação dos direitos fundamentais do cidadão, o projeto Direitos Humanos em Pauta (DHP) já beneficiou milhares de alunos de escolas públicas na capital e no interior.

Coordenadas pela promotora de justiça Marluce Falcão, as atividades acontecem periodicamente, revezando-se entre unidades de ensino em Maceió e de municípios de todas as regiões, sempre levando diferentes conteúdos para a comunidade escolar.

Dentre os temas que são abordados nas palestras e oficinas, estão o enfrentamento ao abuso sexual infantojuvenil e o combate ao uso de álcool e outras drogas e à intolerância religiosa, de raça e de gênero. Violência doméstica, bullying e a inclusão de pessoas com deficiência também fazem parte dos assuntos discutidos.

O projeto faz parte do planejamento estratégico do MPAL, dentro do objetivo de especializar e aperfeiçoar a estrutura e a atuação do Ministério Público Estadual de Alagoas em defesa da cidadania.

Ação do projeto "Direitos Humanos em Pauta" na Barra de São Miguel

Ação do projeto "Direitos Humanos em Pauta" em Arapiraca

Núcleo de Defesa da Mulher

O Núcleo de Defesa da Mulher dá suporte à área específica de proteção à mulher do Ministério Público e é responsável pela integração, intercâmbio e articulação entre os órgãos de execução, a exemplo dos promotores de justiça e as entidades públicas ou privadas que atuam nessa mesma área. Além disso, ele também funciona como apoio técnico-jurídico aos membros do MPAL.

Uma de suas maiores atuações é a campanha Agosto Lilás, que, todos os anos, fala sobre o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. A cada campanha que ganha às ruas, o Ministério Público leva à população a mensagem de que é preciso romper o silêncio e denunciar o agressor.

E, em razão do sucesso de suas campanhas, o MPAL já venceu prêmios estaduais e nacionais de jornalismo em razão da forma criativa e sensível em abordar esse tema, aumentando, assim, de forma considerável, o número de vítimas que tomaram a iniciativa de procurar o Ministério Público para prestar queixa contra os homens que a violentaram.

Promotora de justiça Hylza Torres orienta mulheres no centro de Maceió

Alfredo Gaspar participa do projeto "Agosto Lilás" em Arapiraca

CRIAÇÃO DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Promotor de justiça Luiz José Gomes Vasconcelos
Coordenador do GSI

Instituído pela resolução do Colégio de Procuradores de Justiça n° 13/2017, após propositura do procurador-geral, o GSI tem, entre suas finalidades, o dever de auxiliar o chefe da instituição nas decisões de matérias administrativas pertinentes às atividades da Assessoria Militar; planejar, coordenar, controlar e sistematizar os procedimentos relativos à segurança pessoal dos membros, servidores e colaboradores e à salvaguarda das instalações do Ministério Público; e coordenar as rotinas de segurança do chefe do MPAL, bem como de outros agentes públicos em visita oficial à instituição.

Também é função do GSI coordenar e controlar as atividades de segurança e inteligência orgânica do Ministério Público de Alagoas, bem como realizar estudos visando readequá-las periodicamente; e supervisionar e avaliar as medidas urgentes de proteção adotadas em favor de agentes públicos, assim como de seus familiares.

O GSI tem ainda a atribuição de propor a aquisição, assim como autorizar e controlar o uso de veículos especiais, armamentos e demais equipamentos de segurança e adotar iniciativas tendentes a cumprir, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, as diretrizes operacionais firmadas pelo Comitê de Política de Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Promotora de justiça Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos
Coordenadora da Comissão Permante de Avaliação de Documento

Criada por meio da Portaria nº 436/17, a comissão, que contou com a participação direta da chefia do Ministério Público, tem o objetivo de promover a gestão e proteção dos documentos produzidos e recebidos pelo MPAL, constituindo-se em órgão de apoio as atividades arquivísticas da administração.

Também cabe a comissão orientar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos, recebidos e acumulados pela instituição, aperfeiçoar as atividades arquivísticas dos diversos órgão do Ministério Público e adotar políticas de conservação de documentação.

Em 2017, foram realizados estudos quanto à legislação pertinente a gestão documental, tendo como referências o Conselho Nacional de Arquivos e o Arquivo Público de São Paulo. Além disso, o MPAL também está seguindo as determinações do Conselho Nacional do Ministério Público no tocante ao assunto. Até agora, esses estudos se concentram na elaboração de listagem de documentos por área de atuação, tabela de temporalidade, plano de classificação e critérios para avaliação de documentos. E, ainda, foi confeccionado um termo de referência para a contratação de empresa especializada em serviço de digitalização, tratamento e armazenamento de documentos, bem como seu acondicionamento.

Já em 23 de março de 2018, o Ato Normativo nº 3 instituiu e regulamentou a Política de Gestão de Documentos Arquivísticos do Ministério Público, o que fez a chefia da instituição planejar a locação de um galpão para instalação, adequação e funcionamento do seu arquivo geral.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO

Promotores de justiça Lucas Sachsida e Mara Luíza, coordenadores do Núcleo de Educação

Visando intensificar as atividades do MPAL na defesa da educação pública de Alagoas, após proposta do PGJ, o Colégio de Procuradores de Justiça do MPAL, criou, em 8 de outubro de 2018, o Núcleo de Educação. Ligado ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (Caop), o órgão já atuou, ao longo de mais de 13 meses, em diversas frentes de trabalho.

De acordo com a Resolução CPJ nº 11/2018, o Núcleo foi criado em razão da "necessidade de aprimorar e uniformizar o apoio operacional à atividade finalística do Ministério Público na área de educação", ou seja, o objetivo da chefia da instituição foi padronizar a atuação de seus membros e fazê-los aperfeiçoar seus mecanismos de trabalho em defesa dessa área tão fundamental.

E o membro do Ministério Público que ficará responsável por coordenar a disseminação das políticas públicas na área educacional tem que já ter conquistado o vitaliciamento na carreira e será sempre escolhido pelo procurador-geral de justiça.

Desde sua criação, o Núcleo já atuou, dentre outras coisas, na fiscalização de transportes escolares e na fiscalização da qualidade de ensino e de vagas em escolas públicas.

Reunião da Comissão das Enchentes

COMISSÃO DAS ENCHENTES

Promotor de justiça fiscaliza destinação de recursos aos munícpios atingidos

As fortes chuvas ocorridas no estado, em 2018, que atingiram milhares de famílias e deixaram um cenário de calamidade, exigiram uma ação emergencial do Ministério Público Estadual de Alagoas (MPAL), que criou a Comissão de Apoio Institucional às Vítimas das Enchentes. A missão foi fiscalizar os recursos destinados aos municípios atingidos pelos temporais para evitar desvios e utilização indevida da verba. A força-tarefa foi formada por 11 promotores de justiça.

Com um trabalho responsável e incansável, os representantes ministeriais detectaram irregularidades no preenchimento do Formulário de Avaliação de Danos (Avadan) enviado à Defesa Civil e, a partir daí, o Ministério Público expediu recomendações para todos os municípios se moldarem à correta aplicação dos recursos, o que culminou na devolução de mais de R$ 16 milhões à União.

IMPLANTAÇÃO DO GED

O Ministério Público Estadual de Alagoas agora tem o GED - Gerenciador Eletrônico de Documentos. O sistema, que é uma prática inovadora de trabalho, foi cedido, por meio de um termo de cooperação, pelo Ministério Público de Sergipe. A ferramenta virtualiza a tramitação de ofícios e documentos institucionais e proporciona redução de custos, agilidade, produtividade, transparência, eficiência na administração e, claro, menos impacto ao meio ambiente, pois extingue o uso do papel.

Segundo a Diretoria de Tecnologia de Informação (DTI), o GED permite a criação, edição, movimentação, assinatura e tramitação de expedientes, documentos e procedimentos administrativos da atividade-meio, através do processamento digital, bem como o seu gerenciamento. E tudo isso com o objetivo de redução de custos, já que todo material será eletrônico, não havendo mais a necessidade de impressão. O gerenciador aumenta também a produtividade, pois esses mesmos documentos estarão sempre organizados e ao alcance de qualquer pessoa em apenas alguns cliques.

No primeiro ano de utilização do GED em Sergipe, aquele MP economizou cerca de 900 resmas de papel e reduziu aproximadamente R$ 25 mil no montante da despesa ministerial. E é isso que o procurador-geral de justiça de Alagoas, Alfredo Gaspar, quer buscar também para o MPAL.

Como o sistema está sempre em atualização, ele já chegou ao órgão ministerial alagoano com novas funcionalidades, a exemplo de exibição gráfica das tramitações do expediente, possibilidade de integração com outros sistemas e notificação de movimentações de expedientes marcados como importantes.

PROJETO GUARDIÃO DA CIDADANIA

Em julho de 2017, por determinação do procurador-geral de justiça, com o intuito de enaltecer o trabalho dos membros do Ministério Público, na capital e no interior, e também de familiarizar a sociedade com as 173 Promotorias e Procuradorias de Justiça, foi criado o projeto 'Guardião da Cidadania'. Por meio de reportagens diárias ou semanais, o cidadão pôde conhecer todas as atividades desenvolvidas e a quem recorrer na hora de garantir seus direitos.

As matérias detalharam o trabalho dessas unidades e tentaram esclarecer quais são as atribuições de cada promotor e procurador. As redes sociais também integraram o projeto e trouxeram as histórias desses órgãos do Ministério Público.

O 'Guardião da Cidadania' falou sobre promotorias de justiça específicas, a exemplo da de Família, do Tribunal do Júri, da Saúde, do Idoso, dos Crimes contra a Infância e a Juventude, do Consumidor, do Meio Ambiente, do Juizado da Fazenda Pública, da Criança e do Adolescente (Medidas Socioeducativas) e de Urbanismo, todas instaladas em Maceió.

Já no interior do estado, a Assessoria de Comunicação percorreu todos os municípios para, também, divulgar os trabalhos dos promotores de justiça , atingindo a meta de contemplar a todos. Por meio desse trabalho foi possível aproximar ainda mais o cidadão da instituição.

Promotores de justiça Marluce Falcão e Ubirajara Ramos apresentando o PLID

PLID

O Programa de Identificação e Localização de Pessoas Desaparecidas de Alagoas (PLID/AL) foi concebido a partir da preocupação do MPAL com centenas de família alagoanas que têm parentes que sumiram sem deixar nenhum tipo de comunicação ou quaisquer pistas. Sua principal missão é permitir que cidadãos desaparecidos possam ser encontrados ou, que pelo menos, seus familiares tenham a chance de se despedir deles com o mínimo de dignidade.

A criação do Programa, que integra o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos no âmbito do Ministério Público Brasileiro (Sinalid), elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), só foi possível depois que o procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, assinou um acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional.

A coordenação do PLID também celebrou termos de cooperação com instituições que atuam na área da segurança pública, hospitais, casas de acolhimento e secretarias de assistência social para que seja possível o cruzamento de informações. Com isso, foi formada uma rede que está possibilitando a realização de buscas ativas por pessoas desaparecidas e a construção de um banco de dados inteligente.

O objetivo dessa rede é criar um sistema de buscas integrado nacionalmente e desenvolver ações conjuntas e de apoio mútuo às atividades de sistematização de procedimentos, comunicações e registros de notícias de pessoas desaparecidas ou vítimas de tráfico humano. O banco de dados também serve para que seja feita uma busca ativa a partir de situações que cheguem às promotorias de justiça.

Foram instauradas 742 sindicâncias (registro de desaparecimento), com 146 finalizadas (pessoas encontradas). Total: 888 sindicâncias (ativas e sinalizadas).

O trabalho funciona a partir da recepção das demandas pelo sistema de atendimento. Um formulário online é preenchido com informações e características físicas do desaparecido e sinais de fácil identificação, como marcas, cicatrizes e tatuagens, podendo até ser colocada a foto da vítima. Os dados são organizados e transformados em um documento eletrônico, que é encaminhado para uma equipe de operadores. Diligências específicas conectam as diversas bases de dados e motivam as ações de modo que se permita esgotar os meios de busca ou identificar o vínculo desfeito.

O PLID/AL atua em parceria com vários órgãos públicos na busca ativa de desaparecidos. São elas: Polícia Civil de Alagoas, Polícia Militar de Alagoas, Centro de Perícias Forenses de Alagoas (Instituto Médico legal, Laboratório de DN, Instituto de Criminalística e SVO – Centro de Verificação de Óbito), Hospital Geral do Estado (HGE), Hospital Portugal Ramalho, Rede de Atenção Psicossocial do Estado e outras entidades de abrigamento, além da parceria fundamental com os órgãos de imprensa do estado de Alagoas.

MPAL ALCANÇA O ÍNDICE DE EXCELÊNCIA NO RANKING NACIONAL DA TRANSPARÊNCIA

O Ministério Público Estadual de Alagoas atingiu mais uma vez o índice de excelência na avaliação dos portais de transparência, em nível nacional, em relação ao 1° quadrimestre de 2019, na última avaliação realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Para o chefe do MPAL, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, essa conquista é resultado de uma gestão comprometida com o cumprimento da Lei de Acesso à Informação LAI (n°12.527/11) e com as três resoluções do CNMP que buscam um aprofundamento bem detalhado e específico do que é cobrado pela LAI.

Em 2018, o Ministério Público Estadual de Alagoas também alcançou o índice de excelência, atingindo a pontuação de 99,84% na avaliação realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em todos os portais de transparência das unidades do MP brasileiro, conquistando o 2° lugar no ranking nacional.

Nesse ranking, conhecido como Transparentômetro, o MPAL aparece, isolado, com porcentagem de 99,84%, estando à frente de unidades como os MP's do Paraná, São Paulo, Santa Catariana, Rio de Janeiro e até do próprio CNMP. Dos 31 sites avaliados – foram todas as unidades MP's Estaduais e os quatro ramos do Ministério Público da União (Federal, Militar, Distrito Federal e Territórios e do Trabalho) –, 28 obtiveram índice superior a 95.

E não é só isso, em 2017, primeiro ano da gestão do procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar, a nota dada à instituição já havia alcançado o índice de excelência com a pontuação 98,74, referente ao segundo trimestre do ano avaliado. Os dados se referem à avaliação feita pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) do Conselho Nacional nos portais transparência do Ministério Público no Brasil.

A comissão levou em consideração o Manual do Portal da Transparência. O objetivo da publicação é deixar transparente a metodologia empregada pela CCAF na análise do cumprimento de cada um dos mais de 250 itens utilizados para o monitoramento eletrônico que gera o Transparentômetro.

O que foi avaliado

Para fazer essas avaliações, o CNMP levou em consideração uma série de critérios. Dentre eles, estão a identidade visual dos portais da transparência, facilidade de navegação, execução orçamentária e financeira, saldos e receitas dos fundos próprios, detalhamento de despesas, empenhos e pagamentos, diárias e passagens, gastos com previdência e com pessoal, licitações, contratos e convênios e quadro de membros e servidores efetivos e comissionados.

Para a CCAF, o diagnóstico demonstra que as unidades e os ramos do MP, além do CNMP, têm conquistado melhorias para alcançar uma gestão marcada pela transparência. Na primeira avaliação feita pela Comissão, referente ao segundo trimestre de 2014, apenas 13 unidades superaram o índice de 90% de transparência.

Conquista comemorada

O procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar, comemorou o avanço na avaliação do MPAL. "Esse resultado é a prova de que o Ministério Público de Alagoas tem buscado, cada vez mais, cumprir com suas obrigações, prestando conta de todas suas ações, despesas e investimentos realizados. Estamos cumprindo rigorosamente com o que manda a lei e assim seguiremos. Como instituição fiscalizadora, é uma obrigação nossa dar o melhor dos exemplos. Esse é o compromisso da nossa gestão", garantiu ele.

Reunião de análise estratégica

REUNIÕES DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA PASSARAM A ACONTECER UMA VEZ POR MÊS

A partir do primeiro ano de gestão do procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, passaram a ser mensais as reuniões do Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público Estadual de Alagoas (MPEAL). Sempre comandadas por ele e pela Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégico (Asplage), os encontros têm o objetivo de discutir e acompanhar o andamento das atividades em execução nas áreas meio e fim da instituição, de modo que os trabalhos do MPAL possam seguir as diretrizes de suas atribuições constitucionais e caminhar lado a lado com o que orienta o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

"Essa rotina de encontros serve para que possamos aprimorar a gestão estratégica da nossa unidade, conhecer melhor os resultados de cada iniciativa e, inclusive, inspirar-nos a desenvolver novas ideias", afirmou Alfredo Gaspar.

Em cada nova reunião, promotores de justiça e servidores costumam falar sobre suas ações estratégicas, quais iniciativas estão sendo promovidas na capital e no interior e quais são os resultados conquistados por meio da execução delas.

Os encontros, que ocorrem sempre mensalmente, também servem para mensurar a receptividade da sociedade diante das ações do Ministério Público Estadual de Alagoas.

Comitê

O Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público é composto por 17 pessoas, entre membros e servidores. E ele está dividido por área de atuação, de acordo com os objetivos estratégicos já definidos pela administração superior:

- Melhorar o combate ao crime – Promotor de justiça José Antônio Malta Marques
- Melhorar o combate ao Crime organizado - Promotor de justiça Hamilton Carneiro Júnior
- Defender a probidade na gestão pública - Promotor de justiça José Carlos Silva Castro
- Promover educação pública de qualidade - Promotores de justiça Maria Luísa Maia dos Santos e Lucas Sachsida
- Promover a defesa da saúde pública – Promotor de justiça Paulo Henrique Prado
- Promover a proteção da criança e do adolescente - Promotor de justiça Ubirajara Ramos dos Santos
- Promover a garantia da cidadania plena - Promotora de justiça Marluce Falcão
- Promover a defesa do meio ambiente - Promotor de justiça Alberto Fonseca
- Consolidar a gestão estratégica - Promotora de justiça Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti
- Adequar o efetivo de membros e servidores – Promotor de justiça Edelzito Santos Andrade
- Capacitar membros e servidores – Procurador de justiça Luiz Carnaúba
- Melhorar a gestão administrativa (aprimorar a comunicação interna e externa) do MPAL - Servidores Carlos Eduardo Ávila Cabral e Janaina Ribeiro Soares
- Melhorar a infraestrutura – Servidor Ivan de Holanda Montenegro
- Adequar os recursos tecnológicos - Servidor Marcel de Castro Vasconcelos
- Aperfeiçoar a política de gestão de pessoas - Servidora Dilma Alves de Queiroz
- Adequar os recursos e a gestão orçamentária e financeira - Servidora Jamille Setton Mascarenhas

DIÁLOGO COM PODERES CONSTITUÍDOS E BUSCA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Durante todo o seu mandato, o procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, realizou uma agenda de visitas de cortesias aos chefes dos poderes e das instituições em Alagoas. Tais compromissos foram programados com a finalidade de demonstrar que o Ministério Público Estadual de Alagoas (MPAL) defende a autonomia entre os órgãos, porém, prezando sempre pela harmonia e o respeito mútuo. A primeira visita de Alfredo Gaspar foi feita à Marinha do Brasil, ainda em janeiro de 2017. Na ocasião, ele foi recebido pelo então capitão dos Portos de Alagoas, capitão de Fragata Mário Teixeira, que fez uma palestra no auditório da instituição para explicar a Gaspar como é o funcionamento da Capitania aqui no estado. Na sequência, o encontro foi com o tenente-coronel Nílton Diniz Rodrigues, comandante 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, o Batalhão Hermes Ernesto da Fonseca.

Os encontros seguiram com a visita institucional realizada à chefia do Poder Executivo. Gaspar esteve acompanhado de parte do Colégio de Procuradores de Justiça - Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Dilmar Lopes Camerino, Válter Omena Acioly, Lean Ferreira de Araújo, Marcos Barros Méro, Luiz Antônio Carnaúba, José Arthur Melo, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Antiógenes Marques de Lira, Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto e Denise Guimarães - e dos promotores de justiça Flávio Costa, Sandra Malta Prata Lima, Luiz Medeiros, Norma Medeiros, Delfino Costa Neto e Edelzito Santos Andrade, que foram recebidos pelo governador Renan Filho.

O encontro teve o objetivo de manter o canal de diálogo entre as duas instituições. "O Ministério Público não pode, e nem deve, viver sem dialogar com os poderes constituídos. Isso, claro, sem abrir mão da sua independência funcional", defendeu o chefe do MPAL.

Visita à Marinha do Brasil em Alagoas

Visita ao 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, em 2017

Visita ao governador de Alagoas, Renan Filho

Tribunal de Justiça e Casa da Indústria

O Tribunal de Justiça de Alagoas também foi visitado pela cúpula do MPAL. O encontro foi realizado na sala de reuniões do TJ/AL. Alfredo Gaspar de Mendonça Neto estava ao lado dos procuradores de justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Sérgio Jucá, Dilmar Lopes Camerino, Válter Omena Acioly, Marcos Barros Méro, José Arthur Melo, Vicente Félix Correia, Walber José Valente de Lima e Denise Guimarães e dos promotores de justiça Flávio Costa, Max Martins e Luciano Romero. A comitiva do MPAL foi recepcionada pelo, à época, presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Otávio Leão Praxedes, pelo então vice-presidente, desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly, e pelo ex-corregedor-geral, desembargador Paulo

Visita ao Tribunal de Justiça de Alagoas

Barros da Silva Lima. No encontro, o procurador-geral de justiça salientou a importância do Poder Judiciário e sua contribuição para o regime democrático.

Já na visita à Casa da Indústria, Gaspar esteve acompanhado dos procuradores de justiça Sérgio Jucá, Marcos Barros Méro e José Arthur Melo e do promotor de justiça Flávio Costa. Os membros foram recebidos pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (Fiea), José Carlos Lyra de Andrade, pelo vice-presidente, José Nogueira, pelo diretor-secretário da entidade, Alberto Cabús, e pelo presidente do Sinduscon/AL, Alfredo Brêda.

Visita à Casa da Indústria

Poder Legislativo

Novas visitas aconteceram durante os meses seguintes. Uma comitiva do Ministério Público também foi recebida pela mesa diretora da Assembleia Legislativa de Alagoas. O presidente da Casa de Tavares Bastos, Luiz Dantas, recepcionou Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, os procuradores de justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Vicente Félix Correia, Marcos Barros Méro, José Arthur Melo, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz e Denise Guimarães, e os promotores de justiça Max Martins, Flávio Costa, Luiz Vasconcelos e Cláudio Sá.

Visita à Assembleia Legislativa de Alagoas

Polícia Federal, 17ª Vara Criminal da Capital e Uveal

A visita de cortesia à Polícia Federal também aconteceu. O chefe do Ministério Público, acompanhado do promotor de justiça Flávio Costa, conversou com o, à época, superintendente da PF, delegado Bernardo Gonçalves Torres, sobre a união de forças no combate a corrupção. "Inicialmente, precisamos parabenizar a Polícia Federal pelo trabalho desenvolvido nas sucessivas operações de combate a corrupção. Essa é uma sangria que precisa ser estancada. Alagoas já não aguenta mais esse tipo de crime. E justamente para atuarmos contra esses desvios de recursos públicos, precisamos estreitar ainda mais a parceria que sempre existiu com a finalidade de buscarmos a responsabilização dos agentes que insistem em lesar o patrimônio público", afirmou Alfredo Gaspar de Mendonça Neto.

Visita à Polícia Federal

E não poderia faltar a visita da administração superior do Ministério Público à 17ª Vara Criminal da capital. "É um Colegiado que merece o respeito da sociedade", enfatizou Alfredo Gaspar, que esteve acompanhado do subprocurador-geral administrativo-institucional, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, dos promotores de justiça que compõem o Gaeco, Antônio Luiz dos Santos Filho, Hamilton Carneiro Júnior e Carlos Davi Lopes Correia Lima, e do promotor de justiça Flávio Costa. Neste encontro, estavam presentes os magistrados Sandro Augusto dos Santos, Antônio Barros da Silva Lima e Antônio Emanuel Dória Ferreira. E, por fim, a chefia do MPAL ainda recepcionou a nova diretoria da União de Vereadores de Alagoas (Uveal). O encontro ocorreu na sala dos Conselhos do Ministério Público Estadual e serviu para aproximar o órgão da entidade, além de discutir possíveis parcerias que beneficiem os cidadãos alagoanos.

Visita à 17ª Vara Criminal da Capital

Visita ao Exército

O procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, acompanhado do seu chefe de gabinete, promotor de justiça, Almir Crecêncio, fez novamente visita de cortesia, no dia 27 de junho de 2019, ao 59º Batalhão de Infantaria Motorizado (59º BI Mtz), onde foi recepcionado pelo comandante, tenente-coronel Cláudio Fernandes Gadelha, e oficiais assessores.

Na ocasião, o chefe do MPAL teve a oportunidade de conhecer melhor sobre as atividades desenvolvidas naquela unidade do Exército Brasileiro. Os dois membros do Ministério Público assistiram uma palestra proferida pelo comandante Gadelha, na qual foi apresentado um organograma e também um resumo da operacionalidade institucional, destacando-se as ações da "Operação Carro-Pipa".

Visita ao 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, em 2019

Alfredo Gaspar, comandante Gadelha e
Almir Crescêncio (chefe de gabinete do MPAL)

Campanha "Destine Esperança!" arrecadou mais de R$ 700 mil em 2019.

Recursos foram repassados aos Fundos Municipais da Criança e Adolescente do Estado de Alagoas

AÇÕES PREMIADAS

Muito trabalho e dedicação durante o triênio 2017-2019 renderam bons frutos para o Ministério Público Estadual de Alagoas. Por meio do empenho de promotores e procuradores de justiça na realização de ações relevantes para a sociedade, a instituição conquistou diversas premiações, honrarias essas que comprovam que a sua atuação tem resultado na proteção de direitos. Esses reconhecimentos são motivo de orgulho e celebração para o MPAL.

COMENDA GRACILIANO RAMOS

Fechamento de 100% dos lixões de Alagoas

O procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, recebeu a Comenda Municipalista Graciliano Ramos durante o 'Cidades e Gestores – Congresso e Expo". A homenagem foi fruto do trabalho do MPAL que resultou no fechamento de 100% lixões em Alagoas, o que tornou o nosso estado o 1° do Nordeste e o 3° do Brasil a alcançar esse marco histórico. O evento foi promovido pela Associação dos Municípios Alagoanos (AMA).

PRÊMIO CNMP 2019

Abuso sexual: notificar é preciso

O projeto "Abuso sexual: notificar é preciso", uma iniciativa dos promotores de justiça Dalva Tenório e Lucas Carneiro Sachsida, que atuam no combate aos crimes contra crianças e adolescentes, conquistou o 1º lugar na categoria "redução da criminalidade" do Prêmio CNMP 2019. O resultado das iniciativas finalistas foi anunciado durante a abertura do 10º Congresso de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público, que ocorreu no Instituto Serzedello Corrêa, em Brasília/DF.

PRÊMIO GRACILIANO RAMOS

Transporte Legal

O Ministério Público Estadual de Alagoas (MPAL) foi vencedor da 1ª edição do Prêmio Graciliano Ramos de Boas Práticas, que reconhece as melhores iniciativas no combate à corrupção, na fiscalização e controle dos recursos públicos e na promoção da eficiência da administração pública. O projeto vencedor foi o "Transporte Legal", coordenado pelos promotores de justiça Lucas Sachsida e Maria Luisa Maia Santos. A honraria foi instituída pelo Fórum de Combate à Corrupção de Alagoas – Focco/AL.

COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E À SONEGAÇÃO FISCAL

GAECO

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) atuou incessantemente para desbaratar quadrilhas que insistiam em praticar os mais diferentes tipos de crimes, entre eles de estelionato, fraudes e os que objetivam desviar recursos públicos.

Para se ter uma ideia da operacionalidade da equipe composta por promotores de justiça, policiais militares e agentes penitenciários lotados na unidade, nos três anos de gestão, as investidas culminaram em 359 prisões e 938 apreensões.

Em 2017, pelo balanço do GAECO, foram presas 64 pessoas e feitas 306 apreensões; já em 2018, o número de prisões aumentou chegando a 120, enquanto o de apreensões atingiu o de 369. Já em 2019, com operações que se estenderam aos estados de Pernambuco e Sergipe, o GAECO efetuou 175 prisões e fez 263 apreensões.

Com o propósito de aperfeiçoar o trabalho, por meio de um intercâmbio de conhecimento, várias iniciativas foram tomadas pelos seus integrantes nesse último triênio, a exemplo de visitas técnicas aos MP's dos estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Sergipe e ao Ministério Público Militar.

O GAECO também foi beneficiário de termo de cooperação técnica firmado entre o MPAL, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) e a Superintendência de Ressocialização e Inclusão Social (Seris) para a troca de informações e cessão de pessoal. Com intenção semelhante, um convênio foi assinado com o Detran/AL.

O Grupo conseguiu ainda adesão ao termo de cooperação técnica celebrado entre o CNMP e o Tribunal de Contas da União (TCU), que objetivou o acesso ao LABCONTAS.

OPERAÇÕES GAECO

Santana do Ipanema

Ex-prefeito
Foi preso e denunciado por crime de peculato durante a contratação de serviços de som e iluminação para festas entre os anos de 2014 e 2016.

Maravilha

Ex-prefeito
Busca e apreensão cumprida na casa dele para apurar a prática de crime de peculato durante a contratação de serviços de som e iluminação para festas entre os anos de 2014 e 2016.

Ouro Branco

Ex-prefeito
Denunciado 81 vezes pelo crime de peculato e outros ilícitos praticados contra a administração pública.

Mata Grande

Ex-prefeito foi alvo de duas operações:

1ª) Cumprimento de busca e apreensão em sua residência para encontrar documentação que comprovasse fraudes em processos licitatórios para locação de estruturas de palco, som, iluminação, aparelhos de projeção e geradores de energia, além de irregularidades no aluguel de veículos;
2ª) Operação Sepse: esquema criminoso envolvendo suposta compra de medicamentos por meio de notas fiscais fraudulentas. O então prefeito assinou procedimentos licitatórios que beneficiaram a empresa RR Distribuidora, autorizando pagamentos de verbas públicas em favor da referida empresa, sem que qualquer mercadoria tivesse sido fornecida ou serviço prestado. Ele foi preso.

Poço das Trincheiras

Ex-prefeito
Denunciado pelos crimes de peculato, furto, falsidade ideológica, falsidade ideológica majorada, uso de documentos falsos, fraude em licitação e formação de organização criminosa no período de 2013 a 2016.

Campo Grande

Prefeito
Foi preso em flagrante delito, em novembro de 2018, no momento em que recebia pagamento oriundo de propina. Já foi denunciado pelos crimes de corrupção ativa e de responsabilidade. O prejuízo aos cofres públicos é estimado em pelo menos meio milhão de reais.

Girau do Ponciano

Ex-prefeito
Denunciado por crime contra administração pública. Na ação penal, o MPAL explicou que o esquema acontecia de duas maneiras: emissão de notas fiscais frias, cujo dinheiro pago pela prefeitura era quase todo revertido para o gestor; e com cobrança de propina de 10% em cada aquisição legal de medicamentos. Ele foi preso.

Água Branca

Ex-prefeito
Cumprimento de busca e apreensão na casa dele para localizar documentos de processos de licitação e de pagmentos e contratos que tratam da locação de estruturas de palco, som, iluminação, aparelhos de projeção e geradores de energia, além de irregularidades no aluguel de veículos.

Arapiraca

Chefe de tráfico
Investigação do Gaeco e da Polícia Civil prendeu o chefe do tráfico em Arapiraca e apreendeu dinheiro, arma e droga.

Viçosa

Ex-prefeito e ex-secretário de finanças
Uma ação integrada do Gaeco e da Promotoria de Justiça de Viçosa culminou na prisão do ex-prefeito da cidade e do ex-secretário de finanças, ambos acusados de integrar o esquema criminoso denominado "farra das diárias".

Maceió

Tráfico de drogas
Após monitorar uma quadrilha do Paraná que comercializava ilegalmente drogas para Alagoas, 620 quilos de maconha foram aprendidos e cinco pessoas foram presas na madrugada do dia 26 de setembro de 2018, em Maceió. As drogas foram avaliada em cerca de R$ 800 mil reais.

Pão de Açúcar

Ex-prefeito
Denunciado por crime de peculato durante a contratação de serviços de som e iluminação para festas entre os anos de 2014 e 2016.

Combate ao tráfico

A "Operação Litoral", de combate ao tráfico de droga, foi articulada pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), em nove estados do país, e pelos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos) do Ministério Público brasileiro. Em Alagoas, foram presas 31 pessoas após cumprimento dos mandados de prisão.

OPERAÇÕES GAECO

Crime organizado 1

A “Operação Flash Back” cumpriu 110 mandados de prisão em Alagoas, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, São Paulo, Tocantins e Sergipe. Todos os alvos foram presos e, desse total, 66 foram aqui no estado. A ação teve como alvo o Primeiro Comando da Capital (PCC) e foi cordenada pelos Gaecos, Secretarias de Segurança e Polícias Civil e Militar, com o apoio do Ministério da Justiça.

Crime organizado 2

A "Operação Expurgo" foi desencadeada pelo Gaeco e pelo Núcleo de Gestão de Informação (NGI) em parceria com a Polícia Militar e teve como alvos integrantes de uma organização criminosa liderada por PMs. Três militares e quatro outras pessoas foram presas.

Crime organizado 3

A "Operação Taxa Zero" desarticulou uma quadrilha que lesava bancos com a compra de veículos. Estelionatários, fraudadores, falsificadores esquematizados na compra e venda ilícitas de carros foram os alvos. Gaeco e policiais militares do BPRv cumpriram os mandados, resultando na prisão de nove pessoas.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ESTUPRO

Maribondo

Prefeito

Denunciado duas vezes por violência doméstica e familiar. Praticou agressões físicas contra a esposa e a sogra, em junho deste ano. A chefia do MPAL requereu a perda do seu mandato. Ele chegou a ser preso.

Santa Luzia do Norte

Prefeito

Denunciado pelo crime de estupro de vulnerável. Foi preso pela Polícia Civil após o Poder Judiciário aceitar denúncia feita pelo Ministério Público. O escândalo envolvendo o nome dele se tornou público durante a campanha eleitoral de 2018. O gestor foi afastado do mandato.

Promotor de justiça Antônio Luiz, coordenador do Gaeco, durante operação no sertão

Gaeco, SSP e Polícia Militar em operação no município de Poço das Trincheiras

Operação Sepse - Gaeco cumpriu sete mandados de busca e apreensão

Alfredo Gaspar comanda operação em Delmiro Gouveia

Alfredo Gaspar e promotores de justiça em operação do Gaesf

GAESF

Criado em janeiro de 2017 por meio da Resolução nº 1/2017, o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Conexos, o Gaesf, foi um dos primeiros atos do chefe do MPAL, Alfredo Gaspar. Seu objetivo maior é recuperar recursos que foram sonegados por grandes empresas. O Colegiado funciona em parceria com outras instituições, a exemplo da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e da Polícia Militar.

O Grupo tem uma série de atribuições a serem cumpridas, dentre elas, realizar investigações cíveis e criminais e fazer uso de serviços de inteligência; acompanhar inquéritos policiais; instaurar procedimentos administrativos de investigação na área de sua atuação; expedir notificações para colher depoimentos, esclarecimentos e, em caso de ausência injustificada, requisitar a condução coercitiva, por intermédio das Polícias Civil e Militar, nos termos da Lei; e receber representações de qualquer pessoa ou entidade, assim como notícia de fato criminoso através de serviço disque denúncia, instituído por órgãos públicos.

Os promotores de justiça que integram o Gaesf atuam diretamente em representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios e processos judiciais destinados a identificar e reprimir os crimes contra a ordem tributária e econômica. Inclusive, também caberá a eles atuar nos processos até decisão final de primeira instância.

Promotor de justiça Cyro Blatter, coordenador do Gaesf, durante operação

Promotores de justiça Guilherme Diamantaras e Kléber Valadares durante operação

OPERAÇÕES GAESF

R$ 188.457.411,30 milhões

Com as operações deflagradas entre 2017 e 2019 e a punição dos envolvidos, o Gaesf já conseguiu devolver esse valor aos cofres da Secretaria da Fazenda de Alagoas. E esse é um grande sinal de que o combate à sonegação fiscal, planejado pelo Ministério Público Estadual de Alagoas, tem atingido os seus propósitos.

- 2 veículos doados à Polícia Civil;
- 3 carros e uma sala doados ao Ministério Público;
- 2 caminhonetes doadas à Uncisal;
- 1 casa doada para servir de ambulatório da Uncisal;
- 1 casa doada para a Deic da Polícia Civil para funcionar como base avançada;
- 1 sala doada para o estado de Alagoas;
- Em processo final de doação, há 1 veículo para o comando da Polícia Militar e um terreno para servir de construção para uma unidade militar em Maceió;
- Estão apreendidos e disponíveis para uso do estado 3 terrenos (2 em Arapiraca 1 em Penedo) e 1 casa em Arapiraca;
- 12 veículos estão sob cessão, por meio de autorização de uso, para órgãos públicos do estado;
- Ainda existem bloqueados judicialmente R$ 40 milhões nas ações ajuizadas pelo GAESF

Operação Nicotina (Alagoas e Rio de Janeiro)

Operação relacionada a sonegação de tributos no setor de cigarros

Valor do débito da empresa envolvida: **R$ 41.055.689,11**

Valor recolhido ao estado de Alagoas até o momento: **R$ 8.237.670,12**

Veículos apreendidos: **6**

Imóveis bloqueados: **6**

Mandados de busca e apreensão: **12**

Mandados de prisão: **12**

Policiais participantes: **68**

Operação Polhastro (Alagoas)

Operação relacionada a sonegação de tributos no setor de venda de carnes

Valor do débito da empresa envolvida: **R$ 18.770.000,00**

Veículos apreendidos: **7**

Imóveis bloqueados: **5**

Mandados de busca e apreensão: **12**

Mandados de prisão: **12**

Policiais participantes: **68**

Desbaratamento de esquemas de corrupção no âmbito da SEFAZ (Alagoas)

Mandados de prisão: **10** (em face de auditores fiscais do estado)

Operação Perfídia (Alagoas)

Operação relacionada a investigados envolvidos em diversas fraudes societárias

Valor do débito da empresa envolvida: **R$ 12.657.556,66**

Veículos apreendidos: **17**

Mandados de prisão: **3**

Mandados de busca e apreensão: **18**

Policiais participantes: **92**

Operação Placebo (Alagoas, Sergipe e Bahia)

Operação relacionada a sonegação de tributos no setor de medicamentos

Valor do débito da empresa envolvida: **R$ 196.581.310,84**

Valor recolhido ao estado de Alagoas até o momento: **R$ 57.719.741,22**

Veículos apreendidos: **9**

Mandados de prisão: **11**

Mandados de busca e apreensão: **18**

Policiais participantes: **92**

Operação Cavalo de Tróia (Alagoas)

Operação referente a empresa envolvida em licitações (fraudes fiscais)

Valor em processo de recuperação: **R$ 7.729.670,74**

Mandados de busca e apreensão: **7**

Servidores públicos afastados: **3**

OPERAÇÕES GAESF

Operação Fruto Proibido (Alagoas, São Paulo e Mato Grosso)

Operação de combate ao comércio irregular de aparelhos celulares

Valor estimado em processo de recuperação:
R$ 10.000.000,00

Mandados de busca e apreensão: **32**

Mandados de prisão: **18**

Policiais participantes: **100**

Operação Barnum

Operação relacionada a crimes tributários na área de medicamentos

Valor em processo de recuperação:
R$ 3.000.000,00

Mandados de busca e apreensão: **4**

Mandados de prisão: **4**

Policiais participantes: **70**

Operação Senhor do Sol

Operação ligada a fraudes fiscais no ramo atacadista de alimentos

Valor em processo de recuperação:
R$ 108.000.000,00

Mandados de busca e apreensão: **131**

Mandados de prisão: **19**

Policiais participantes: **150**

Operação Nicotina - Gaesf e Sefaz cumprem mandados de busca e apreensão

Ministério Público, Sefaz e Polícia Civil deflagram a operação Placebo

Ministério Público e Bope durante a operação Fruto Proibido

Alfredo Gaspar em discurso de posse do GNCOC

ALFREDO GASPAR ASSUME PRESIDÊNCIA DO GNCOC

O chefe do Ministério Público Estadual de Alagoas, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, foi eleito para presidir o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), órgão vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPG). Ele foi empossado no cargo durante a 2ª Reunião Ordinária do GNCOC, que ocorreu em Maceió, no dia 30 de agosto de 2018, evento prestigiado pelo então ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann.

A escolha de Alfredo Gaspar mostrou que sua larga experiência à frente do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPAL e sua passagem por mais de um ano no comando da Secretaria Estadual de Segurança Pública foram decisivas para a escolha de seu nome, que foi aprovado por unanimidade entre os chefes de todos os MP's brasileiros.

Em pouco mais de um ano, durante sua gestão, foram realizadas três grandes operações do GNCOC pelo Brasil, sendo duas delas em 23 estados, mais o Distrito Federal, cumprindo 300 mandados judiciais contra integrantes das facções Primeiro Comando da Capital (PCC), Família do Norte e Comando Vermelho. A outra foi de combate ao crime contra a administração, tendo como alvos servidores públicos. Ao todo, foram cumpridos 87 mandados de busca e apreensão e prisão, e também foi pedido o afastamento das funções públicas e o uso da tornozeleira para os envolvidos.

GNCOC

O GNCOC é um colegiado formado por membros dos Ministérios Públicos Estaduais e da União. Ele tem papel essencial no combate às organizações criminosas e atua em investigações relevantes contra crimes de corrupção e tributários, lavagem de dinheiro, tráfico e ilícitos cibernéticos. É também responsável por articular ações em âmbito nacional ou regional visando a uniformização e o fortalecimento de ações de combate ao crime organizado.

Por meio da capacitação de membros e servidores do Ministério Público brasileiro, o GNCOC tem ainda a missão de disseminar novas metodologias, práticas, técnicas operacionais e troca de informações e experiências nas ações de investigação.

Então ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, prestigia posse de Alfredo Gaspar.

À frente do GNCOC, Alfredo Gaspar comanda três grandes operações nacionais

Sob a coordenação de Alfredo Gaspar, o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC) realizou três grandes operações para combater o crime organizado e à corrupção em todo o país. Com base nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, as ações foram desenvolvidas pelos Gaecos das unidades do Ministérios Públicos brasileiro.

São Paulo e Alagoas

A primeira operação, realizada em dezembro de 2018, teve como base o MP de São Paulo e envolveu 10 estados, inclusive, Alagoas. As equipes foram às ruas para dar cumprimento a quase 500 mandados de prisão e de busca e apreensão contra integrantes de seis facções criminosas que atuavam em diferentes regiões do território nacional: Primeiro Comando da Capital (PCC) – de origem paulista; Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigo dos Amigos (ADA) – todas cariocas; Primeiro Comando de Vitória (PCV) – capixaba; e da paraibana Okaida RB, uma dissidência da Okaida.

Os trabalhos resultaram em diversas prisões e a na apreensão de drogas, armas e aparelhos celulares. "O Ministério Público brasileiro, por meio do GNCOC e dos Gaecos, vem adotando medidas eficientes no desmantelamento e prisão dos principais líderes das facções criminosas presentes em todos os estados. É uma luta baseada na inteligência e com foco na desestruturação desses organismos criminosos violentos. Vamos vencer, tenho certeza disso ", disse Alfredo Gaspar.

Rio de Janeiro

Em agosto de 2019, novamente o GNCOC e os Gaecos de nove estados deflagraram mais uma operação de âmbito nacional, dessa vez, sendo chefiada diretamente do Rio de Janeiro. Os alvos novamente foram pessoas ligadas a organizações criminosas espalhadas pelo Brasil inteiro.

Segundo dados do GNCOC, mais de 300 mandados judiciais, entre prisões e buscas e apreensões, foram cumpridos contra membros do Primeiro Comando da Capital (PCC), da Família Terror do Amapá, Família do Norte e Comando Vermelho.

No Rio de Janeiro, inclusive, o Gaeco cumpriu 41 mandados de busca e apreensão contra policiais militares acusados, dentre outras coisas, de associação para o tráfico de drogas e corrupção.

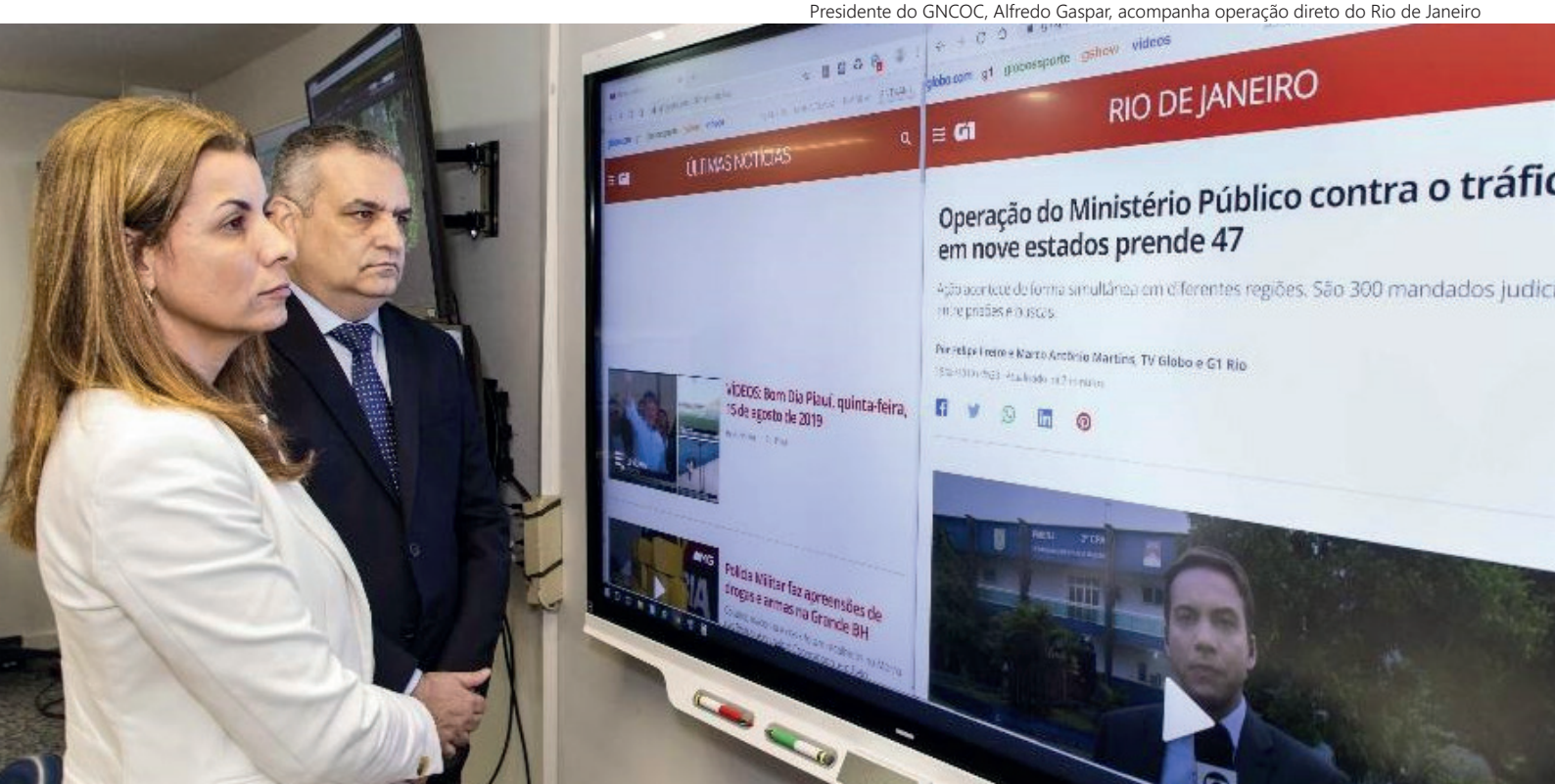
Bahia

Na Bahia, a operação nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro deflagrada pelos Ministérios Públicos resultou em 38 prisões e na apreensão cerca de R$ 650 mil em dinheiro, de 11 mil litros de combustíveis clandestinos e de farta prova documental, equipamentos eletrônicos e armas de fogo.

A ação, que cumpriu 126 mandados judiciais e aconteceu em 27 cidades de 11 estados, combateu crimes de corrupção ativa e passiva, peculato, peculato eletrônico, participação em organização criminosa, associação criminosa, fraude à licitação, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, falsidade ideológica e material e fraude processual praticados por servidores públicos e particulares.

Todas as operações foram acompanhadas de perto pelo presidente do GNCOC, Alfredo Gaspar.

Presidente do GNCOC, Alfredo Gaspar, acompanha operação direto do Rio de Janeiro



CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria-Geral, chefiada pelo procurador de justiça Geraldo Magela, é o órgão integrante da administração superior que tem a missão de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público (Lei Complementar N° 15/96, art. 16).

Tal missão é desempenhada, por exemplo, por meio de atividades como correições e inspeções nos órgãos de execução, expedição de recomendações, instauração de processo disciplinar e compilação mensal de relatórios das atividades desenvolvidas pelas procuradorias e promotorias de justiça.

Procurador de Justiça Geraldo Magela Barbosa Pirauá. Corregedor-geral do Ministério Público

Dados estatísticos da Corregedoria-Geral:

Correições ordinárias nas Promotorias de Justiça	69
Correições ordinárias nas Procuradorias	17
Correições extraordinárias determinadas pelo CNMP com acompanhamento da Corregedoria arquivadas	02
Inspeções determinadas pelo CNMP com acompanhamento da Corregedoria arquivadas	30
Inspeções permanentes em andamento	339
Estágio probatório aguardando vitaliciamento	11
Pedidos de informações em andamento	01
Pedidos de informações arquivados	04
Inquéritos administrativos em andamento	03
Inquéritos administrativos arquivados	01
Protocolos unificados em andamento	20
Protocolos unificados arquivados	97
Processos de remoção arquivados	13
Protocolos unificados em andamento	52
Pedidos de autorização para residir fora da comarca em andamento	08

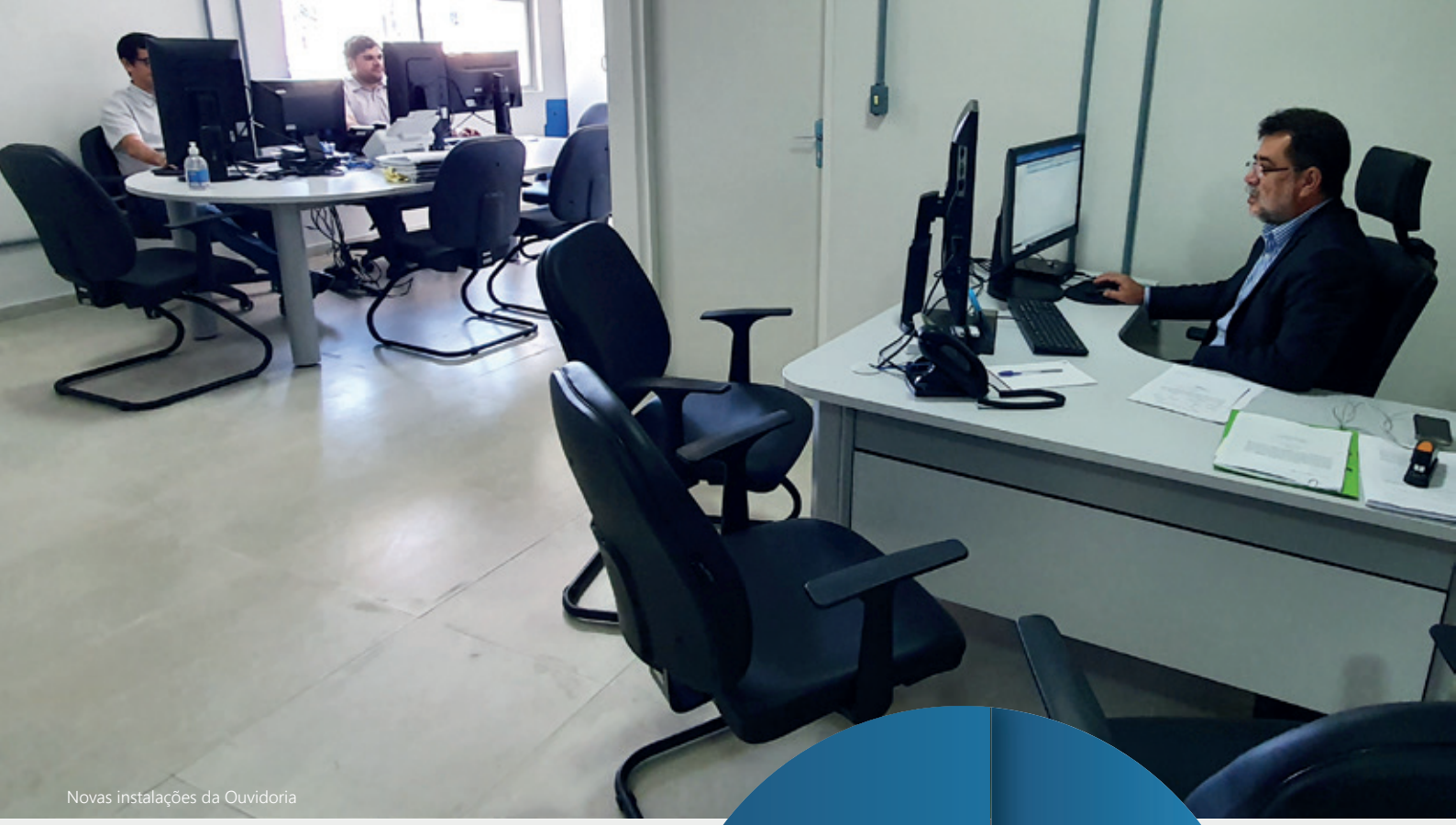
Inspeções arquivadas	01
Inspeções em andamento	01
Inspeções determinadas pelo CNMP com acompanhamento da Corregedoria em andamento	17
Inspeções permanentes arquivadas	122
Estágio probatório em andamento	27
Sindicâncias arquivadas	06
Acompanhamento de resoluções do CNMP	13
Processos de remoção em andamento	07
Processos de promoção em andamento	05
Processos de promoção arquivados	03
Pedidos de autorização para residir fora da comarca arquivados	14
Acompanhamento de reclamações disciplinares/sindicâncias arquivados(CNMP)	01
Acompanhamento de processos administrativos disciplinares em andamento (CNMP)	01
Protocolos unificados arquivados	156
Acompanhamento de processos administrativos disciplinares arquivados (CNMP)	01

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Ouvidoria, coordenada pelo procurador de justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, é um canal permanente de comunicação direta do Ministério Público e tem como objetivo interagir com o cidadão através de diversas plataformas de comunicação. Sua função primordial é receber demandas referentes a atuação do MPAL e encaminhá-las para seu órgão interno competente, como por exemplo, à promotoria de justiça responsável.

Qualquer pessoa pode apresentar críticas, elogios, sugestões e/ou reclamações. Elas serão analisadas minuciosamente pelo ouvidor do Ministério Público Estadual de Alagoas e sua equipe técnica.

Procurador de justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo
Ouvidor do Ministério Público



Novas instalações da Ouvidoria

De janeiro de 2017 a dezembro 2019, a Ouvidoria recebeu:

As manifestações chegaram por:

Formulário eletrônico	E-mail	Carta	Presencial	Aplicativo	Telefone
2.274	849	10	135	98	18

Dentre elas:

DENÚNCIAS	PEDIDOS DE INFORMAÇÕES	RECLAMAÇÕES	ELOGIOS	CRÍTICAS	SUGESTÕES
2.543	243	351	24	10	213

ESCOLA SUPERIOR DO **MINISTÉRIO PÚBLICO**

Procurador de justiça Luiz Barbosa Carnaúba
Diretor da Escola Superior do Ministério Público

A Escola Superior do Ministério Público de Alagoas (ESMP), que está em nova sede, é um órgão auxiliar destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos e publicações visando o aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, servidores e estagiários. Também é sua missão promover parceria com órgãos, entidades e instituições de ensino colaboradoras para a realização de eventos de aperfeiçoamento funcional, além do programa de estágios. Seu diretor é o procurador de justiça Luiz Barbosa Carnaúba.

No triênio 2017-2019, a Escola cumpriu o seu papel contribuindo para o enriquecimento intelectual de todos que integram o Ministério Público Estadual de Alagoas.

Cursos e Palestras

Curso de Técnicas de Mediação de Conflitos Aplicadas ao MP

Seminário de Atualidades - Trabalhista e Previdenciário

Capacitação complementar para a Utilização do Sistema SAJ-MP

Reflexões e Experiências no Combate à Corrupção

Simpósio de Perícia Criminal

Minicurso sobre a Cena do Crime

Curso de formação dos novos promotores de justiça

Curso de Redação Oficial

Cursos e Palestras

#ESMP

VII Congresso Estadual do Ministério Público de Alagoas

Capacitação em Combate à Corrupção
Módulo II: A investigação do Ministério Público

Minicurso: "Crimes Cibernéticos"

A Lei Geral de Proteção de Dados

Capacitação em Trânsito, Mobilidade e Segurança

MP é o grande vencedor do Prêmio CNMP 2019!

Categoria "redução da criminalidade"

Abuso sexual: notificar é preciso

O projeto "Abuso sexual: notificar é preciso", uma iniciativa dos promotores de justiça Dalva Tenório e Lucas Carneiro Sachsida, que atuam no combate aos crimes contra crianças e adolescentes, conquistou o 1º lugar na categoria "redução da criminalidade". O resultado das iniciativas finalistas foi anunciado, em agosto de 2019, durante a abertura do 10º Congresso de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público, que ocorreu no Instituto Serzedello Corrêa, em Brasília/DF.

PRÊMIO CNMP 2019

MINISTÉRIO PÚBLICO. UM PROJETO, MUITAS CONQUISTAS.

ASSESSORIA DE **PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**

A Assessoria de Planejamento Estratégico é uma unidade institucional que tem como objetivo apoiar a administração superior do Ministério Público nas suas ações e metas futuras, favorecendo a integração de membros e servidores e contribuindo para que as atividades aconteçam de forma planejada e eficiente.

Gestão Estratégica

A Seção de Gestão Estratégica, dentre outras atribuições, tem a missão de assistir e assessorar o procurador-geral de justiça na sistematização, priorização, desenvolvimento, monitoramento e harmonização das ações de planejamento e gestão estratégica, prestar suporte técnico, operacional e informacional ao Comitê de Gestão Estratégica, além de assessorar na elaboração e acompanhamento do mapa estratégico, indicadores, metas e projetos, com suas respectivas qualificações e priorizações.

Gestão de Processos

O Escritório de Gerenciamento de Processos de Atividades (EGPA) é o órgão responsável pela implementação da gestão por processos de atividades no âmbito do Ministério Público Estadual de Alagoas, tendo como missão difundir a metodologia e atuar como orientador.

Gestão de Projetos

O Escritório de Projetos Estratégicos é a unidade que oferece suporte à elaboração, ao gerenciamento e à execução de programas e projetos no âmbito do MPAL. Nele, estão centralizadas as informações referentes ao conjunto de programas/projetos da instituição.

SEÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Atividades realizadas:

- Aperfeiçoamento da ferramenta de gestão de indicadores - plataforma brainstorming/jaguar web, que atualmente funciona com acesso direto aos indicadores tendo, os membros do Comitê de Gestão Estratégica, a possibilidade de inserir e alterar dados;
- Formação pessoal com os membros do Comitê, mostrando de forma prática a utilização do sistema brainstorming/jaguar web, bem como o reforço dos temas recorrentes em planejamento estratégico, tais como o Plano Geral de Atuação (PGA), projetos e indicadores;
- Alteração do Ato PJG 04/2013, de criação do Comitê de Gestão Estratégica, para inclusão da Corregedoria-Geral do MPAL como membro participante do Comitê;
- Inclusão da área estratégica do Direito do Consumidor;
- As reuniões de análises estratégicas (RAES) passaram a ser mensais. Antes, eram trimestrais. Registradas em ata, elas permitiram o acompanhamento dos projetos aprovados no âmbito do Ministério Público, assim como o acompanhamento e revisão dos indicadores do PGA referentes ao biênio de 2016-2017;
- Realização de uma pesquisa/enquete para a escolha dos temas que deveriam ser priorizados pelo Ministério Público de Alagoas;
- Realização de audiências públicas com o tema "O Ministério Público quer ouvir você!", a fim de contribuir para a escolha de temas que deveriam ser priorizados pelo Ministério Público de Alagoas;
- Elaboração do Plano Geral de Atuação 2020 – 2022 do MPAL;
- Aprovação do Plano Geral de Atuação 2020 – 2022 e publicação no Diário Oficial do Estado e site institucional;
- Aquisição do sistema Busines Intelligence Qlick Sense, proporcionando maior agilidade na análise de dados do planejamento e a forma como a instituição toma suas decisões estratégicas;
- Em parceria com a Escola Superior do Ministério Público, foi realizada, em novembro de 2019, a Capacitação "Gestão Estratégica, Projetos e Processos: desafios e oportunidades para o MPAL";
- Assinatura do termo de cooperação MPSP-MPAL para disponbilização da ferramenta de gestão de projetos e processos.

SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS DE ATIVIDADES

Processos homologados da área-fim:

- Elaboração e divulgação de nota técnica e recomendação do Núcleo da Infância;
- Solicitação de apoio ao Núcleo da Infância;
- Atuação ministerial em processo de adoção;
- Atuação ministerial em processo de guarda (Lei n.º 8069/90);
- Atendimento ao público externo;
- Realização de audiência Pública (Resolução CNMP 82/2012 e 159/2017);
- Prover as promotorias de justiça com procedimento referente à atuação ministerial extrajudicial para celebração de recomendação;
- Recebimento de denúncia do disque 180;
- Atuação ministerial em inquérito policial criminal;
- Expedir Termo de Ajustamento de Conduta – (Resolução 179/2017 CNMP);
- Recepção de processo cadastrado no SAJ/MP;
- Prover as promotorias de justiça com procedimentos e práticas uniformes, de modo a disciplinar e simplificar o andamento dos processos;
- Guarnecer as promotorias de justiça com procedimento administrativo;
- Procedimento preparatório e inquérito civil;
- Instauração de procedimento investigatório criminal – (Resoluções 181/2017 e 183/2018 CNMP);
- Atuação ministerial nos crimes de menor potencial ofensivo (Lei n.º 9099/90 e 11.313/2006);
- Atuação ministerial nos crimes de iniciativa privativa do ofendido (Juizado Especial);
- Tramitação direta de procedimentos criminais; (Inquérito policial (IP) / Termo Circunstanciado de
- Ocorrência (TCO) entre delegacia – Ministério Público;
- Atuação Judicial do MPAL em tribunais superiores – Assessoria Técnica;
- Procedimento investigatório criminal – Assessoria Técnica;
- Atuação judicial da Assessoria Técnica (SAJ/MP);
- Cadastro de protocolo unificado (PU) no SAJ/MP;
- Cadastro de atividades não procedimentais no SAJ/MP.

Processos homologados da área-meio:

- Averbação de tempo de contribuição ou serviço, férias e licença especial
- Recebimento de correspondências (área-fim) e documentos
- Triagem e encaminhamento de documentos da área-fim (Ato PGJ N.º 8/2017) pelo protocolo PGJ
- Solicitação de diárias
- Contratação de pequeno valor (Lei n. 8666)
- Solicitação de manutenção de condicionadores de ar
- Contratação de serviços e compras de qualquer natureza
- Emissão de certidões e declarações
- Solicitação Termo de Convênio
- Solicitação Termo de Cooperação Técnica
- Manutenção Veicular Corretiva e Preventiva
- Acompanhamento de Infrações de Trânsito
- Publicação de Aviso em Jornal
- Contratação para Utilização de ARP Própria
- Contratação por Adesão de Ata de Terceiros
- Licenciamento Anual
- Solicitação de Empenho Estimativo
- Locação de Imóvel
- Solicitação de Cessão de Servidor
- Renovação de Contrato de Aluguel
- Confecção de Relatório Anual Consolidado de
- Atividades dos Núcleos de Apoio
- Recebimento de informações ou Solicitação de Apoio
- Solicitação de Apoio aos Núcleos de Defesa
- Recebimento de Informações / Protocolo Unificado (PU) pelos Núcleos de Defesa
- Cadastro e acompanhamento de manifestações
- Acompanhamento de críticas
- Acompanhamento de denúncias
- Encaminhamento de elogio
- Solicitação de informações – Disponibilização do máximo de informações possíveis.
- Encaminhamento de sugestões – Contribuir para a eficiência dos serviços prestados pelo Ministério Público do Estado de Alagoas.

Processos aguardando homologação:

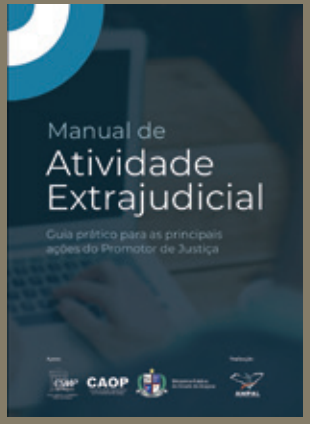
- Movimentação de estagiários
- Movimentação e pagamento de seguro de estagiários

Processos em desenvolvimento:

- Atuação ministerial nos crimes de iniciativa privativa
- Atuação ministerial nos crimes de menor potencial ofensivo
- Atuação ministerial no acompanhamento de denúncias de violência contra a mulher – Disque 180
- Atuação ministerial em procedimento investigatório criminal (Resolução CNMP 181/2017)
- Atuação ministerial em inquérito policial criminal
- Solicitação de apoio ao Núcleo do Consumidor
- Elaboração e divulgação de nota técnica ou recomendação do Núcleo de Defesa do Consumidor
- Atuação Ministerial para acompanhamento e priorização de Orçamento da Criança e Adolescente (OCA) no Plano Plurianual
- Atuação Ministerial para acompanhamento e priorização de Orçamento da Criança e Adolescente (OCA) na Lei Diretrizes Orçamentárias
- Atuação Ministerial para acompanhamento e priorização de Orçamento da Criança e Adolescente (OCA) na Lei Orçamentária Anual no Executivo
- Atuação Ministerial para acompanhamento e priorização de Orçamento da Criança e Adolescente (OCA) na Lei Orçamentária Anual no Legislativo
- Elaboração de capacitação da área finalística
- Elaboração de capacitação da área meio
- Elaboração de Projetos por Adesão
- Pedido de Informações a Corregedoria

Produtos com participação do Escritório de Processos:

O Manual de Atividade Extrajudicial foi construído com o objetivo de facilitar o trabalho dos membros e servidores do MP/AL, oferecendo uma ferramenta de consulta para que melhor desempenhem suas atribuições, cumprindo as normas locais e as resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público.



O Projeto Modular para Otimizar criou/revisou cerca de 27 fluxos de rotinas laborais da áreas-alvo selecionadas para o projeto e gerou 21 modelos-uniformizados (requirimentos, solicitações e termos de referências).

PROGRAMAS

PLID

Coordenadora: promotora de justiça Marluce Falcão

Objetivo: criar um sistema de buscas integrado nacionalmente e desenvolver ações conjuntas e de apoio mútuo às atividades de sistematização de procedimentos, comunicações e registros de notícias de pessoas desaparecidas ou vítimas de tráfico.

AÇÕES:

- 742 sindicâncias (registro de desaparecimento)
- 146 finalizadas (pessoas encontradas)

MINISTÉRIO PÚBLICO COMUNITÁRIO

Coordenadores: promotores de justiça Cláudio Malta e Maria José Alves

Objetivo: mobilização e capacitação de pessoas da comunidade do Vergel do Lago para atuarem como mediadores de conflitos e agentes comunitários de cidadania e de análise da realidade local, tornando-as protagonistas na prevenção e solução dos conflitos e aptas a atuarem como agentes de transformação da realidade da sua região.

AÇÕES:

- 2096 atendimentos
- 4891 encaminhamentos para redes de serviços
- 205 procedimentos de mediação de conflitos
- Resolvidos problemas relacionados à pessoa idosa, briga de vizinhos, pertubação de sossego, partilha de bens, injúria, calúnia e difamação, pensão alimentícia, relações de consumo e dívidas

PROGRAMA DE ATUAÇÃO MINISTERIAL PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

Coordenador: promotor de justiça Alberto Fonseca

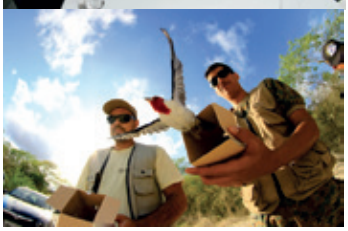
Objetivo: desenvolver ações e projetos que possibilitem a atuação ministerial para a conservação de espécies ameaçadas de extinção por meio da educação ambiental e fomento a fiscalização e proteção das espécies e seus habitats, seguindo protocolos específicos definidos nos planos de ação.

AÇÕES:

- Plano de Ação Estadual do Mutum-de-alagoas
- Plano de Ação Estadual do Amazona Rhodocorytha
- Projeto de reintrodução do Mutum-de-Alagoas
- Projeto Papagaios da Mata Atlântica
- Projeto de Incentivo à Criação de RPPNS – PRÓ RESERVAS
- Reintrodução na natureza de 03 casais de Mutum-de-alagoas
- Criação/averbação de cerca de 20 novas RPPNS em Alagoas por meio do Projeto de Incentivo à Criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – Pró Reservas

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO EM ALAGOAS – FPI DO SÃO FRANCISCO

Coordenadores: promotores de justiça Lavínia Fragoso e Alberto Fonseca



Objetivo: contribuir para o processo de revitalização da Bacia do Rio São Francisco em Alagoas a partir de um olhar interdisciplinar, buscando a proteção do meio ambiente natural , cultural e do trabalho, bem como a melhoria da qualidade de vida das populações da Bacia por meio do uso sustentável dos seus recursos naturais.

AÇÕES EM 2017:

- 8 etapas já realizadas
- 21 órgãos federais e estaduais parceiros
- 11 equipes de fiscalização
- 5 municípios abrangidos na etapa
- 94 alvos de fiscalização
- 256 autos de infração emitidos
- 2.232 animais silvestres resgatados
- 1 Audiência Pública

AÇÕES EM 2018:

- 18 órgãos federais
- 11 equipes de fiscalização
- 07 municípios abrangidos na etapa
- 120 alvos fiscalizados
- 01 audiência pública
- 9° etapa FPI São Francisco – em execução

AÇÕES EM 2019:

- 10ª Etapa realizada
- 22 Órgãos federais e estaduais parceiros
- 14 Equipes de fiscalização
- 7 Municípios visitados na etapa
- 210 Alvos catalogados
- 01 Audiência pública
- 11ª Etapa em fase de planejamento

PROJETOS ÁREA FIM

TRANSPARÊNCIA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL EM ALAGOAS

Coordenador: promotor de justiça José Carlos Silva Castro

Objetivo: apontar o panorama dos portais eletrônicos do Legislativo municipal alagoano a partir da métrica desenvolvida pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCCLA.

AÇÕES:

- Verificação da existência do portal eletrônico com base nos parâmetros definidos
- Avaliação dos portais eletrônicos existentes com base na metodologia da ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à
- Corrupção e Lavagem de Dinheiro
- Compilação de todas as informações obtidas em um relatório de diagnóstico
- Divulgação do diagnóstico
- Preparação da segunda fase do projeto - "Transparência Efetivação"

MINISTÉRIO PÚBLICO PELA VIDA: AÇÕES PREVENTIVAS AOS CRIMES DE HOMICÍDIO

Gerente: promotor de justiça Anderson Cláudio de Almeida Barbosa

Objetivo: melhorar o combate ao crime em Alagoas

AÇÕES:

- Levantamento das localidades com maiores índices de violência
- Reuniões para definição e organização dos ciclos de palestras
- Realização dos ciclos de palestras
- Reuniões com organizações da sociedade civil e órgãos de segurança
- Conscientização da comunidade local com enfoque em temáticas relacionadas a possíveis causas de homicídios na região

DE OLHO NA FILA

Coordenadora: promotora de justiça Micheline Laurindo Tenório

Objetivo: identificar as dificuldades existentes para a marcação de consultas com especialistas e exames, bem como garantir ao usuário do Sistema Único de Saúde o direito de acesso a informação, por meio da transparência nas listas de espera para atendimento dos serviços da saúde.

AÇÕES:

- Visitas às 8 unidades básicas de saúde para coletas de informações sobre agendamento
- Interlocução com os usuários para obtenção de diagnóstico
- Formalização de recomendação à gestão da saúde no município de Maceió

REDE INFÂNCIA - MAPA

Coordenadora: promotora de justiça Alexandra Beurlen

Objetivo: disponibilizar à sociedade um mapa virtual onde constem informações de todas as entidades integrantes da Rede de Proteção à Infância e Juventude no município de Maceió, tais como nome da instituição, serviço, endereço, telefone e horário de atendimento.

AÇÕES:

- Reuniões setorizadas por bairros
- Localização dessas instituições e entidades
- Coleta de dados para diagnóstico do trabalho
- desenvolvido por elas
- 320 entidades já mapeadas

DROGAS: PREVENÇÃO É A PALAVRA CHAVE

Coordenadora: promotora de justiça Alexandra Beurlen

Objetivo: fomentar o papel do Ministério Público de Alagoas como protagonista nas ações de prevenção e combate ao uso de álcool e outras drogas por crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes.

AÇÕES:

- Coleta de dado juntos aos promotores que atuam no interior do Estado
- Elaboração de questionário para utilização na coleta de dados junto aos Promotores de Justiça;
- Envio de questionário e coleta de dados.

REDE INFÂNCIA MAPA - AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTOS

Coordenadora: promotora de justiça Alexandra Beurlen

Objetivo: desenvolver atividades visando atualizar e ampliar o Mapa da Rede da Infância disponibilizado no site do MP/AL, incluindo funcionalidades como: página de notificações de erros, localização pelo Google Maps, ferramenta de inclusão de entidade em vários bairros simultaneamente, bem como a atualização das informações evitando sua defasagem.

AÇÕES:

- 400 entidades com dados atualizados
- Atualizações constantes de informações no Mapa da Infância
- Inclusão do posicionamento geográfico das entidades
- Organização das entidades em ordem alfabética
- Espaço para notificação de erros
- Espaço "sobre" e "fale conosco"
- Sistema de cadastro de unidade por bairro

SEGURANÇA NAS ESCOLAS

Coordenadores: promotores de justiça Alexandra Beurlen, Dalva Tenório e Ubirajara Ramos

Objetivo: Mobilizar vários órgãos e serviços públicos para desenvolverem, durante 1 (um) ano, atividades diversas, a exemplo de palestras, campanhas, cursos, blitz escolar, atividades de contraturno em duas escolas de Maceió. Avaliar o resultado/impacto dessa atuação na realidade escolar, através da análise da comunidade escolar.

AÇÕES:

- Coleta de dado juntos aos promotores que atuam no interior do Estado
- Realizar reuniões para mobilização dos parceiros e formatação do cronograma das atividades a serem desenvolvidas nas escolas selecionadas como piloto e eventualmente nas demais escolas
- Fomentar a aceitação pela comunidade escolar das blitzes escolares e intermediar a adequação do formato destas, para estreitar os laços entre as comunidades escolares e a polícia
- Atuar diretamente nas escolas eleitas, e eventualmente nas demais escolas, com a realização de visitas, reuniões e palestras para a comunidade escolar

PROJETO SIMASE

Coordenadora: promotora de justiça Marta Bueno

Objetivo: incentivar os gestores municipais a criarem, com base no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

AÇÕES:

- Reuniões com as Prefeituras de Palestina e Pão de Açúcar
- Implantação do Simase em Palestina, beneficiando os adolescentes da Rede Municipal de Ensino de Palestina
- Em Palestina, após aprovação de lei municipal, foi integrado à Rede Municipal de Ensino várias modalidades esportivas,
- como: voleibol; capoeira; banda de música etc. Tendo o futebol como projeto piloto
- Implantação do Simase em Pão de Açúcar, gerando benefícios para crianças e adolescentes das áreas urbanas e rural
  Criação de escolinha de futebol e de aulas de capoeira, dança afro, makulelê e coco de roda

SIMASE
SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

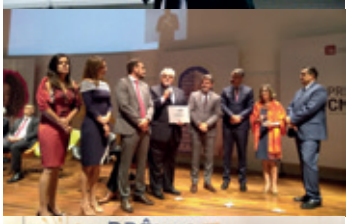
ABUSO SEXUAL: NOTIFICAR É PRECISO

Coordenadores: promotores de justiça Dalva Vanderlei Tenório e Lucas Sachsida

Objetivo: capacitar, orientar e informar profissionais da saúde e educação no trato com a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade dianto do abuso sexual para que notifiquem os órgãos responsáveis sobre a ocorrência de crime, contribuindo no combate a criminalidade e na prevenção em defesa dos vulneráveis. Criar formulários e documentos aptos a adesão de outras promotorias de justiça.

AÇÕES:

- Melhorar a maneira de combater a violência sexual contra crianças e adolescentes
- Colher das instiuições de sáude e educação dados referentes a ocorrência de gravidez e nascimentos envolvendo mães com idades entre 10 e 14 anos
- Capacitar profissionais de saúde e educação
- Sensilizar a população e a comunidade a ter um olhar protetor aos vulneráveis
- Facilitar, através da criação de protocolos, formulários e recomendações a comunicação dos casos de estupro de vulnerável



RESULTADOS:

- Com o desenvolvimento do projeto alcançou-se um grande avanço no combate à subnotificação dos casos de abuso sexual. Os números passaram de 10 notificações/mês para 40 notificações/mês
- O projeto impulsionou a criação da Rede de Atenção às Vítimas de Violência Sexual - RAVVS e da Rede de proteção às vítimas de violência da Secretaria de Prevenção à Violência- Seprev, importantes redes de atendimento no combate ao abuso sexual e encaminhamento de notificações
- Encontra-se em estudo proposta de interiorização do projeto
- O projeto ganhou o Prêmio CNMP 2019 na categoria "redução da criminalidade"

TRANSPARÊNCIA NO LEGISLATIVO ALAGOANO - EFETIVAÇÃO

Coordenador: promotor de justiça José Carlos Silva Castro

Objetivo: incentivar a promoção de medidas judiciais ou extrajudiciais em prol da implantação de portais eletrônicos no legislativo municipal alagoano de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação. Acompanhar e oferecer suporte aos membros para obtenção de resultados pretendidos.

AÇÕES:

- 100% das Câmaras de Vereadores dos municípios alagoanos implantaram os portais da Transparência

PROJETO: DE OLHO NO TRANSPORTE LEGAL

Coordenador: promotor de justiça Lucas Sachsida Carneiro

Objetivo: Desenvolvimento de um software de acompanhamento das vistorias do transporte escolar no estado, que gerará os insumos necessários para a criação de painéis com a ferramenta de BI Qliksense. O objetivo é permitir uma análise ampla da situação do transporte escolar em todo o estado de Alagoas.

AÇÕES:

- Reuniões para coletas de dados e requisitos
- Desenvolvimento do software
- Execução ETL (Extração, tratamento e carga dos dados)
- Definição de medidas e indicadores
- Criação de Layouts de visualização de painéis

CRESCER COM CIDADANIA

Coordenador: promotor de justiça Ubirajara Ramos dos Santos

Objetivo: garantia e promoção dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes em situação de rua. O Ministério Público, consciente de seu papel outorgado pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n° 8.069/90), tem, como objetivo estratégico, promover a proteção integral da criança e do adolescente.

AÇÕES:

- Diagnóstico das crianças, adolescentes e suas famílias em situação de risco nas ruas do município de Maceió
- Identificação dos serviços de atendimento atualmente existentes para as crianças e adolescentes em situação de rua no município
- Articulação dos serviços de atendimentos existentes
- Abordagem das crianças e adolescentes nas ruas de Maceió, promovendo os encaminhamentos necessários para sua proteção
- Promoção da reinserção familiar das crianças e adolescentes em situação de rua, com vínculos rompidos
- Garantir o acesso à documentação necessária para o exercício dos direitos fundamentais pelas crianças e adolescentes alvo do projetos

RESULTADOS:

- 45 Crianças a adolescentes acompanhadas pela equipe do projeto
- 47 Abordagens sociais
- 13 Crianças acolhidas em instituições de acolhimento
- 8 crianças e adolescentes encaminhadas ao município de origem
- 2 encaminhadas para tratamento em razão da dependência química
- 11 crianças matriculadas na escola
- Total de 31 crianças retiradas das ruas

A MUDANÇA SOU EU

Coordenador: promotor de justiça Thiago Chacon Delgado

Objetivo: formar e conscientizar jovens cidadãos dos seus direitos e deveres nas diversas áreas da formação, trabalhando a interdisciplinaridade e o ativismo social.

AÇÕES:

- Envolver a comunidade juvenil de Palmeira dos Índios e Estrela de Alagoas nas discussões e debates sobre diversas temáticas sociais
- Realizar reuniões, palestras e discussões em espaços públicos
- Formular parcerias com as demais instituições, incluindo OAB,
- Defensoria, Poder Judiciário, Universidades Públicas e Particulares, associações e fundações
- Realizar exposições dos temas de forma didática, informal e participativa, permitindo aos jovens uma atuação consciente e proativa

AMIGO DA SOCIOEDUCAÇÃO

Coordenadora: promotora de justiça Marília Cerqueira de Lima

Objetivo: Promoção de garantias e direitos fundamentais de adolescentes e jove em cumprimento de medidas socioeducativas em Maceió, por meio de doações produtos e serviços, devidamente fiscalizados, às unidades de internação.

AÇÕES:

- Criação e regulamentação do selo "Amigo da Socioeducação"
- Mobilização, conscientização e sensibilização de parceiros e da sociedade
- Controle de doações em parceria com a SUMESE
- Reconhecimento e estímulo à realização de boas práticas através da entrega do selo Amigo da Socioeducação

DIREITOS HUMANOS EM PAUTA

Coordenador: promotor de justiça José Antônio Malta Marques

Objetivo: fortalecer a cultura de defesa dos direitos humanos no estado de Alagoas e aproximar o Ministério Público de Alagoas da sociedade, bem como apresentar a importância da atuação dos procuradores e promotores de justiça na defesa e efetivação dos direitos fundamentais do cidadão, construindo um Ministério Público mais resolutivo e pró-ativo.

AÇÕES:

- Ações de cidadania plena, assegurando direitos fundamentais com atuação dos promotores de justiça
- Ações de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, bullyng, cyberbullyng, uso de drogas na comunidade
- escolar, violência contra a pessoa idosa e violência doméstica e familiar
- Ações de enfrentamento à discriminação racial e inclusão social da pessoa com deficiência
- Ações em defesa da cultura dos direitos humanos no Estado de Alagoas
- Capacitações e ações de cidadania na escola
- Apoio aos projetos institucionais "Com Criança Não se Brinca", "Notificar é Preciso" e "Poluição Sonora é Crime"

RESULTADOS:

- 7.569 alunos abrangidos pelas atividades do projeto
- 100 Promotores envolvidos
- 14 Promotores aderiram ao projeto
- 10 Procuradores
- 69 Escola alcançadas pelo projeto
- 484 Profissionais capacitados
- 9 Municípios
- 39 órgãos e entidades parceiros
- Cerca de 25 eventos já realizados

MP CONECTADO COM VOCÊ

Coordenador: promotor de justiça José Antônio Malta Marques

Objetivo: Por meio das ações previstas no plano de trabalho, o projeto pretende intensificar o combate a uma prática ilícita bastante comum nas cidades, qual seja, a poluição sonora, bem como a perturbação do sossego público.

AÇÕES:

- Firmar parcerias imprescindíveis para a operacionalização das ações de fiscalização
- Planejamento e realização de operações - surpresa nos municípios, no sentido de coibir o uso abusivo de sons automotivos, residenciais, de templos religiosos, bem como aqueles utilizados por casas de shows e eventos
- Fazer cumprir a legislação reguladora no que diz respeito ao abuso dos sons irregulares, evitando assim o desencadeamento de outros crimes
- Fomentar a participação dos diversos núcleos do CAOP, bem como a adesão dos promotores naturais
- Diminuição dos crimes de poluição sonora e as contravenções de perturbação do sossego público, bem como outros crimes decorrentes dos mesmos.

PROJETO TRANSPORTE LEGAL

Coordenadores: promotores de justiça Lucas Sachsida e Maria Luísa Maia

Objetivos: Executado no formato de projeto por adesão, tem por objetivo melhorar em quantidade e a qualidade o transporte escolar público do estado de Alagoas e consequentemente aumentar o acesso de crianças e adolescentes à escola. Visa também Conscientizar os motoristas de transporte escolar quanto ao papel desempenhado e cumprimento das regras básicas de trânsito para garantia da segurança e confiança dos familiares.

AÇÕES:

- Levantamento de dados sobre a atual situação do transporte escolar no município, para verificação de irregularidades
- Recomendação com prazo para adequação
- Fiscalização em parceria com a equipe do DETRAN/AL
- Adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais
- Adesões em 29 municípios

FALE, EDUCAÇÃO!

Coordenadora: promotora de justiça Cecília Carnaúba

Objetivo: capacitar professores e estudantes da rede estadual de ensino sobre os direitos da população em campos temáticos como saúde, democracia, probidade administrativa, meio ambiente, educação, alimentação, integridade física e emocional, convivência pacífica, liberdade de expressão, trabalho, infância e juventude.

AÇÕES:

- Números de eventos: 157
- Número de alunos atendidos: 26.000
- Número de promotores: 15
- Número de parceiros: 09
- Número de professores atendidos: 159
- Redações feitas pelos alunos: 3.000
  Hortas implantadas: 02

MP EMPODERADOR

Coordenador: procurador de justiça Valter José Omena Acioly

Executado na cidade de Arapiraca/AL, o projeto busca implementar a resolução consensual de conflitos em comunidades do citado município. Busca apoiar o cidadão no fortalecimento de sua autonomia e da comunidade por meio de técnicas de autocomposição.

AÇÕES:

- Orientar o cidadão quanto aos seus direitos
- Utilizar dos meios de autocomposição possíveis com o intuito de fortalecer as partes envolvidas, visando a solução pacífica das demandas apresentadas
- Atuar em parceira com a rede pública e/ou privada, na solução das demandas recebidas
- Encaminhar as demandas que exijam atribuições específicas para órgãos competentes públicos ou privados
- Encaminhar ao Núcleo de Autocomposição do Ministério Público as situações não solucionadas
- Capacitar voluntários para atuarem no Núcleo

PROJETO PAZ NAS ESCOLAS

Coordenador: promotor de justiça Denis Guimarães de Oliveira

Objetivo: Promoção de garantias e direitos fundamentais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em Maceió AL, por meio de doações de produtos e serviços, devidamente fiscalizados, às unidades de internação.

AÇÕES:

- Realização de palestras em diversas escolas
- Colaboração de diversos órgãos (Poder Judiciário, Defensoria Pública, Polícia Militar, Polícia Civil e Conselho Tutelar) ajudou também os jovens a diferenciar o papel do Ministério Público da defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- Concurso de desenhos por meio do qual os alunos da rede pública de ensino puderam externar sua ótica sobre o tema "Paz nas Escolas".

RESULTADOS:

- Com previsão inicial de 200 inscritos, o concurso teve mais de 1.000 inscritos, com trabalhos de excepcional qualidade, que demonstraram não somente o talento artístico, como também o envolvimento dos jovens e dos profissionais da rede de ensino com o projeto e a temática da paz.

RECOMEÇAR – OFICINA DE JOVENS APRENDIZES

Coordenadores: promotores de justiça Maurício Wanderley e Viviane Karla

Objetivo: Capacitar e inserir no mercado de trabalho adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, com foco especial naqueles que cumprem medidas socioeducativas, propiciando oportunidade de mudança de vida e de transformação social.

AÇÕES:

- Realização de diagnóstico da realidade dos adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade social e daqueles que cumprem medida socioeducativa para atuar de forma preventiva e protetiva
- Promoção, por meio de parcerias, de cursos profissionalizantes e vagas de emprego para os adolescentes e jovens contemplados pelo projeto
- Acompanhamento e fiscalização da participação dos adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade social e/ou em cumprimento de medida socioeducativa no curso e no mercado de trabalho
- Aproximar o Ministério Público da sociedade, na construção de ações que convergem e contribuem para a maior eficiência da instituição na proteção da criança e do adolescente

RESULTADOS:

- Parcerias com empresas privadas
  Parceria com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA
  Parceria com o SENAC e SENAI
  1 laboratório de informática doado pelo SENAC
  27 cursos profissionalizantes ofertados
  820 vagas ofertadas
  15 pessoas inseridas no mercado de trabalho

PROJETO DESTINE ESPERANÇA

Coordenadora: promotora de justiça Marília Cerqueira Lima

Objetivo: Divulgação da possibilidade de destinação de percentual do imposto de renda devido ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

AÇÕES:

- Fomentar a cultura do protagonismo da sociedade na realidade de crianças e adolescentes, por meio das destinações do percentual do imposto de renda devido ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Elaboração de campanha publicitária para divulgação do projeto
- Promover o acompanhamento do resultado das destinações em cada município do Estado de Alagoas
- Fazer o acompanhamento contínuo das entidades do município de Maceió beneficiadas com projetos contemplados pela aprovação dos respectivos Conselho de Direitos
- Prestar contas à sociedade acerca aplicação dos recursos destinados, dando publicidade dos resultados obtidos para obtenção de credibilidade voltada à ações futuras, com vistas ao incremento progressivo do aporte de recursos destinado à Alagoas

RESULTADOS:

- Arrecadação de R$ 752.148,12, que foram rapassados aos Fundos Municipais da Criança e Adolescente do Estado de Alagoas

IDOSO CIDADÃO

Coordenadores: promotores de justiça Marluce Falcão de Oliveira, Dênis Guimarães de Oliveira e Rogério Paranhos

Objetivo: Fomentar o fortalecimento da rede de proteção e efetivação dos direitos da pessoa idosa e a interação entre o MPAL e os órgãos de defesa dos idosos. Promover a criação, implantação e/ou funcionamento dos Conselhos Municipais de Idosos no Estado de Alagoas.

AÇÕES:

- Apoiar a Promotoria de Justiça aderente acerca criação, implementação e funcionamento dos Fundos e Conselhos Municipais da Pessoa idosa
- Realizar reuniões com Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e Conselho Estadual da Pessoa Idosa visando capacitar e empoderar a Pessoa Idosa acerca de seus direitos e protagonismo social, promovendo meios de sua inclusão social e atuação efetiva na construção de políticas públicas em seu município
- Firmar parcerias com órgãos públicos e privados para capacitação e orientações dos Conselheiros e criação do Fundo Municipal da pessoa idosa
- Elaborar cronograma de audiências públicas objetivando ouvir e informar a sociedade local acerca dos direitos da pessoa idosa e da importância do protagonismo político-social
- Realizar eventos de cunho preventivo e informativo acerca da proteção e inclusão social da Pessoa Idosa

SOU DO BEM, DIGO NÃO À CORRUPÇÃO

Coordenador: promotores de justiça Stela Valéria Soares Cavalcanti e Jamil Gonçalves Barbosa

Objetivo: Visa a elaboração e distribuição de cartilha educativa que apresentará pequenos atos do cotidiano como imorais e ilegais, muitas vezes constituindo improbidades administrativas ou crimes. Visa também orientar as pessoas sobre os canais de comunicação com o Ministério Público de Alagoas.

AÇÕES:

- Identificação de atos corriqueiros que constituem manifestações de corrupção, muitas vezes tipificados como crimes e atos de improbidade administrativa
- Elaboração de uma cartilha, colorida e ilustrada, apresentando os atos acima descritos, sua capitulação legal e as sanções a eles cominadas
- Difusão da cartilha em meio eletrônico e a formação de parcerias para sua divulgação física

INDÚSTRIA DO CONHECIMENTO NA SOCIOEDUCAÇÃO

Coordenadora: promotora de justiça Marília Cerqueira Lima
Jamil Gonçalves Barbosa

Objetivo: Execução de ações para proporcionar a construção da Biblioteca "Unidade da Indústria do Conhecimento" no sistema Socioeducativo alagoano.

AÇÕES:

- Acompanhamento de todas as etapas para formalização e implementação da Biblioteca Indústria do Conhecimento no Complexo Socioeducativo
- Fomento à estruturação e capacitação dos recursos humanos que terão participação ativa na Biblioteca, acompanhando o desenvolvimento dos projetos a serem implementados
- Atuação constante para captação de parceiros e colaboradores para realização de cursos de capacitação, cursos profissionalizantes, palestras e outras formações

PAINEL DA IMPROBIDADE

Coordenador: promotor de justiça José Carlos Silva Castro

Por meio da criação de painéis com a ferramenta Business Inteligence permitir uma análise ampla da atuação do MPAL no Estado de Alagoas nas ações de combate à improbidade administrativa e corrupção, com dados objetivos e precisos, possibilitando uma intervenção mais eficaz nos diversos casos, através do intercâmbio de informações e modelos, sob a coordenação do NUDEPAT.

AÇÕES:

- Reuniões, coletas e atualizações de dados e requisitos
- Estudos preliminares dos dados
- Execução ETL (Extração, tratamento e carga dos dados)
- Definição de medidas e indicadores
- Criação de Layouts de visualização de painéis
- Apresentação da ferramenta

MENSAGEIROS DA ESPERANÇA

Coordenadores: promotoras de justiça Hylza Torres e Micheline Tenório

Objetivo: Formação de uma Rede que atuará junto à comunidade escolar da rede pública de ensino estadual e municipal, rede particular e demais no município de Coruripe, para tratar de temas relacionados ao suicídio, automutilação e depressão, formando a Rede Mensageiros da Esperança.

AÇÕES:

- Capacitação dos integrantes de toda rede, conselheiros tutelares, IFAL, entidades religiosas, unidades de saúde, hospitais e ONG's
- Formação do Comitê de Prevenção ao Suicídio em Coruripe/AL
- Formação de Grêmios estudantis em unidades escolares
- Capacitação dos gestores, coordenadores, professores e equipe de apoio das escolas da rede pública em Coruripe (Municipais e Estaduais), escolas particulares e do IFAL - Coruripe
- Palestras mensais educativas e preventivas, com o Ministério Público, psicólogos e psiquiatras, bem como a realização de rodas de conversa mensais com os alunos e familiares das escolas da rede pública municipal e estadual e do Instituto Federal de Alagoas
- Criação de Ficha Única de encaminhamento dos discentes que se verificar incursos nas situações de risco (suicídio, automutilação e depressão)
- Formação de grupos com representantes da Secretaria de Assistência Social (Programa CREAS) com as famílias e os alunos enquadrados nas situações de risco
- Visita da Secretaria Municipal de Saúde na residência dos alunos enquadrados nas situações de risco (suicídio, automutilação e depressão)
- Acompanhamento da efetivação da notificação compulsória no Município de Coruripe, com a expedição de recomendações pelo Ministério Público, bem como instauração de PA (Procedimento Administrativo) para o devido acompanhamento e fiscalização

PROJETO ACOLHER PARA PROTEGER

Coordenador: promotor de justiça José Antônio Malta Marques

Objetivo: Criação de Casas de Acolhimento nos municípios do estado de Alagoas

AÇÕES:

- Provocar os Chefes do Poder Executivo Municipal a assinarem um Termo de Ajuste de Conduta se comprometendo a contribuir para a concretização e manutenção das referidas casas
- Realizar audiências públicas inaugurais com todos os Promotores, Chefes dos Poderes Executivos, Vereadores, Representantes dos Conselhos Tutelares, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS dos municípios envolvidos, e a sociedade civil organizada, bem como a polução em geral, onde serão ministradas palestras e ao final formalizado termo de compromisso assinado pelas autoridades presentes.
- Realizar reuniões e/ou audiências públicas com os Promotores aderentes, Procuradores dos Municípios e os respectivos Prefeitos que assinaram o termo de compromisso para tratativas do andamento das ações
- Acompanhar os Promotores Naturais das regiões na fiscalização da Implantação das Casas de Acolhimento na região
- Descumprimento do TAC, interposição de ACP pelos Promotores Naturais
- Realizar evento de Inauguração da Casa

MP NA UNIDADE

Coordenadora: promotora de justiça Micheline Laurindo Tenório Silveira

Objetivo: O projeto, executado no formato de projeto por adesão, tem por objetivo acompanhar e melhorar a estrutura e o atendimento prestado nas Unidades Básicas de Saúde nos municípios alagoanos. Houve adesões em 39 municípios.

CRIAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE ALAGOAS

Coordenadores: promotores de justiça José Antônio Malta Marques e Mirya Tavares Pinto Cardoso Ferro

Objetivo: Combate à criminalidade com a criação de instrumentos capazes de unir a sociedade e os órgãos de segurança pública, objetivando diminuir a violência em cada município e por extensão em todo estado de Alagoas.

AÇÕES:

- Realizar audiências públicas regionais com a participação dos promotores de justiça titulares das respectivas jurisdições, gestores municipais, vereadores, representantes da Secretaria de Segurança, polícias militares, civil e guarda municipal, a sociedade civil organizada, bem como a população em geral, com o objetivo de assinar Termo de Ajustamento de Conduta.
- Orientar e cobrar dos Poderes Executivo e Legislativo a elaboração de projeto de lei, aprovação, sanção e nomeação dos conselheiros respectivos
- Participar das posses solenes dos respectivos conselhos com palestra e orientação para as ações do mesmo, proferidas por membros do Ministério Público
- O Promotor Natural se incumbe de orientar, acompanhar, fiscalizar e fomentar ações dos respectivos conselhos municipais, junto aos mais diversos órgãos de segurança

MINISTÉRIO PÚBLICO NO COMBATE À POLUIÇÃO SONORA: SOM LEGAL CIDADE TRANQUILA

Coordenadora: promotora de justiça Stela Valéria Cavalcanti

Objetivo: Coibir a prática da poluição sonora no município, primando pela proteção da saúde e do sossego da comunidade.

AÇÕES:

- Projeto disponível para replicação
- Instigar o gestor municipal a firmar Termo de Ajustamento de Conduta com vistas a aprimorar o combate à prática de poluição sonora no município
- Cobrar das polícias militar, civil e guarda municipal uma atuação integrada e articulada com vistas a coibir a prática do delito de poluição sonora no município
- Buscar parceria com o Poder Judiciário com a finalidade de respaldar as ações das polícias e imprimir celeridade às ações judiciais

PROJETOS ÁREA MEIO

REVITALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO INTERNA

Gerente: Janaina Ribeiro Soares

Objetivo: Implementar ações que melhorem e aperfeiçoem i fluxo de informação no ambiente interno do Ministério Público Estadual, de modo a integrar o trabalho dos setores, diretorias, promotorias e procuradorias de justiça, a fim de promover unidade a forma de comunicação entre o público interno da instituição.

AÇÕES:

- Elaboração de estudo sobre as demandas de comunicação interna das diretorias e órgãos que compõem o Ministério Público Estadual, com foco nos setores que atuam na Procuradoria-Geral de Justiça, na Escola Superior do Ministério Público e no prédio sede das Promotorias de Justiça da Capital
- Aquisição e criação de novas mídias de comunicação
- Aperfeiçoamento da intranet do MPE/AL

MINISTÉRIO PÚBLICO MAIS PERTO DE VOCÊ

Gerente: João Alcides de Sá Cerqueira

Objetivo: Levar a população alagoana a conhecer as funções do Ministério Público, de modo que a sociedade possa entender que a instituição é um órgão resolutivo e que trabalha, dentre outras coisas, para assegurar a promoção e a expansão da cidadania e o fortalecimento dos instrumentos que garantem a democracia no estado de Alagoas.

AÇÕES:

- Contratação de empresa de pesquisa para apurar, por região, o grau de conhecimento do MP entre os moradores
- Programas investimentos para campanhas de divulgação do trabalho desenvolvido pelo MPE/AL
- Promover campanha, especialmente nos municípios detectados com maior número de pessoas que desconhecem o papel institucional do Ministério Público
- Realizar nova pesquisa para saber se a mensagem repassada na campanha chegou ao conhecimento da população
- Identificar, implementar, avaliar e revisar as ações de divulgação da imagem do Ministério Público
- Elaborar cartilha e folders que tratem da atuação do MPE
- Produzir relatório com análise dos dados coletados e avaliação das mídias e ações implementadas

APLICATIVO DA OUVIDORIA

Gerente: Vitor Luiz Pereira Ribeiro

Objetivo: Desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis com integração ao Formulário de Manifestação da Ouvidoria no SAJ/MP. O objetivo do projeto foi disponibilizar ao cidadão a formulação e acompanhamento do andamento de sua manifestação junto à Ouvidoria MPAL. Considerando hoje a alta conectividade por dispositivos móveis por meio da internet, o aplicativo possui um caráter inovador de possibilitar maior proximidade do MPAL com o cidadão.

AÇÕES:

- Criação de aplicativo Android para formulação de manifestações
- Criação de aplicação back-end para integrar o SAJ/MP
- Divulgação, via ASCOM, da disponibilização do aplicativo na plataforma Play Store.

SECE – SISTEMA EMISSOR DE CERTIDÕES EXTRAJUDICIAIS

Gerente: Roberto Felipe Coimbra

AÇÕES:

- Análise da solução e criação do projeto
- Desenvolvimento, testes internos e refinamento do Módulo Público
- Desenvolvimento, testes internos e refinamento do Módulo Gestor
- Desenvolvimento, testes internos e refinamento do Módulo
- Promotorias
- Interação com a Softplan para o resgate das informações do SAJ/MP
- Apresentação da solução à área demandante
- Entrega da solução

MODULAR PARA OTIMIZAR

Gerente: Alysson Elvis Balbino

Objetivo: Disciplinar a estrutura e o funcionamento dos diversos setores do Ministério Público de Alagoas e aprimorar o funcionamento administrativo desses mesmos setores, viabilizando a otimização de procedimentos e minimizando os trâmites burocráticos dos processos, ensejando maior segurança e aperfeiçoamento dos atos administrativos praticados.

AÇÕES:

- Mapeamento de 27 fluxos da área estruturante
- Criação de 11 modelos de formulários/requerimentos (com check list)
- Elaboração do Manual de Procedimento Operacional da área meio. Documento que condensa as rotinas de trabalho, fluxos e modelos de formulários e requerimentos

SISTEMA DE GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS E VOLUNTÁRIOS

Gerente: Vitor Luiz Pereira Ribeiro

Objetivo: Desenvolver um sistema eletrônico para gestão dos estagiários e voluntários do MPE/AL, incluindo emissão de documentos baseados em modelos padrões, grades com históricos funcionais e sistema de notificações de eventos.

AÇÕES:

- Desenvolvimento/Módulo de cadastro
- Desenvolvimento/Módulo Gestor
- Desenvolvimento/Módulo Emissão de Documentos
- Desenvolvimento/Módulo Estagiários/Voluntários
- Testes
- Homologação

GESTÃO DE CUSTOS

Gerente: Vitor Luiz Pereira Ribeiro

Objetivo: Elaborar relatório com os requisitos necessários para a implantação do Sistema de Gestão de Custos do Ministério Público do Estado de Alagoas.

AÇÕES:

- Identificação das atividades a serem desenvolvidas pela Diretoria de Gestão de Pessoas
- Definição de competências e atribuições
- Esquematização da estrutura física necessária
- Elaboração de proposta de legislação definidora das competências
- Designação de servidores
- Capacitação de servidores integrantes da equipe

TRANSFORMANDO VIDAS

Gerente: Janaína Ribeiro Soares

Objetivo: Levar ao conhecimento da população alagoana a atuação do Ministério Público como órgão resolutivo

AÇÕES:

- Elaboração de 25 minidocumentários acerca de pessoas que tiveram transformações em suas vidas em decorrência da atuação do MPAL
- Elaboração de 1 documentário com as melhores narrativas
- Elaboração de manual de atuação da área finalística

BIBLIOTECA VIVA

Gerente: João Ferreira

Objetivo: Aprimoramento da Biblioteca Ernani Méro, de modo a modificar o atual cenário e tornar o ambiente receptivo, atrativo e capaz de atender às demandas dos usuários e das áreas de atuação do Ministério Público de Alagoas.

AÇÕES:

- Diagnóstico institucional das necessidades informacionais dos setores administrativos, membros e servidores
- Abertura de procedimento para aquisição de material bibliográfico
- Desenvolvimento e instalação de programa de gestão de bibliotecas
- Aquisição de assinatura de plataforma de informação jurídica
- Aquisição de novo acervo em andamento
- Atualização do acervo com aquisição de 714 livros impressos
- Disponibilização da Plataforma de informação jurídica
- Acesso ao programa de gestão da biblioteca
- Criação do Boletim Informativo

BIBLIOTECA ERNANI MÉRO

CLIMA ORGANIZACIONAL

Gerente: Victor Hugo Lessa Pierre

Objetivo: Avaliar o clima organizacional do Ministério público e conhecer o seu impacto provocado nos colaboradores no desempenho de suas atribuições funcionais. Também busca bons índices de satisfação profissional no ambiente de trabalho.

AÇÕES:

- Elaborar questionário de avaliação de clima organizacional
- Aplicar questionário
- Relatório com diagnóstico
- Validar aspectos que afetam o clima organizacional da instituição por meio dos dados recebidos

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

Gerente: Dilma Alves de Queiroz

Objetivo: Constituir a Diretoria de Gestão de Pessoas do Ministério Público do estado de Alagoas, visando implementar ações de aperfeiçoamento, gestão e desenvolvimento do quadro de membros e servidores.

AÇÕES:

- Identificação das atividades a serem desenvolvidas pela Diretoria de Gestão de Pessoas
- Definição de competências e atribuições
- Esquematização da estrutura física necessária
- Elaboração de proposta de legislação definidora das competências
- Designação de servidores
- Capacitação de servidores integrantes da equipe

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA PÚBLICA BASEADO EM CUSTOS APLICADOS AO SETOR PÚBLICO (SICGESP)

Gerente: Bruno Daniel de Lima

Objetivo: Implatar o Sistema de Governança Pública baseado em Custos Aplicados ao setor público.

AÇÕES:

- Apresentação da metodologia aos integrantes do órgão
- Acesso ao Sistema SICGESP e RECASP
  Disseminação da cultura de custos
- Recepção dos dados pelo SICGESP e RECASP
- Implantação da metodologia de custos
- Relatório final

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MPAL

Gerente: Isadora Aguiar

Objetivo: Criação e implementação do Diário Oficial Eletrônico do MPAL

AÇÕES:

- Criação do projeto, desenvolvimento do sistema e reuniões com a equipe para ajustes internos
- Realização de simulações de publicações com setores administrativos
- Teste final e apresentação do sistema ao Responsável Estratégico
- Entrega do sistema e divulgação junto a membros e servidores

ASSENTAMENTO FUNCIONAL DE MEMBROS

Gerente: Márcia de Oliveira Barros

Objetivo: Uniformizar e padronizar os dados dos membros do Ministério Público na Corregedoria-Geral, gerando desse modo maior eficiência, eficácia e efetividade na consulta de dados.

AÇÕES:

- Formatar e padronizar as fichas funcionais dos membros de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público
- Consultar dados existentes na Diretoria de Pessoal
- Confrontar dados da Diretoria de Pessoal com dados cadastrados na Corregedoria – Geral
- Inserir as informações detalhadas nas fichas padronizadas

VISÃO SOLIDÁRIA

Gerente: Rosana Cavalcante Lucena

Objetivo: Criar um ambiente mais inclusivo, capacitando membros, servidores, estagiários, militares, prestadores de serviço e voluntários para, a priori, saber a forma mais adequada de lidar com os deficientes visuais que procuram o Ministério Público para atendimento.

AÇÕES:

- Diminuir, através da capacitação, as barreiras de relacionamento interpessoais entre o público-alvo e as pessoas com deficiência visual
- Levantar, por meio de questionário, as impressões deixadas pelas capacitações e as sugestões que possam nortear novas ações
- Contribuir com o lançamento de bases para criação de uma comissão permanente voltada ao objetivo de inclusão

SISTEMA inova

PARCERIA FIRMADA ENTRE MPSP E MPAL GARANTE MAIS AGILIDADE NO FLUXO DAS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS

"Para gerenciar projetos é preciso disciplina, e uma ferramenta tecnológica como o **Inova** promove e articula isso, de forma organizada. E, assim, nós podemos realizar as estratégias institucionais, que nos permite, claro, ao final de tudo, conseguirmos ter projetos bem-sucedidos" disse o chefe do Ministério Público de Alagoas ao assinar o acordo.

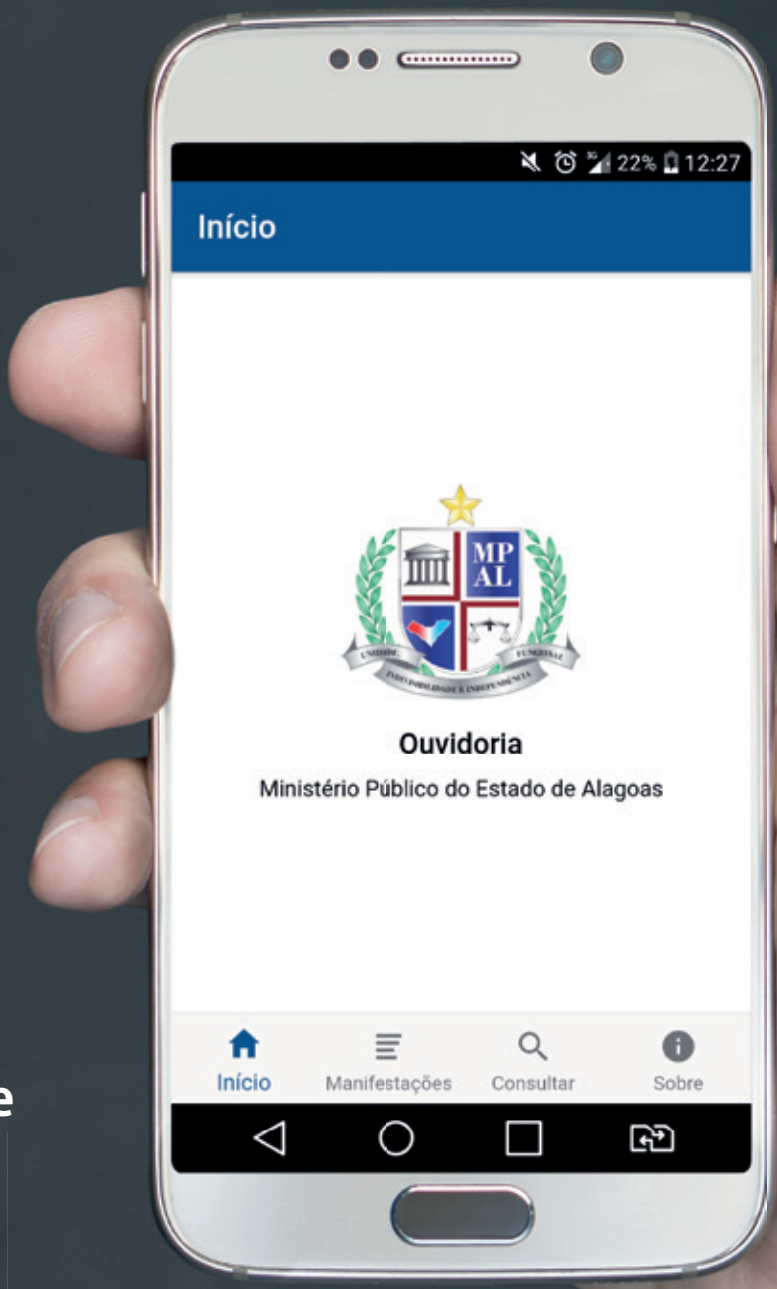
"Terminamos 2019 e começamos 2020 de cabeça erguida e somando muitas conquistas. Protetores de direitos e guardiões da cidadania, fomos incansáveis na luta para a construção de uma sociedade mais justa. Juntos, atuamos com bravura e, em nome de cada cidadão alagoano, assim continuaremos, combatendo toda e qualquer forma de corrupção que impeça o melhoramento da sua qualidade de vida. A maior certeza é a de que Deus esteve o tempo todo conosco e, sob suas bençãos, estamos iniciando este novo ano revigorados e preparados para continuar a jornada. Nossa mais profunda gratidão a membros, servidores e colaboradores por toda a dedicação e compromisso firmados em prol de Alagoas.

Alfredo Gaspar de Mendonça Neto

App da Ouvidoria!

Com ele você faz:

- Denúncias
- Elogios
- Sugestões
- Reclamações
- Pedidos de informação
- Críticas



Baixe o app e compartilhe essa ideia!

Disponível em:

App Store

Google Play